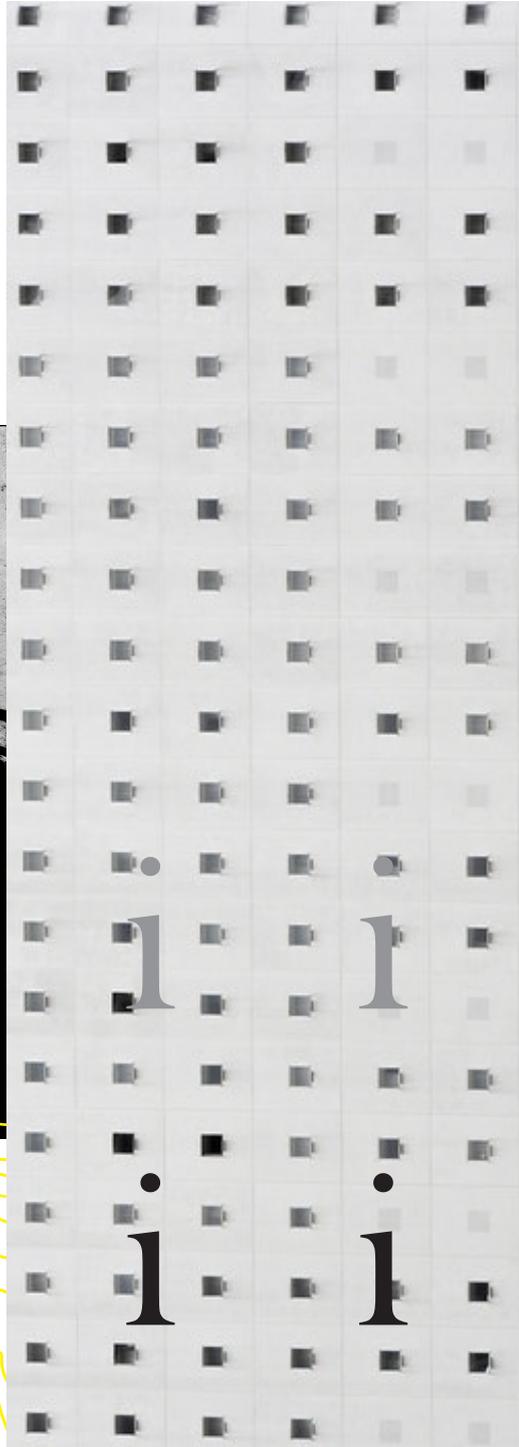


ideas logando

V.1 N. (2) - 2017
E-ISSN: 2526-3552



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



i i

REVISTA IDEALOGANDO: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPE

A Revista Idealogando é uma revista eletrônica, com publicação semestral, de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Tem como objetivos principais divulgar e estimular a publicação de trabalhos científicos, dentro das três grandes áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Dessa forma, a revista tem como foco, promover a troca de experiências dentro de um ambiente interdisciplinar, além de, servir como instrumento de divulgação de estudos científicos, dentro da pesquisa, ensino e extensão.

EDITOR

Wenderson Luan Dos Santos Lima

COMISSÃO EDITORIAL

Fagner José de Andrade
Luana Bezerra Côrtes
Lucas Portela Delgado
Maurício Souza Junior
Thaís de Aguiar Leal Domingues
Wenderson Luan dos Santos Lima

CAPA

Denilson Aluizio da Silva

DIAGRAMAÇÃO

Wenderson Luan dos Santos Lima

REVISÃO TÉCNICA

Fagner José de Andrade
Luana Bezerra Côrtes
Lucas Portela Delgado
Wenderson Luan dos Santos Lima

TRADUÇÃO

Maurício Souza Junior
Thaís de Aguiar Leal Domingues

INDEXADORES:

Scientific Indexing Services
Google Acadêmico
Sumários de Revistas Brasileiras

FUNDADORES

Clayton Rodrigues da Silva
Wenderson Luan dos Santos Lima

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Ana Claudia Rodrigues - UFPE
Dra. Carmem Lúcia Silva Lima - UFPI
Dra. Conceição Lafayette - UFPE
Dra. Roberta Bivar Campos - UFPE
Dra. Rosane Alencar - UFPE
Dra. Silke Weber - UFPE
Dr. Carlos Cirino -UFRR
Dr. Cristiano das Neves Bodart - Ufal
Dr. Cristiano de França Lima - FACOL
Dr. Erinaldo Carmo - UFPE
Dr. Marcelo Miranda - UFPE
Dr. Paulo Marcondes - UFPE
Dr. Raimundo Nonato Silva - UFAM
Dr. Renato Athias - UFPE

ESTA EDIÇÃO FOI ORGANIZADA PELOS ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (COMISSÃO EDITORIAL) DA UFPE.

PARECERISTAS:

André de Oliveira Gerônimo - UNESP
Antônio de Salvo Carriço - NuAT/PPGAS/UFRJ
Diego da Silva Grava - IESP-UERJ
Eden Erick Hilario Tenorio de Lima - UFCG
Edivan de Azevedo Silva da Costa - UFRRJ
Érika Catarina de Melo Alves - UFRRJ
Fabrício de Sousa Sampaio - UFRN
Francimário Vito dos Santos - PUC/MG
Francisco Marcelo Gomes Ferreira - UFPE
Gustavo Santos Elpes - CES/ Universidade de Coimbra
Isabela Battistello Espíndola - UFSCar
Janine Targino da Silva - Uenf
Livia Bocalon Pires de Moraes - UNESP
Luane Bento dos Santos - UFRJ
Marcelo Barbosa Miranda Borel - IESP/UERJ
Mariana Medina Martinez - Unaerp
Marília Luz David - UFSC
Michel Goulart da Silva - IFC
Priscila Farfan Barroso - UFRGS
Simone Lira da Silva - UFSC
Talita Jabs Eger Pereira - UFRGS
Jefferson Virgílio - Universidade de Lisboa, Portugal
Viníciu Silva Alves - UnB

Email: revistaidealogando@gmail.com
<http://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/index>

Universidade Federal de Pernambuco
Coordenação de Ciências Sociais - UFPE

SUMÁRIO

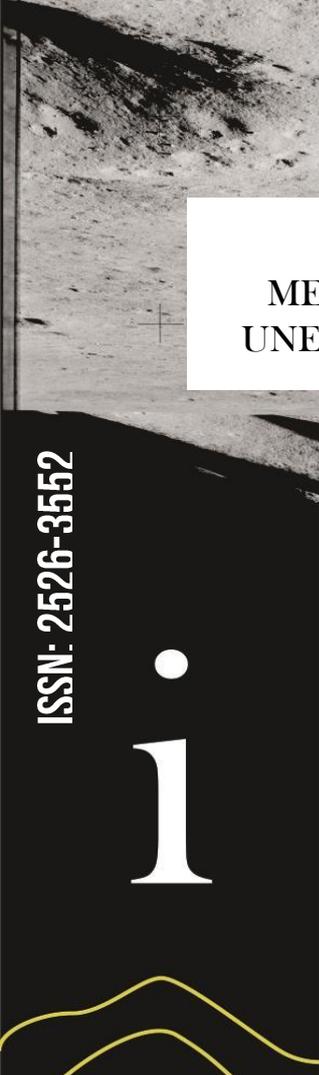
ARTIGOS

- DIVERSIDADE, DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS DE MERCANTILIZAÇÃO DA “CULTURA”: O PAPEL NORMATIVO DA UNESCO NA DIFUSÃO DOS MODELOS DE INDÚSTRIAS CRIATIVAS
ARTUR ANDRÉ LINS 1-22
- UMA VIDA PARA A *PRÁXIS*: APONTAMENTOS SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO DE ROSA LUXEMBURGO
FELIPE ALVES DA SILVA 23-33
- LINHAS DE FUGA, AGENCIAMENTOS E CORPOREIDADES: REFLEXÕES SOBRE DIMENSÕES INFINITESIMAS DA LUTA ANTIMANICOMIAL DE BELO HORIZONTE
LUCAS HENRIQUE NIGRI VELOSO 24-54
- O USO DA CHARGE NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE SOCIOLOGIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DISCUSSÕES EM IDENTIDADE
MARIA LUIZA SILVA ESPIRITO SANTO, MARCELLA BARBOSA MATOS, GIVALDO GOMES SANTOS, MARIA BERNADETE LEAL CAMPOS 55-63
- O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EXPANSÃO DA BARRA DA TIJUCA PARA “O FUTURO DO RIO DE JANEIRO”
RODOLFO TEIXEIRA ALVES 64-82
- BANDAS DE ROCK E OUTRAS FESTAS: SOCIABILIDADE DE JOVENS EM SÃO LOURENÇO DA MATA
RICARDO BANDEIRA DE MELO 83-101
- ENREDO DAS CONDENAÇÕES: UMA ETNOGRAFIA ENTRE DOCUMENTOS E “JUSTIÇA” ACERCA DE CASOS DE TRANSMISSÃO DO HIV
ROMÁRIO VIEIRA NELVO 102-121
- ENSAIO**
- CRENÇA E RITUAL: O PASSE COMO TRATAMENTO ESPIRITUAL NO “CENTRO ESPÍRITA CAMINHANDO PARA JESUS – CECPJ”
DANIELLA CARNEIRO DA SILVA 122-130
- RESENHAS**
- MOREIRA, Thiago Oliveira. A Aplicação dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos pela Jurisdição Brasileira. Natal, RN: EDUFRN, 2015. Pág. 23-203
LUCAS SOARES BEZERRA 131-134
- MÉLENCHON, Jean-Luc. L'Ère du Peuple. Paris: Pluriel, 2017. 156p
**FERNANDA FERREIRA
ERINALDO CARMO** 135-140
- SOBRE OS AUTORES** 141

CONTENTS

ARTICLES

- DIVERSITY, DEVELOPMENT AND MERCANTILIZATION PROCESSES OF
"CULTURE": UNESCO'S NORMATIVE ROLE IN THE DIFFUSION OF
CREATIVE INDUSTRY MODELS
ARTUR ANDRÉ LINS 1-22
- A LIFE FOR THE PRAXIS: NOTES ON THE POLITICAL THOUGHT OF
ROSA LUXEMBURG
FELIPE ALVES DA SILVA 23-33
- LINES OF SCAPE, ASSEMBLAGES AND CORPOREITIES: REFLECTIONS ON
INFINITESIMAL DIMENSIONS OF THE ANTIMANICOMIAL STRUGGLE
OF BELO HORIZONTE
LUCAS HENRIQUE NIGRI VELOSO 24-54
- THE USE OF THE CHARGE IN THE SOCIOLOGY TEACHING-LEARNING
PROCESS: PEDAGOGICAL PRACTICES AND DISCUSSION IN IDENTITY
**MARIA LUIZA SILVA ESPIRITO SANTO, MARCELLA BARBOSA MATOS, GIVALDO GOMES SANTOS,
MARIA BERNADETE LEAL CAMPOS** 55-63
- THE PROCESS OF CONSTRUCTION, TRANSFORMATION AND
EXPANSION OF BARRA DA TIJUCA TO "THE FUTURE OF RIO DE
JANEIRO"
RODOLFO TEIXEIRA ALVES 64-82
- ROCK BANDS AND OTHER PARTIES: SOCIABILITY OF YOUNG PEOPLE
IN SÃO LOURENÇO DA MATA
RICARDO BANDEIRA DE MELO 83-101
- THE PLOT OF CONDEMNS: AN ETHNOGAPY BETWEEN DOCUMENTS
AND "JUSTICE" ABOUT CASES OF HIV TRANSMISSION
ROMÁRIO VIEIRA NELVO 102-121
- ESSAY**
- CREED AND RITURAL: THE "PASSE" AS SPITIRUAL TREATMENT IN THE
"CENTRO ESPÍRITA CAMINHANDO PARA JESUS – CECPJ"
DANIELLA CARNEIRO DA SILVA 122-130
- REVIEW**
- MOREIRA, Thiago Oliveira. A Aplicação dos Tratados Internacionais de Direitos
Humanos pela Jurisdição Brasileira. Natal, RN: EDUFRN, 2015. Pág. 23-203
LUCAS SOARES BEZERRA 131-134
- MÉLENCHON, Jean-Luc. L'Ère du Peuple. Paris: Pluriel, 2017. 156p
**FERNANDA FERREIRA
ERINALDO CARMO** 135-140



DIVERSIDADE, DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS DE MERCANTILIZAÇÃO DA “CULTURA”: O PAPEL NORMATIVO DA UNESCO NA DIFUSÃO DOS MODELOS DE INDÚSTRIAS CRIATIVAS

ARTUR ANDRÉ LINS¹

RESUMO: Este artigo propõe discutir o processo de alinhamento entre o conceito de “cultura” e a matriz discursiva do desenvolvimento dentro do contexto histórico de transformação dos modos de regulação do capitalismo global na segunda metade do século XX. Primeiramente, pretende-se apontar para o vínculo entre cultura e economia no interior do debate sobre as indústrias criativas. Posteriormente, a partir da análise de uma série de documentos da UNESCO, busca-se rastrear as estratégias discursivas para legitimar o princípio da diversidade cultural no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento. Por fim, recorre-se a um documento foco – *Nairobi Plan of Action* –, amparado por uma intertextualidade documental relacionada, a partir do qual será possível compreender o protocolo de disseminação dos modelos prescritivos das indústrias criativas mundo afora.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Diversidade. Cultura. Indústria Criativa. UNESCO.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa toma como objetivo principal discutir o processo de mercantilização da “cultura” dentro do contexto mais abrangente de transformação dos modos de regulação do capitalismo global pós-Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, considerando os vínculos firmados entre diversidade cultural e desenvolvimento, será alvo de problematização a atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no sentido de formular e disseminar os modelos de indústrias criativas ao redor do mundo, mais especificamente nos assim considerados países em desenvolvimento.

A estrutura argumentativa do texto consiste no seguinte: 1) a primeira parte pretende discutir os fluxos globais dos modelos para o desenvolvimento, bem como a relação entre cultura e economia pertinentes ao debate sobre as indústrias criativas; 2) a segunda parte visa recorrer a uma série de documentos da UNESCO com a finalidade de reconstruir historicamente as estratégias discursivas para legitimar a diversidade cultural no âmbito da

¹ Graduação em andamento em Ciências Sociais/Sociologia na Universidade de Brasília. Áreas de interesse: Sociologia da Cultura; Antropologia do Desenvolvimento; Teoria e Pensamento Social. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB). Email: aalins@hotmail.com

cooperação internacional para o desenvolvimento; 3) a terceira parte, por sua vez, é dedicada a outra série de documentos que atestam o influxo da UNESCO nos países do continente africano, especialmente a partir do documento foco, *Nairobi Plan of Action for Creative and Cultural Industries*, para fortalecer a implementação das indústrias criativas mundo afora. A metodologia a ser empregada consiste na abordagem qualitativa de três séries de documentos previamente selecionados e alinhados com a proposta mais ampla da presente pesquisa.

Partimos do marco teórico-metodológico oferecido pela antropologia do desenvolvimento (HERZFELD, 2014; ESCOBAR, 1995; RIBEIRO, 2013) com o objetivo de investigar a circulação internacional das ideias que implicam modelos de organização social através de operações discursivas (FOUCAULT, 2014). A hipótese que conduz a presente investigação sustenta a existência de um processo histórico de afirmação do vínculo entre os conceitos operatórios “cultura” e “desenvolvimento”, um algo que favorece a aproximação entre os domínios estético-expressivo e econômico-comercial enquanto resultado do cruzamento de lógicas produtivistas com lógicas culturalistas (FARIAS, 2012; ALVES, 2012). Queremos observar, assim, o protocolo de disseminação dos modelos normativos e prescritivos associados às indústrias criativas, bem como as pedagogias concernentes a este objeto.

DESENVOLVIMENTO E INDÚSTRIAS CRIATIVAS

Em 1955, o etnólogo francês, Georges Balandier, escreveu um texto intitulado “A Noção de Situação Colonial”, em que, notadamente marcado pelos processos de descolonização da África e da Ásia, propõe sistematicamente a crítica epistemológica e política acerca do envolvimento da antropologia e dos antropólogos no processo histórico da dominação colonial. A situação colonial, nesse caso, não seria somente o desdobramento unilateral de uma estrutura de poder político-econômico, mas também o resultado de algo como a “dominação cultural” promovida pelos contatos e os contágios característicos da “interpenetração das civilizações” (BALANDIER, 1993). O controle político regido pela situação colonial enredava-se no âmbito das interações cotidianas por via da intermediação das instituições nativas, por exemplo, o vínculo entre a administração colonial e o sistema local de chefia. Ao contrário de uma assimilação total e mecânica, a abordagem sugerida pela noção da “situação colonial” demonstra que, apesar das crises e dos conflitos fatais gerados pelo encontro entre povos, as formas de sociabilidade se reatualizam através de conteúdos híbridos em um terreno de farta ambiguidade e disputa simbólica. Nesse sentido, caberia a nós, pesquisadores e interessados, compreender a negociação da “cultura” como parte de um esquema organizador

das práticas de administração simbólica da diferença implicadas no processo de interpenetração civilizatória.

Uma inflexão decisiva do ponto de vista da reestruturação geopolítica internacional ocorre no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Com uma Europa devastada, o caminho para a hegemonia norte-americana, ou *pax americana*, já estava praticamente pavimentado. Nota-se, então, a emergência do paradigma da segurança internacional representado pelo sistema cooperativo das Nações Unidas. Um conjunto de instituições e organismos internacionais são erguidos tendo em vista a construção de um aparato regulatório global constituinte de uma nova ordem econômica a partir dos acordos estabelecidos desde o sistema Bretton Woods, em 1944. A criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), assim como a emergência do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), em 1947, que desdobrou posteriormente na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, são exemplos do processo de reestruturação geopolítica que realiza a passagem do modelo colonial para o modelo desenvolvimentista de intervenção. (HARVEY, 2014; YÚDICE, 2004).

Diante do processo de reconfiguração das relações internacionais desencadeado à época por uma inflexão no interior do campo de poder global, um conjunto de intervenções em nome do desenvolvimento foi proposto e executado pelos organismos internacionais então construídos e articulados para os fins da integração política e econômica das mais diversas regiões do mundo (ESCOBAR, 1995), ou seja, acentuava-se a condição da transnacionalidade por meio do eminente aparato regulatório global institucionalizado e devidamente orientado por um *corpus* doutrinário normativo, qual seja, a formação discursiva do desenvolvimento (RIBEIRO, 1997).

No entanto, seria incorreto afirmar que o conjunto teórico amarrado no conceito de desenvolvimento seja pacífico ou consensual, uma vez que no interior do mesmo campo discursivo erguem-se divergências entre interpretações alternativas. Nesse sentido, é possível identificar uma leitura do desenvolvimento alinhada à teoria da modernização parsoniana, pressupondo a separação e funcionalidade das distintas esferas sociais com predominância da racionalidade técnica enquanto princípio organizador da vida social, bem como a leitura crítica do desenvolvimento feita pelas teorias marxistas da dependência e do sistema-mundo (IANNI, 2013; FURTADO, 1974). Ocorre que, no rescaldo das problematizações do encontro colonial no âmbito da produção de conhecimento antropológico, uma abordagem discursiva do desenvolvimento se tornou possível com viés assumidamente pós-estruturalista, principalmente

a partir do método arqueológico foucaultiano (ESCOBAR, 1995). A abordagem discursiva do desenvolvimento pressupõe o vínculo íntimo entre disposições epistemológicas e estruturas de poder na constituição dos regimes de verdade inseridos em dispositivos de controle e governança das populações consideradas sob tutela. Caberia dizer que cumpre função analítica descrever a articulação entre unidades e formações discursivas na composição das modalidades enunciativas, dos conceitos operatórios e das estratégias de legitimação dos objetos-alvo das formas de saber e poder estruturadas no domínio histórico-discursivo do desenvolvimento (FOUCAULT, 2014).

Por ocasião da publicação do livro *Encountering Development*, no ano de 1995, o antropólogo colombiano Arturo Escobar sintetiza a abordagem discursiva do desenvolvimento e os seus precursores, quais sejam, Edward Said, Homi Bhabha e Valentin-Yves Mudimbe, dentre outros trabalhos que destacam uma perspectiva crítica diante daquilo que até então parecia ter se tornado uma espécie de *a priori* histórico-cognitivo, ou seja, o desenvolvimento enquanto formação discursiva dos modelos dominantes de organização social, política e econômica. Nesse sentido, Arturo Escobar² (1995, p. 44) diz:

O 'desenvolvimento' foi - e continua a ser em sua maior parte - uma abordagem vertical, etnocêntrica e tecnocrática que tratava os povos e as culturas enquanto conceitos abstratos e dados estatísticos maleáveis para cima ou para baixo nos infográficos do 'progresso'. O desenvolvimento não foi concebido como um processo cultural (cultura era uma variável residual em desaparecimento pelo avanço da modernização), mas, ao invés disso, como um sistema de intervenções técnicas mais ou menos universalizável com o objetivo de entregar bens necessários ['badly needed'] para uma população-alvo. Não causa surpresa que o 'desenvolvimento' tenha se tornado uma força tão destrutiva para as culturas do Terceiro Mundo, ironicamente em nome dos interesses dos seus povos.

Dado o diagnóstico segundo o qual o desenvolvimento não logrou êxito em cumprir todas as suas promessas, será necessário elaborar uma retórica para compatibilizar as exigências técnico-científicas, políticas, econômicas e jurídicas da matriz discursiva desenvolvimentista³ com exigências focadas na responsabilidade social, quando, dentre outros conceitos e objetos, a

² Tradução Livre: "Development was - and continues to be for the most part - a top-down, ethnocentric, and technocratic approach, which treated people and cultures as abstract concepts, statistical figures to be moved up and down in the charts of 'progress'. Development was conceived not as a cultural process (culture was a residual variable, to disappear with the advance of modernization) but instead as a system of more or less universally applicable technical interventions intended to deliver some 'badly needed' goods to a 'target' population. It comes as no surprise that development became a force so destructive to Third World cultures, ironically in the name of people's interests".

³ Gustavo Lins Ribeiro (2013, p. 124) diz: "A matriz discursiva do desenvolvimento, portanto, supõe: (a) a natureza vista como um conjunto de objetos a serviço da humanidade; (b) um tempo cumulativo, unilinear, uma noção de progresso que coloca a vida como um processo de avanço para um futuro melhor; (c) a noção burguesa de pessoa e indivíduo; (d) a prevalência de visões econômicas orientadas para o mercado (com suas consequências tais como competição, expropriação, acumulação e fetichismo); (e) expansão capitalista ocidental e produção ideológica de sua inevitabilidade e centralidade; (f) a crença na ciência e tecnologia como a solução para os problemas da humanidade; e (g) uma noção de poder enquanto acumulação de energia e controle".

matriz discursiva culturalista⁴ é então paulatinamente incorporada. Tudo se passa como se o empreendimento em articular a narrativa da dimensão cultural do desenvolvimento tomasse a premissa segundo a qual é possível, inclusive normativamente desejável do ponto de vista de determinados organismos internacionais, compatibilizar modelos exógenos com valores endógenos em uma configuração política fortemente disputada.

Dentre as mais variadas franjas das Organizações das Nações Unidas está a UNESCO, a única agência internacional do sistema cooperativo das Nações Unidas responsável pela educação, ciência e cultura. A Constituição da UNESCO, assinada no dia 16 de novembro de 1946, mimetiza os princípios normativos compromissados com a paz, a segurança, a tolerância, a liberdade, a igualdade, a justiça e o desenvolvimento dos povos signatários da Carta das Nações Unidas, promulgada no ano de 1945, isto ao dar maior ênfase ao aspecto da difusão do conhecimento (ONU, 1945; UNESCO, 1946). Havia o entendimento de que as guerras se erigiam primeiramente na mente dos humanos e que o estopim dos períodos traumáticos seria em decorrência da falta de compreensão mútua entre as mais diversas populações. Evidentemente, trata-se de uma formulação normativa e moralizadora calcada em uma missão civilizatória pacificadora. No entanto, apesar das melhores intenções, é comum os documentos simplesmente negligenciarem, por exemplo, a manutenção das estruturas de poder e dominação perpetradas historicamente pela colonialidade do poder. Não por acaso, a reestruturação geopolítica do pós-Guerra, que marca o cenário da segunda metade do século XX, também conta com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de um lado, e do Pacto de Varsóvia, de outro. Há um mundo ainda belicamente bipolarizado pelos protagonistas da Guerra Fria, situação que desloca o campo de batalha para arenas ainda mais distantes no "Terceiro Mundo". Não menos importante são os processos de descolonização de alguns dos países africanos e asiáticos que se fazem por via de partilhas geopolíticas fortemente conturbadas (HOBSBAWM, 1995).

O que importa do ponto de vista sociológico, ao considerar os processos de reestruturação geopolítica já sumarizados, é a construção histórica de redes transnacionais de comunicação formadas a partir das interfaces entre comunidades locais, regionais, nacionais e transnacionais. Há, por exemplo, comunidades epistêmicas, comunidades políticas e comunidades de interesse econômico. Essas comunidades se estabelecem por via de agências

⁴ A matriz discursiva culturalista refere-se a um conjunto de enunciados balizados pelo conceito antropológico de "cultura", pressupondo, assim, uma narrativa atenta ao domínio do relativo, ao particularismo histórico e às especificidades étnicas. Atualmente, sob o signo emblemático do discurso da diversidade, esta matriz discursiva tenciona o relativismo cultural, o multiculturalismo e os direitos humanos com uma retórica da preservação das diferenças socioculturais.

de governo, agências multilaterais, organismos de cooperação internacional e, inclusive, por via dos bancos mundiais para o desenvolvimento. A gravidade desse problema é percebida quando se leva em consideração a circulação de modelos de organização social, política e econômica, isto é, o processo de disseminação de modelos para o desenvolvimento e as estratégias geopolíticas e geoeconômicas contidas em tais fluxos discursivos (RIBEIRO, 2009). Nesse sentido, o desenvolvimento enquanto matriz discursiva alcançou patamar global com maior força a partir da década de 1950 em virtude do emergente aparato institucional da cooperação internacional. A capacidade de informar políticas públicas, via *capacity building* e *institutional building*⁵, é uma das agências do discurso do desenvolvimento, que prescreve prioridades e indica canalizações de recursos. Através das *redes transnacionais de comunicação*, a matriz discursiva do desenvolvimento encontra-se em fluxo global para disseminar uma pedagogia política e econômica plasmadas em determinada pedagogia do desenvolvimento, quer dizer, um projeto de sociedade pelo qual se disputa as formas de organização das relações sociais e a administração das populações (SILVA, 2016).

Em *Global Flows of Development Models*, o antropólogo brasileiro Gustavo Lins Ribeiro (2009) apresenta um arcabouço teórico-metodológico para compreender a disseminação dos modelos para o desenvolvimento. Por um lado, há o modo difuso de disseminação dos modelos, que opera por via de processos inconscientes subterrâneos, macrosociológicos e de longa duração. O modo difuso de disseminação é aquele que no longo prazo altera as modalidades de transmissão de práticas sociais pela socialização e subjetivação dos agentes e das coletividades – interpenetrações e processos civilizatórios. Por outro lado, o modo concentrado de disseminação se dá por ações planejadas de intervenção social. Os modelos de desenvolvimento que circulam a partir de formas concentradas de disseminação são operados pelas redes transnacionais de comunicação (“*communities of communication*”), por organismos institucionais intencionados e com planos de ação direcionados. Um exemplo importante do modo concentrado de disseminação dos modelos de desenvolvimento é justamente o conjunto de esforços no sentido de ampliar a infraestrutura técnica do capitalismo global através dos aparatos regulatórios integrados ao mercado internacional. No entanto, nota-

⁵ Conforme a definição canônica das Nações Unidas (ONU, 2006, p. 7), os termos “*capacity and institutional building*” denotam, ao menos em parte, o seguinte: “Especificamente, *capacity-building* abrange a gerência dos recursos humanos, científicos, tecnológicos, organizacionais e institucionais. O objetivo fundamental da *capacity-building* é aprimorar a habilidade de avaliar e abordar questões cruciais relacionadas às escolhas políticas e aos modos de implementação das opções de desenvolvimento, isto com base no entendimento dos potenciais e dos limites, as necessidades socialmente percebidas, das populações e dos países concernidos”.

se que a disseminação dos modelos implica, sobretudo, a disseminação de formulações discursivas e os seus conceitos, pressupostos normativos, valorativos e morais.

Dessa forma, interessa-nos a peculiaridade do modo concentrado de disseminação dos modelos para o desenvolvimento que incorporam a dimensão cultural através do setor de indústrias criativas. Primeiramente, é preciso reconhecer que o estreitamento das relações entre economia e cultura remonta a um longo processo através do qual a expansão do valor de troca, ou da forma-mercadoria, atingiu praticamente a totalidade das relações sociais, inclusive no âmbito das expressões artísticas. As produções artísticas geralmente reivindicam uma remuneração como meio para a sobrevivência dos profissionais engajados, entretanto, no decorrer do século XX, sobretudo a partir do avanço tecnológico dos meios de comunicação, produção e distribuição de conteúdo em massa, é possível observar certas transformações qualitativas na relação entre economia e cultura. Nota-se, portanto, o processo de deslizamento semântico que operacionalizou o conceito de cultura na matriz discursiva do desenvolvimento; isto ao considerar a especialização comunicativa da cultura, a industrialização do simbólico, a transformação epistêmica da cultura em recurso e a dissolução da esfera autônoma da cultura no processo que provoca a culturalização dos domínios da política e da economia. (YÚDICE, 2004; JAMESON, 1997; MARTÍN-BARBERO, 2015; CANCLINI, 2012).

A transformação da imagem em mercadoria audiovisual, a regulamentação do direitos de propriedade intelectual, a implantação dos complexos industriais da cadeia de produção do turismo, quer dizer, o advento especializado da economia criativa nos mais variados ramos de produção, um conjunto de fatores que fizeram da cultura um recurso operacional, são indicadores do processo de transformação da matriz econômica e dos modos de regulação do capitalismo a partir de 1970 em diante; momento em que se identificam fenômenos como a passagem do fordismo para a acumulação flexível, a composição de uma sociedade pós-industrial e a reavaliação da estrutura normativa do novo espírito do capitalismo (BELL, 1973; HARVEY, 2014; BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009). É possível afirmar que uma das características dessa fase do capitalismo, oriunda de uma inflexão política e econômica após 1970, é a desmaterialização das fontes de crescimento econômico por via do valor gerado através dos direitos de propriedade intelectual. É também no período dessa inflexão já citada que o campo discursivo do desenvolvimento começa a se encontrar com o campo discursivo da cultura. Consolidou-se, portanto, uma visão holística do desenvolvimento segundo a qual a cultura é um componente central para a geração de riqueza e justiça social. Entretanto, as condições para que a cultura seja alvo de investimentos alinhados a projetos de

desenvolvimento requerem uma expectativa de retorno fundada na medida da utilidade⁶ (YÚDICE, 2004).

As indústrias criativas são o resultado do encontro entre a matriz discursiva desenvolvimentista e a matriz discursiva culturalista. Quanto à definição de indústrias criativas caberia dizer que: 1) a criatividade é o elemento central e um componente passível de mercantilização; 2) a cultura é compreendida na forma de objetos culturais portadores de sentidos socialmente compartilhados e reconhecidos no ato do consumo; 3) os significados gerados pelas indústrias criativas são transfigurados em valor econômico a partir da instituição da propriedade intelectual; 4) na confluência entre arte, técnica e negócios, por uma acepção mais restrita do que a perspectiva propriamente antropológica, a “cultura” aparece como recurso dentro de um mercado dos bens simbólico-culturais. (BENDASSOLI *et al.*, 2009; O’CONNOR, 2007; CUNNINGHAM, 2002).

UNESCO E DIVERSIDADE CULTURAL

Diante de processos globalizadores intensos, os mesmos que deflagram figurações sociais disjuntivas e conflituosas, a compreensão dos fenômenos culturais será cindida entre aqueles que apostam na homogeneização e na assimilação e aqueles outros que afirmam a heterogenização e diferenciação das populações frente às rápidas transformações pelas quais o mundo passou na segunda metade do século XX (APPADURAI, 1990). Dessa forma, a “diversidade cultural” aparece enquanto um importante “emblema” da contemporaneidade, isto é, como uma figura simbólica das relações sociais marcadas pela condição da transnacionalidade e pelo paradigma da cooperação e segurança internacionais, uma vez que os fluxos globais se avolumam nas mais variadas frentes políticas, econômicas e culturais.

Após o multiculturalismo se alçar ao posto de narrativa dominante por via de uma insistente culturalização dos conflitos políticos, a diversidade cultural passou a ser celebrada tanto por formuladores de políticas sociais quanto por produtores culturais, situação que promoveu transformações significativas no uso do conceito. Tudo se passa como se diversidade cultural, o próprio repertório discursivo da diversidade como o emblema da modernidade-mundo, fosse um oximoro, nas palavras de Renato Ortiz, ou seja, um signo conveniente no

⁶ Conforme o argumento de George Yúdice (2004), a transformação epistêmica da “cultura” em recurso, em “reserva disponível”, é acompanhada de uma concepção instrumentalista, quer dizer, a ideia de uma “medida da utilidade” refere-se principalmente a este aspecto. Considerando que o conceito consagrado de “cultura” usualmente evoca a dimensão dos *fins* últimos da existência, a internalidade dos objetivos espirituais de um grupo social, nos deparamos agora com a sobreposição dos *meios* a partir dos quais a *cultura-feita-recurso* é compreendida do ponto de vista das suas externalidades positivas, seja para a geração de riqueza, emprego e renda, seja para efeitos de pacificação, reconhecimento e bem-estar social.

sentido de compatibilizar termos aparentemente contraditórios tais como “universal” e “particular”, “homogeneidade” e “heterogeneidade”, “pureza” e “hibridismo”, “absoluto” e “relativo” (ORTIZ, 2015).

No entanto, apesar da relevância semântica e conceitual adquirida pela diversidade cultural, torna-se fundamental compreender o processo histórico que fez desse emblema um instrumento jurídico de envergadura internacional. O primeiro documento a ser abordado - *UNESCO and the Issue of Cultural Diversity* - foi publicado em 2000 e republicado por uma versão revisada em 2004. Escrito por membros da *Division of Cultural Policies and Intercultural Dialogue*, a saber, Katérina Stenou e Chimene Keitner, o corpo do texto apresenta as orientações e reorientações do entendimento historicamente constituído em torno da diversidade cultural e as suas implicações em termos das ações propostas pela própria UNESCO ao longo dos períodos analisados. O documento aborda o longo processo entre 1946 a 2004 em que os motivos, as circunstâncias e as consequências da operacionalização do conceito de cultura são postos à mostra.

É feita uma periodização em quatro séries históricas⁷: 1) a ênfase na relação entre “Cultura e Conhecimento”; 2) a ênfase na relação entre “Cultura e Política”; 3) a ênfase na relação entre “Cultura e Desenvolvimento”; 4) a ênfase na relação entre “Cultura e Democracia”; e, por fim, ainda não exatamente classificado como um período, o apontamento da estratégia para 2002-2007 no sentido de estreitar as relações entre o princípio da diversidade cultural e mercado através da noção de indústrias criativas. Todos esses períodos são enquadrados naquilo que representa, por assim dizer, a missão civilizatória da UNESCO. É evidente que essa missão, apesar reivindicar a tensão relativista própria à compreensão dos particularismos e dos pluralismos, movimenta-se por um conteúdo normativo altamente comprometido com valores tidos como universais do cânone cognitivo ocidental. Há sempre uma tensão⁸ entre universalidade e particularidade que comanda a atuação da UNESCO diante do papel normativo que exerce quando propõe-se difundir e prescrever políticas e moralidades, isto é, a circulação de cosmopolíticas dentro do fluxo global de modelos para o desenvolvimento.

⁷ UNESCO (2004, p. 3-4).

⁸ Esta referida tensão pode ser melhor compreendida a partir da relação entre direitos humanos e relativismo cultural. Por um lado, o ideal universalista da dignidade da pessoa humana, as liberdades fundamentais de consciência e autorrealização, por outro lado, a consideração da particularidade histórica das comunidades étnico-sociais, as suas especificidades e os seus costumes relativos. Uma tensão permanente, porém, não é o caso de uma contradição irresoluta.

A ênfase do primeiro período recai sobre a manutenção, o incremento e a difusão do conhecimento e informação⁹. Conhecimento, aqui, é entendido de modo restrito como: arte, monumentos, livros, ciência e história. Cultura, na fase inicial da UNESCO, estava vinculada à “instrução cívica”, “informação histórica” e “produção artística”¹⁰. Tal como operacionalizado pela instituição, “cultura” não abrangia o significado mais amplo de experiência particular vinculada ao conteúdo de uma identidade específica, de modo que, assim, não havia uma politização nítida do conceito. Uma condicionalidade fundamental da UNESCO, naquele período, é o compromisso e fidelidade exclusiva com os Estados-Nacionais, isto ao propor enquanto princípio da sua Constituição inaugural a preservação da independência, integridade e dos sistemas educacionais associados aos Estados membros da organização (UNESCO, 1946). Nesse sentido, qualquer que fosse a atuação dessa instituição, ela estaria restrita ao campo de poder global subordinado à comunidade internacional oficial ou hegemônica.

No relatório de 1946¹¹, o ideal da “cultura” sustentava a compreensão da unidade e consenso humano como fonte de riqueza e pacificação. Através da noção de uma “cultura universal”, a arte apresentava-se como meio de troca e mútuo entendimento entre os povos. No relatório de 1947, entretanto, a noção de que a pluralidade também pressupunha conflito começa a figurar entre as preocupações da UNESCO. Havia o slogan “unidade-na-diversidade” sustentado pelo ideal da convivência entre os particularismos étnico-nacionais e a demanda universalista e cosmopolita da diplomacia e da pacificação internacional. Ainda não figurava a compreensão segundo a qual “cultura” designava povos particulares e únicos, pois o conceito de “civilizações” se fazia prevacente. Isso parece ser indicativo da predominância do léxico francês na produção dos conteúdos normativos da própria UNESCO.

É possível destacar a emergência de duas grandes questões: 1) a tensão entre unidade e diferença, bem como a noção de que uma não implica o sacrifício imediato da outra; 2) a tensão entre a escolha de caminhos singulares e endógenos para o desenvolvimento sem que a particularidade implique no isolamento e no fechamento das nações. O relatório de 1950 propõe, assim, a categoria de “atividades culturais” em que estão inclusas: a preservação e proteção das obras de arte, do patrimônio e dos próprios artistas, bem como a cooperação internacional por via da difusão da cultura. Nota-se, portanto, que a cultura é apresentada como uma esfera autônoma da vida social, um corpo de atividades específicas. O relatório de 1951 propõe a relação entre cultura e direitos humanos, na tentativa de trazer das margens para a

⁹ UNESCO (2004, p. 5-6).

¹⁰ UNESCO (2004, p. 5).

¹¹ UNESCO (2004, p. 6).

centro todo este debate sobre a conveniência da “cultura”. Dessa forma, a tensão entre as relações internacionais e os direitos das minorias nacionais e étnicas passa a fazer parte da agenda da UNESCO. Em 1952, o relatório aponta para a necessidade de incluir a cultura como base da solidariedade internacional, objetivo este que segue ao longo dos relatórios de 1955, 1957 e 1959, justamente o momento em que a categoria “cultura” parece adquirir status perante as discussões sobre as estratégias de governança no âmbito das discussões internas ao sistema cooperativo das Nações Unidas¹².

Assim, a compreensão do conceito de cultura sofre um alargamento e passa a significar não somente um corpo de atividades específicas, mas também as várias modalidades de visão do mundo. Não bastaria mais simplesmente reconhecer a diferença cultural enquanto tal, como se fosse um dado, mas se tornaria central compreender como essas diferenças podem moldar o comportamento humano. Um marco para a atuação da UNESCO no decorrer da década de 1960 é a *Declaration of the Principles of International Cultural Co-operation*, publicada em 1966, a qual comemora o aniversário de vinte anos da instituição. Nessa declaração há a reafirmação do conhecimento como chave para a pacificação, bem como a noção de que cada cultura em particular faz parte do patrimônio universal da humanidade. No entanto, talvez uma novidade já estivesse germinando quando os direitos culturais se aproximam dos direitos das liberdades individuais, o que abre uma tensão com o imperativo da soberania do Estado nacional. É por isso que a politização da cultura adentra o cerne da agenda internacional nas estratégias de cooperação e pacificação diplomáticas¹³.

A partir do objetivo de fortificar a retórica em favor da “cultura”, ou mais especificamente com o objetivo de legitimar a canalização de investimentos direcionados para a área cultural, a noção de “desenvolvimento” passou a figurar com maior ênfase a partir de 1967 e 1970, segundo a *Monaco Round Table on Cultural Policies e Venice Intergovernmental Conference on the Institutions, Administrative, and Financial Aspects of Cultural Policies*. Ao longo da década de 1970, uma série de outros documentos e relatórios clamaram por maior suporte material para o assim chamado “desenvolvimento cultural”. O fulcro do argumento que promoveu a conexão da “cultura” com o “desenvolvimento” está assentado no pressuposto do desenvolvimento endógeno e diversificado segundo o qual, apesar de ressaltar a importância para a convergência de valores, a tônica é posta no reconhecimento das diferenças, inclusive na diferença a respeito da qual os Estados-nacionais teriam determinada margem de liberdade

¹² UNESCO (2004, p. 7-8).

¹³ UNESCO (2004, p. 9-10).

para optarem por caminhos singulares de desenvolvimento. Finalmente, um marco para a conexão entre cultura e desenvolvimento, *Bogota Intergovernmental Conference on Cultural policies in Latin America and the Caribben*, em novembro de 1978, o princípio do pluralismo foi mobilizado para compreender o significado de identidade cultural, de tal modo que a figura monolítica das fronteiras culturais diposta nos limites dos Estados-nacionais foi amplamente questionada em favor da noção de “*culture de métissage*”¹⁴. Por este ângulo, a pluralidade das culturas não é mais vista como um fator de instabilidade e conflito, mas como fonte de valor potencial e característica inexorável das organizações sociais humanas¹⁵.

Ao longo da segunda metade da década de 1980 e no processo da década de 1990, o vínculo entre cultura e democracia foi sustentado pela tese do multiculturalismo e a requalificação dos direitos humanos à luz dos direitos culturais que correspondem ao ideal de uma cidadania cultural. A tensão entre universal e particular permanece no debate sobre os direitos humanos, uma vez que é assumida a universalidade do conceito de humanidade e, assim, sendo a “cultura”, mesmo na sua pluralidade, o apanágio da unidade dessa espécie biológica. No entanto, ao mesmo tempo “cultura” é particularidade no sentido de diferença, quer dizer, aquilo que corrompe a unidade por dentro ao evocar o amplo espectro da diversidade dos gêneros da vida humana. Há uma situação ambígua através da qual “cultura”, ou “diversidade cultural”, é aquilo que nos une e separa ao mesmo tempo, nos une em espécie e nos separa em gênero. É por isso que cresce a equalização de interesses entre os assim chamados direitos humanos e os direitos dos povos para que tanto ao nível da individualidade quanto ao nível da coletividade sejam garantidos os direitos de autorrealização e convivência pacífica¹⁶.

Em 1986, por ocasião da centésima plenária da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi feita a *Proclamation of the World Decade of Cultural Development*, em que se firmavam quatro objetivos principais: 1) o reconhecimento da dimensão cultural do desenvolvimento; 2) a afirmação e fomento às identidades culturais; 3) a ampliação dos vínculos entre cultura e política; 4) a promoção da cooperação cultural internacional. Dessa forma, as relações entre cultura, política, desenvolvimento e democracia aparecem cada vez mais orgânicas e articuladas¹⁷.

¹⁴ UNESCO (2004, p. 13).

¹⁵ UNESCO (2004, p. 10-14).

¹⁶ UNESCO (2004, p. 14-16).

¹⁷ UNESCO (2004, p. 17).

É nesse sentido que a antiga política de assimilação vertical dá lugar ao modelo multicultural-normativo de cidadania segundo o qual a própria diversidade cultural torna-se elemento fundamental para a sustentação democrática dos Estados nacionais. A utopia posta nos documentos da UNESCO consiste em alinhar a possibilidade da ordem internacional com um cenário sociopolítico e cultural cada vez mais fragmentário, de tal modo que o objetivo central não é senão encontrar paralelos e entendimentos comuns naquilo que diz respeito aos valores de “equidade”, “justiça” e “liberdade” que sejam passíveis de compartilhamento por parte da maioria dos povos das Nações Unidas, os mesmos que assinam o compromisso da cooperação internacional. A título de síntese, é possível sugerir o seguinte esquema: 1) cultura - conhecimento - pacificação (1946-1960); 2) cultura - política - identidade cultural - autonomia e independência (1966-1970); 3) cultura - desenvolvimento - poder econômico - inserção no cenário internacional (1970-1980); 4) cultura - democracia - relações intra-internacionais - diversidade cultural (1990-2000).

Após a 31ª Conferência Geral da UNESCO, em outubro de 2001, foi lançada a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”, instrumento que consagra a diversidade dos ecossistemas culturais como um patrimônio comum da humanidade, isto ao ressaltar os aspectos de originalidade, pluralidade e identidade das expressões humanas com a finalidade de promover o intercâmbio, a inovação e a criatividade entre os Estados-membros signatários do referido documento. Além de pressupor o reconhecimento da diversidade cultural como um imperativo ético, a Declaração de 2001 também prevê nos artigos 8º, 9º e 10º algumas estratégias vinculadas ao desenvolvimento sustentável. Ao tratar dos bens e serviços culturais enquanto mercadorias distintas das demais, o artigo 8º sugere o reconhecimento dos direitos dos autores e artistas implicados na “diversidade da oferta criativa”, bem como assinala a especificidade do mercado de bens e serviços culturais considerando as identidades, os valores e os sentidos projetados nos bens e serviços culturais. No artigo 9º está prevista a função das políticas públicas enquanto catalisadoras da criatividade, um fator que reafirma a posição do Estado enquanto um colaborador ativo para a afirmação do nexo entre cultura e desenvolvimento. Contudo, é no artigo 10º que está prevista a estratégia de cooperação internacional para “reforçar as capacidades de criação e de difusão em escala mundial”, algo que visa construir um ambiente nacional e transnacional para as indústrias culturais se viabilizarem como setor estratégico do desenvolvimento endógeno e, ao mesmo tempo, global.

Por ocasião da 33ª Conferência Geral da UNESCO, entre os dias 3 e 21 de outubro de 2005, realizada em Paris, oficializou-se a “Convenção sobre a proteção e promoção da

Diversidade das Expressões Culturais”, fixando, portanto, um instrumento jurídico internacional sólido para as medidas normativamente previstas na direção dos vínculos firmados entre “cultura” e “desenvolvimento”. Dentre as várias prerrogativas da Convenção de 2005, consta o artigo 14º inciso “a” e “b” para os quais importa exatamente “o fortalecimento das indústrias culturais em países em desenvolvimento”. Criar e fortalecer as capacidades de produção e distribuição; facilitar o acesso das atividades, bens e serviços culturais ao mercado global; permitir a emergência dos mercados regionais; apoiar a mobilidade e o intercâmbio; encorajar a colaboração entre países desenvolvidos e em desenvolvimento – capacidades, acesso, emergência, mobilidade e colaboração – este é o jargão normativo das estratégias de cooperação para o desenvolvimento cultural. Tudo se passa como se o objetivo proposto fosse construir capacidades e instituições para potencializar os recursos humanos nos países considerados “em desenvolvimento”, seja no setor público ou privado, especificamente as capacidades relativas às técnicas gerenciais, às formulações para a implementação de políticas públicas, bem como para o ordenamento da produção, distribuição e consumo das expressões artísticas e culturais.

INTERTEXTUALIDADE E PLANO DE AÇÃO NAIRÓBI

Os modelos de desenvolvimento aqui tematizados, os quais incorporam a dimensão cultural no formato das indústrias criativas, encontram-se em circulação por via das redes transnacionais de comunicação compostas por comunidades políticas, econômicas e epistêmicas. As modalidades enunciativas propostas acerca da dimensão cultural do desenvolvimento foram rastreadas a partir da série de documentos que deflagram o exercício de práticas de administração simbólica da diferença ajustadas em pedagogias políticas, econômicas e jurídicas. O repertório normativo-prescritivo dos instrumentos internacionais, ao propor uma pedagogia do desenvolvimento aplicada ao setor das indústrias criativas-culturais, mantém como objetivo principal consolidar o quadro institucional propício à formação do mercado global dos bens simbólico-culturais. É justamente com o propósito de compreender as dinâmicas de afirmação desse mercado cultural global que o *Plano de Ação Nairóbi* se torna pertinente, sobretudo considerando o papel normativo das agências transnacionais a partir dos *planos de ação* para, desta forma, promover a transferência de capacidades e competências específicas. Ademais, será feita uma consulta ao documento *Culture, Trade and Globalization:*

questions and answers (2000)¹⁸ no sentido de investigar o solo conceitual sobre o qual erguem-se as prescrições normativas dos mesmos planos de ação.

O documento anuncia, enquanto objetivo fundamental, o compartilhamento de conceitos e definições pertinentes para a estruturação dessa economia dos bens simbólico-culturais. Há um tom claramente normativo, inclusive no que diz respeito às orientações destinadas aos países considerados “em desenvolvimento”. O uso da expressão “*they must*” (“eles devem”, em referência aos países “em desenvolvimento”) é flagrante da intencionalidade prescritiva¹⁹. Nesse sentido, quatro considerações preliminares são elaboradas: 1) a primeira afirma que a cultura foi alçada ao primeiro plano no mesmo compasso dos processos de globalização; 2) a segunda aponta para o fato de que a relação entre cultura e comércio atingiu um patamar estratégico no âmbito da nova economia do conhecimento; 3) a terceira para o esforço cada vez mais decisivo no sentido de estabelecer uma legislação comercial global para a regulação da produção e distribuição dos bens e serviços culturais, sobretudo naquilo que diz respeito aos trânsitos aduaneiros; 4) a quarta, por fim, para o fato de que o novo modelo econômico de crescimento, pautado pela expansão internacional do comércio e pelo desenvolvimento tecnológico, deixa dois terços da população humana excluída da construção de uma sociedade pós-industrial informacional. Nesse sentido, há o diagnóstico segundo o qual os fluxos comerciais dos bens culturais são fortemente concentrados e desequilibrados globalmente²⁰.

As prescrições normativas do documento reiteradamente apontam para o alinhamento entre os níveis nacional e internacional, de modo que são construídos pontos de convergência em termos da regulação dos direitos de propriedade intelectual. Algumas sugestões são feitas: 1) empréstimos e conversão monetária; 2) programas de incentivos fiscais e redução tributária para setores da área cultural; 3) investimento em tecnologia e infraestrutura que dê amparo às indústrias culturais; 4) regulação democrática das comunicações; 5) apoio institucional e estratégico à produção cultural doméstica; 6) políticas de premiação; 7) políticas de disseminação internacional dos conteúdos nacionais através dos institutos culturais, das

¹⁸ Publicado pela *Division of Creativity, Cultural Industries and Copyright*, do Setor de Cultura da UNESCO, por via do time editorial composto por Guiomar Alonso Cano, Alvaro Garzón e Geroges Poussin, o documento *Culture, Trade and Globalization* (Paris, 2000) oferece uma série de vinte e cinco perguntas e respostas sobre questões conceituais e estruturais dos mercados de bens simbólico-culturais até então formalizados no âmbito do comércio internacional.

¹⁹ UNESCO (2000, p. 11).

²⁰ UNESCO (2000, p. 7-10).

embaixadas e outras instituições voltadas ao comércio e exportação de bens e serviços culturais;
8) políticas de treinamento e formação profissional no setor cultural²¹.

Ao considerar o papel normativo da UNESCO no alinhamento do processo mais abrangente de disseminação dos modelos para o desenvolvimento, constitui um marco importante o documento intitulado *Nairobi Plan of Action for Cultural Industries in Africa*, que faz parte do conjunto de esforços das Nações Unidas para promover o desenvolvimento no continente africano desde a década de 1980. Posta a finalidade de compreender a inserção histórica do documento foco aqui analisado, importa-nos resgatar a intertextualidade documental a partir da qual o plano de ação Nairóbi é constituído e situado enquanto modelo prescritivo para o desenvolvimento do setor cultural das indústrias criativas.

Em 1982 ocorreu a *World Conference on Cultural Policies*, momento no qual foi publicado a *Mexico City Declaration on Cultural Policies*, um documento que enfeixa as preocupações acerca da dimensão cultural do desenvolvimento enquanto objetivo a ser perseguido com a finalidade de incorporar os aspectos qualitativos referentes ao bem-estar das populações afetadas pelas transformações abruptas do capitalismo global. Seis anos depois, ocorre a *World Decade for Cultural Development - plan of action (1988-1997)*, documento com grande impacto e que pretendeu fixar quatro grandes objetivos: 1) o reconhecimento da dimensão cultural do desenvolvimento; 2) a afirmação e positivação das identidades culturais; 3) a ampliação da participação na cultura; 4) promoção da cooperação internacional para a cultura. As ações propostas por este documento incluem, por exemplo: 1) treinamento profissionalizante; 2) informação para especialistas e gestores; 3) pesquisa no âmbito do setor cultural; 4) promoção dos instrumentos internacionais veiculados pela UNESCO; 5) cooperação internacional para a cultura por via da integração sub-regional, regional e inter-regional²².

Em 1992 surge, então, o *Dakar Plan of Action*, o primeiro documento registrado com a finalidade direcionada de disseminar as indústrias culturais-criativas no continente africano. Nesse momento, para além do objetivo de influenciar os gestores de políticas públicas dos Estados-nacionais africanos, há também, pela primeira vez, a enunciação da unidade discursiva "*African Cultural Common Market*"²³. É proposta a construção de um quadro legal e institucional para regular e promover os mercados culturais, seja através do incentivo fiscal ou

²¹ UNESCO Georges (2000, p. 52-53).

²² UNESCO (1990, p. 3-5).

²³ UNESCO; OAU (1992, p. 30).

da política de subsídio, mas principalmente no que tange a regulação dos direitos de propriedade intelectual. A finalidade consiste, portanto, em organizar o espaço cultural africano, torná-lo mais rentável e profissional para que, assim, os artistas e os produtos culturais propriamente africanos consigam disputar os diversos públicos e reverter os respectivos lucros.

A primeira sessão ordinária da conferência dos Ministros da Cultura africanos, promovida pela União Africana em conjunto com as Nações Unidas, ocorrida entre os dias 10 e 14 de dezembro de 2005, realizado na capital do Quênia, resultou na elaboração do documento foco aqui analisado: *Nairobi Plan of Action for Cultural Industries in Africa*. O documento subdivide os seus objetivos em três partes: 1) econômica: geração de emprego e renda, ampliação dos mercados, fortalecimento da competitividade, promoção da profissionalização e institucionalização da legislação da propriedade intelectual; 2) social: fortalecimento da identidade cultural, reconhecimento da dimensão cultural do desenvolvimento e disseminação da democracia; 3) política: promoção da integração regional, redução da dependência geopolítica, fortalecimento da cooperação internacional. Os três objetivos específicos se enquadram dentro da promessa de “organizar os espaços culturais africanos” com a finalidade de estabelecer o mercado cultural comum africano: *The African Cultural Common Market*²⁴.

Dentre as medidas sugeridas para serem tomadas pelos Estados-membros implicados no Plano de Ação Nairóbi, encontra-se uma série de prescrições sobre a implementação de políticas públicas culturais, bem como o apelo ao reconhecimento dos instrumentos jurídicos internacionais, a formação de um sistema de informações culturais e um conjunto de proposições acerca da profissionalização dos mercados dos bens simbólico-culturais. Nesse sentido, quatro categorias de análise serão alvo das observações subsequentes, quais sejam: 1) cooperação internacional; 2) profissionalização; 3) comunicação/*advocacy*; 4) direitos de propriedade intelectual.

Na sessão 4 do Plano de Ação, intitulada *Partnerships and cultural cooperation*, está previsto o papel normativo das agências transnacionais, em particular a UNESCO e a *African Union*, no sentido de promover tanto a integração regional quanto a aderência aos processos globalizadores, isto ao fornecer os meios para consolidar as redes transnacionais de comunicação que veiculam prescrições normativas e moralizadoras. É possível notar a presença de quatro temas principais: 1) impostos / taxas; 2) direitos de propriedade intelectual; 3)

²⁴ UNESCO; OAU (2005, p. 16-17).

investimento privado; 4) financiamento e patrocínio público. Esses quatro temas privilegiados constam na pauta das redes especializadas na produção, *marketing* e disseminação dos bens culturais, bem como no campo de pesquisa sobre o desenvolvimento regional a partir das indústrias culturais-criativas. Além da promoção de fóruns especializados, consta o apoio à criação dos grupos profissionais que visam a defender os seus direitos, bem como a revitalização da *African Organization for Intellectual Property* (OAPI).

Nomeada como *Capacity Building*, ou construção de capacidades, a quinta sessão do Plano de Ação objetiva abranger a administração dos recursos humanos empregados no âmbito da cadeia produtiva das indústrias culturais-criativas, cujo objetivo é fortalecer as instituições culturais, os ministérios e departamentos responsáveis pela "cultura", bem como os empreendimentos culturais privados. A construção de capacidades e instituições está balizada por quatro tipos de ações: *training*, *inventory*, *mobility* e *marketing*. As estratégias de construção de capacidades e competências se inserem dentro da perspectiva da profissionalização do setor cultural, uma vez que as políticas de treinamento não se restringem aos artistas, mas também implicam os gestores, os administradores e os distribuidores dos recursos humanos envolvidos. O treinamento e a mobilidade estão associados justamente porque está pressuposto o intercâmbio de informações e competências entre os países membros das redes transnacionais de comunicação. Por isso, é feito o apelo com vistas à elaboração de um inventário capaz de organizar os indicadores culturais para o benefício das instituições responsáveis, bem como para favorecer o processo de *marketing*, ou seja, as estratégias de mercantilização dos bens, serviços e atividades culturais-criativas. As recomendações em termos da construção de capacidades e instituições são feitas de acordo com as especificidades de cada setor das indústrias culturais-criativas, tais como a música, o cinema, o rádio, o teatro, a imprensa, as artes, o artesanato e o turismo²⁵.

Alinhado às estratégias de comunicação do Plano de Ação, na sessão dedicada ao papel da imprensa, consta entre as recomendações o exercício do *advocacy* para a promoção das indústrias criativas. *Advocacy* é o termo utilizado para designar as operações de convencimento que pretendem canalizar esforços e investimentos, quer dizer, uma atividade cuja finalidade é sensibilizar os formuladores de políticas públicas, os investidores privados e o público consumidor. Dessa forma, pretende-se fomentar os canais de comunicação responsáveis pela disseminação dos temas relativos às indústrias criativas, tais como o reconhecimento da dimensão cultural do desenvolvimento, a importância da legislação dos direitos de propriedade

²⁵ UNESCO; OAU (2005, p. 26-28).

intelectual e a necessidade de salvaguardar a herança cultural africana. Em outras palavras, consta entre as estratégias do Plano de Ação o exercício de uma campanha midiática para o enraizamento da proposta de desenvolvimento por via das indústrias criativas.

No sentido de organizar o espaço cultural africano e estabelecer um mercado cultural africano comum, as agências nacionais e internacionais constitutivas das redes transnacionais de comunicação, ao proporem instrumentos tais como os planos de ação prescritivos, colocam em circulação os modelos de indústrias criativas para o desenvolvimento. Tudo se passa como se o plano de ação articulasse uma intervenção em quatro frentes: primeiramente, os vínculos firmados pela cooperação internacional que buscam conectar uma rede de pessoas especializadas; posteriormente, as estratégias de transferências de capacidades e competências na gestão dos recursos humanos; ainda, o assentamento da legislação acerca dos direitos de propriedade intelectual; e, por fim, as redes de comunicação responsáveis pela disseminação dos modelos.

CONCLUSÃO

É possível observar como, através de uma trama histórica ilustrada pela intertextualidade documental trabalhada, operam-se os fluxos globais de modelos para o desenvolvimento que implicam em pedagogias políticas, econômicas e jurídicas, ou seja, a disseminação de práticas de administração simbólica da diferença executadas em nome do desenvolvimento e da diversidade cultural.

Na primeira parte do texto afirma-se a historicidade da matriz discursiva do desenvolvimento, ou seja, o modo pelo qual o *corpus doutrinário* e normativo do desenvolvimento se formou e expandiu ao redor do mundo. A hipótese sugerida consiste na passagem do modelo de intervenção colonial para o modelo de intervenção desenvolvimentista, que suscita a disseminação das formas de organização social, política e econômica ajustadas às circunstâncias geopolíticas do momento. Os modelos de desenvolvimento considerados foram aqueles que incorporam a dimensão cultural através das indústrias criativas, isto ao proporem táticas de gestão dos recursos simbólico-culturais.

Na segunda parte do texto buscou-se a historicidade do conceito de “cultura” e “diversidade cultural” no interior do sistema cooperativo das Nações Unidas, particularmente no âmbito da UNESCO. O argumento sugere que o deslizamento semântico entre a matriz discursiva desenvolvimentista e a matriz discursiva culturalista promoveu instrumentos jurídicos

internacionais em favor da diversidade então considerada enquanto um emblema e um oxímoro do mundo contemporâneo.

Finalmente, a terceira parte do texto, ao focalizar o Plano de Ação Nairóbi, pretendeu argumentar sobre o *modus operandi* das redes transnacionais de comunicação responsáveis pela disseminação dos modelos de desenvolvimento que incorporam a dimensão cultural das indústrias criativas. Verificou-se, portanto, quatro tipos de ação encadeadas, quais sejam: a formação das redes da cooperação internacional; a profissionalização dos recursos humanos; a legislação dos direitos de propriedade intelectual; e as estratégias de *advocacy* e comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Elder P. Maia. A Economia Criativa no Brasil: modernização cultural, criação e mercado. **Latitude – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia**. Maceió, vol. 6 – n.2 – p.15-48, dez. 2012.

APPADURAI, Arjun. “Disjuncture and difference in the global cultural economy”. In: DURINGS, S. **The cultural studies reader**. London and New York: Routledge, 2005

BALANDIER, Georges. A Noção de Situação Colonial. **Revista USP Cadernos de Campo**, São Paulo, v.3, n.3, p.107-131,1993.

BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**. São Paulo. Editora Cultrix, 1973.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

BENDASSOLI, Pedro; WOOD Jr., Thomaz; KIRSCHNAUM, Charles; CUNHA, Miguel. Indústrias Criativas: Definição, Limites e Possibilidades, 2009, **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 1, pp. 10-18, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **Cultura y Desarrollo**. Buenos Aires, Editora Paidós, 2012.

CUNNINGHAM, Stuart D. From cultural to creative industries: Theory, industry and policy implications. **Media International Australia Incorporating Culture and Policy: Quarterly Journal of Media Research and Resources**, 102(1), pp. 54-65, 2002

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World**. New Jersey, 1995.

FARIAS, Edson. Cultura e Desenvolvimento: figuras histórico-cognitivas de uma dinâmica geopolítica. **Latitude – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia**. Maceió, vol. 6 – n.2 – p. 49-80, dez. 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 8ª ed., 2014.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1974.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna - Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo, Edições Loyola, 25^a ed., 2014.

HERZSFELD, Michael. **Antropologia: prática teórica na cultura e na sociedade**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 17^a ed., 2013

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo - A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo, Editora Ática, 1997

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações - Comunicação, Cultura e Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

O'CONNOR, Justin. **The Cultural and Creative Industries: A Review of the Literature**. London: Arts Council England, 2007.

ONU. **Charter of the United Nations and Statue of the International Court of Justice**. São Francisco, 1945.

_____. *Definition of basic concepts and terminologies in governance and public administration*. New York, 27-31 March, 2006.

ORTIZ, Renato. **Universalismo e Diversidade - Contradições da Modernidade-Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2015.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Global flows of development models. In. **Anthropological Forum**, vol. 23, n. 2, pp. 121-141, 2013.

_____. Diversidade Cultural enquanto Discurso Global, **Revista Avá** n° 15, v. 1, pp. 9-39, Cidade do México, jul. 2009

_____. Condição Transnacionalidade. **Série Antropologia**, Brasília, v. 223, p.1-34, 1997

SILVA, Kelly. Administrando Pessoas, Recursos e Rituais. Pedagogia Econômica como Tática de Governo em Timor-Leste, **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 45, p. 127-153, jan/jun 2016.

UNESCO. **Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions**. Paris: Unesco, 2005.

_____. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris: Unesco, 2002.

_____. **Unesco and the issue of cultural diversity. Review and strategy, 1946-2000**. Unesco, 2000.

_____. **World Decade for Cultural Development 1988-1997 - Plan of Action**, Paris, 1988

____. **Culture, Trade and Globalization: Questions and Answers**, Paris, 2000

____. Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (1946). In. **Basic Texts**. Paris, 2014.

UNESCO; OAU. **Cultural Industries for Development in Africa: Dakar Plan of Action**, Nairobi (Kenya), 1992

____. **Nairobi Plan of Action for Cultural Industries in Africa**, Nairobi, 2005.

YUDICE, George. **A Conveniência da Cultura - Usos da Cultura na Era Global**. Belo Horizonte: UFMG, 2004

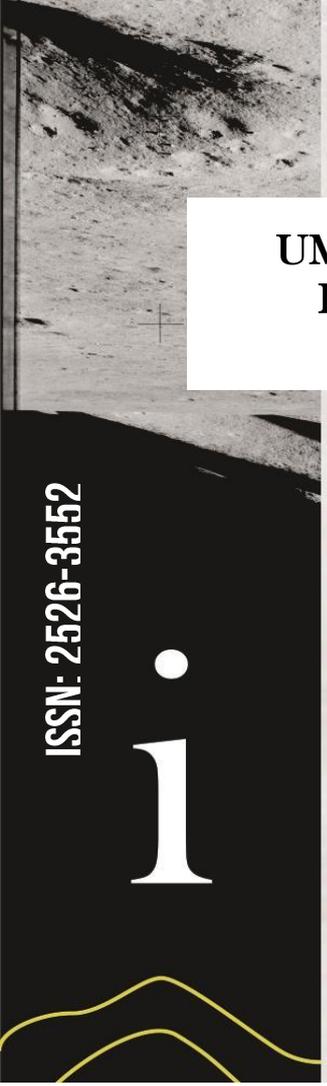
DIVERSITY, DEVELOPMENT AND MERCANTILIZATION PROCESSES OF "CULTURE": UNESCO'S NORMATIVE ROLE IN THE DIFFUSION OF CREATIVE INDUSTRY MODELS

ABSTRACT: This article proposes to discuss the process of alignment between the concept of "culture" and the discursive matrix of development within the historical context of transformation of the modes of regulation of global capitalism in the second half of the twentieth century. Firstly, it is intended to point to the link between culture and economy within the debate on the creative industries. Subsequently, based on the analysis of a series of UNESCO documents, it is sought to trace the discursive strategies to legitimize the principle of cultural diversity in the context of international cooperation for development. Finally, a focus document - Nairobi Plan of Action - is used, supported by a related documentary intertextuality, from which it will be possible to understand the protocol of dissemination of the prescriptive models of the creative industries worldwide.

KEYWORDS: Development. Diversity. Culture. Creative Industry. UNESCO.

RECEBIDO EM: 08.05.2017

ACEITO EM: 02.10.2017



UMA VIDA PARA A *PRÁXIS*: APONTAMENTOS SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO DE ROSA LUXEMBURGO

FELIPE ALVES DA SILVA¹

RESUMO: O pensamento político de Rosa Luxemburgo teve grande importância para a esquerda política e o pensamento socialista revolucionário. Crítica feroz à burocracia que dominava os partidos alemães no contexto na qual estava inserida – limitando o acesso das massas a eles –, militou em favor da espontaneidade e emancipação da classe trabalhadora, de forma que pudessem participar diretamente das questões políticas, sendo visível a absoluta coerência entre o que defendia na teoria e a sua vida prática. Ainda que não se tenha por finalidade esgotar a temática, buscar-se-á, mediante o presente trabalho, apresentar um pouco sobre o seu pensamento político.

PALAVRAS-CHAVE: Rosa Luxemburgo. Política. Emancipação. Teoria e prática.

INTRODUÇÃO

Rosa Luxemburgo desempenhou um papel crucial na Alemanha e seu pensamento político ainda se mostra de grande valia nos dias atuais. Considerada como de suma importância para a esquerda política e uma das mentes mais importantes do pensamento socialista revolucionário, ela foi uma das principais líderes do Partido Social-democrata Alemão (SPD)² e do movimento Espartaquista. Entretanto, não se limitou a isso, superando inúmeras dificuldades que variam desde enfermidades físicas a preconceitos pelo fato de ser mulher em um mundo marcadamente masculino, fazendo-se ouvir e ser respeitada em um período hostil às vozes femininas.

Dirigindo-se em prol das massas, defendia ferozmente a participação direta da classe trabalhadora nas deliberações políticas, tecendo inúmeras críticas inclusive aos líderes do partido social-democrata alemão, militando no sentido de desburocratizar as organizações e

¹ Graduando em Direito pela Faculdade Cidade Verde (FCV/Maringá) e Filosofia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integrante do Grupo de Estudos Schmittianos (RIES/FCV), vinculado à Rede Internacional de Estudos Schmittianos. Email: felipedasilva.eb@gmail.com

² O SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*) fora unificado em 1875 ao antigo SDAP (*Sozialdemokratische Arbeiterpartei Deutschlands*).

descentralização destas, de forma que as massas pudessem participar autônoma e espontaneamente nas questões políticas. Buscava, em última instância, a emancipação da classe trabalhadora, e o partido político detinha grande importância nesse quesito, pois sua função era a de justamente “esclarecer, explicar, precisamente porque o partido tinha, no entender de Rosa, a visão de conjunto do desenvolvimento capitalista e do lugar que a classe trabalhadora ocupava nesse processo” (LOUREIRO, 2001, p. 89).

Tinha plena consciência de que para o ser humano realizar-se por completo seria necessária uma sociedade justa, pacífica e igualitária, que para ela seria uma comunidade humana autêntica, representando de fato o que entendia por socialismo (LOUREIRO, 2005, p. 28). Só através da revolução que seria alcançado esse objetivo, por isso militou em favor da ação revolucionária espontânea das massas, havendo certa primazia de sua parte pela *práxis*, isto é, uma busca incessante pela coerência entre o que era defendido na teoria e o que era colocado em prática. Buscou-se, mediante o presente trabalho, apresentar, ainda que minimamente, um pouco sobre essa figura singular e muito à frente de seu tempo, que lutou até as últimas consequências pela classe trabalhadora e cujo pensamento político perdura até a atualidade.

A ROSA VERMELHA DO SOCIALISMO O DESPERTAR POLÍTICO DE ROSA LUXEMBURGO

Luxemburgo nasceu em 5 de março de 1870, em Zamosch, na Polônia. Em 1889, já com 19 anos e, em muito por causa de sua agitação revolucionária, se vê obrigada a deixar seu país natal e ir para Zurique, na Suíça, pois se tivesse permanecido na Polônia, certamente teria sido presa por suas opiniões políticas. No exterior, Luxemburgo continuou a estudar e - em um período de extrema dificuldade para qualquer mulher - concluiu em 1898 seu doutorado em economia.

Foi casada durante 15 anos com Leo Jogiches, rompendo em definitivo o casamento em 1907, ao passo em que vai se tornando independente e respeitada tanto no campo teórico quanto no campo político. Com o rompimento, Rosa passa a se relacionar com Costia Zetkin, filho de sua amiga Clara Zetkin, 13 anos mais novo que ela, algo que não era bem visto e que rompia as barreiras do que era considerado “comum” para o período.

Enquanto estava em Zurique, ela conheceu muitos revolucionários exilados da Rússia, que, na ocasião, focavam na questão do que pensavam que deveria acontecer à Polônia, ou seja, se a Polônia deveria ou não ser autônoma. Luxemburgo foi contra isso, pois acreditava que um

estado recém-criado era fraco, logo, em desvantagem, deixando brecha para que a burguesia usasse essa fraqueza nacional para a sua vantagem, de forma a fortalecer seu domínio sobre os trabalhadores. Seu ponto de vista foi contestado por muitos e, como resultado, Luxemburgo formou, em 1894, o Partido Social-Democrata polonês junto de Leo Jogiches, companheiro de exílio.

Em 1898, resolve deixar Zurique, pois esta começa a se tornar calma e pequena demais para sua personalidade agitada, seguindo para Berlim onde se juntou ao Partido Social-Democrata Alemão. Luxemburgo se insere na esfera do debate e, em 1900, produz sua obra *Reforma social ou Revolução?*, voltando-se contra o revisionismo marxista de Bernstein e desafiando sua autoridade ao compará-lo a um radical burguês. Com isso, se torna respeitada e reconhecida dentro do partido.

Ela apoiou e militou por reformas, sempre buscando melhorar a vida das pessoas, mas não se limitava a isso, pois tinha por finalidade, em última instância, promover uma revolução completa dos sistemas governamentais, levando-a a afirmar que a “luta pela reforma é o meio e a revolução é o fim” (LOUREIRO, 2005, p. 16). Ela viu a Revolução Russa, de 1905, como um bom sinal de esperança, como pontua Loureiro (1995, p. 35):

Pode-se dizer que a revolução de 1905, a primeira de que participou ainda que por pouco tempo, permaneceu para Rosa como modelo da revolução proletária. “Os meses passados na Rússia, os mais felizes da minha vida” (*GW2*, p. 177) e a reflexão a seguir permitem-lhe elaborar algumas das ideias centrais do seu pensamento político: a democracia só se realiza plenamente na revolução, por ser um processo em que as massas participam abertamente, agindo de maneira autônoma e criativa. As massas, e não o partido social-democrata, são o sujeito da história. O partido é apenas um fator entre muitos, no desenrolar do processo histórico.

Ao eclodir da guerra em 1914, a qual ela fora abertamente contra, irritou-se com o Partido Social-Democrata, que tinha totalmente apoiado a entrada da Alemanha na guerra. Eventualmente ela deixaria o SPD e se aliaria a Karl Liebknecht, que compartilhava dos mesmos pontos de vista e também havia deixado o SPD por descontentamentos similares. Eles formaram o denominado “Grupo Internationale” que se tornaria posteriormente os Espartaquistas. Sua principal defesa durante a Primeira Guerra foi a de que os soldados alemães virassem suas armas contra seus oficiais e depois contra o governo a fim de derrubá-lo. Tanto Rosa Luxemburgo quanto Liebknecht foram presos por suas atividades políticas, ela logo após um violento discurso contra a guerra e o imperialismo em 1915.

O PENSAMENTO POLÍTICO DE ROSA: COERÊNCIA ENTRE A TEORIA E PRÁTICA

Enquanto estava na prisão, Luxemburgo escreveu a obra *A crise da social-democracia*, com o pseudônimo de “Junius”, que viria a conter as bases das crenças Espartaquistas. Em 1916, é libertada da prisão e continua com seus trabalhos revolucionários, o que acarretaria em uma nova prisão seis meses depois, que perpetuaria até o final de 1918.

Em um apontamento acerca do pensamento político de Rosa, Isabel Loureiro brilhantemente destaca:

A partir de 1914, há uma guinada no pensamento de Rosa. O viés determinista que por vezes aparecia é profundamente abalado com a adesão da social-democracia e dos proletariados nacionais à guerra imperialista. Numa época de crise para o socialismo, como foram os anos da primeira guerra mundial, época de refluxo dos ideais revolucionários, a “experiência histórica” passa a ser fundamental. É preciso que as massas tomem consciência e façam a crítica de seus erros e ilusões para que a humanidade se emancipe. Em 1914, esses erros e ilusões consistiam na adesão à guerra imperialista e no conseqüente abandono do programa internacionalista da social-democracia. Escreve Rosa:

“Os seus erros [do proletariado] são tão gigantescos quanto as suas tarefas. Não há esquema prévio, válido de uma vez por todas, não há guia infalível para lhe mostrar o caminho a percorrer. A experiência histórica é seu único mestre. O caminho espinhoso da sua autolibertação não só está juncado de sofrimentos sem limites, mas também de inúmeros erros. (...) A moderna classe operária paga caro toda compreensão da sua missão histórica. O Gólgota da sua libertação está pavimentado de terríveis sacrifícios. (...) Parecemo-nos verdadeiramente com aqueles judeus que Moisés conduziu através do deserto. Mas não estamos perdidos e venceremos, se não tivermos desaprendido a aprender”. (LOUREIRO, 1997, p. 48)

Há, em Rosa Luxemburgo, a noção de que a participação ativa das massas seria a base de qualquer processo político, além de ser essencial para qualquer processo revolucionário. Existe uma grande preocupação de sua parte no que se refere à questão da autonomia popular. Seu pensamento é marcadamente voltado para a *práxis*, a qual nota-se a defesa e a importância de que a teoria corresponda à prática, não poupando críticas inclusive – ou exclusivamente – aos “companheiros” do próprio partido socialdemocrata. Tem-se de fato a vinculação entre teoria e prática ao dotar as massas de autonomia e incentivar a auto formação do indivíduo, de modo que ele tenha as condições de, por si só, reconhecer sua condição e se tornar um sujeito revolucionário. Acerca do colocado, Isabel Loureiro comenta:

Na sua *Introdução à economia política*, recorde-se, há e não há, ao mesmo tempo, uma defesa das culturas primitivas. Os povos primitivos têm, de certa forma, algo a ensinar-nos: o comunismo, a vida harmônica em sociedade. Assim como as massas russas incultas, que ainda não tiveram seu poderoso instinto revolucionário reprimido por nenhuma organização burocrática, ensinam ao ocidente a revolução proletária. Ou seja, para Luxemburg [...] não existe nenhuma separação intransponível entre o primitivo, o inculto, o inconsciente, o desorganizado e o seu contrário. O espontâneo, o natural, ainda não moldado pela cultura, numa viagem em que dá adeus às ilusões, alcança a consciência, desaliena-se. Em outras palavras, as massas elementares tomam-se conscientes no próprio processo da sua formação como classe. Nele adquirem consciência da sua situação de espoliadas e passam à ação revolucionária, tornando-se sujeitos conscientes da história.

É pois a autoformação do sujeito revolucionário que permite a vinculação entre a teoria e a prática. Em outras palavras, a forma de passar da teoria à prática consiste na consciência de classe (latente, teórica e que se torna prática nos momentos revolucionários), encarnada, não no partido, como quer Lukács, mas na própria classe, com as suas múltiplas formas de expressão. Segundo a autora, portanto, *a classe em si torna-se progressivamente classe para si, ou seja, o proletariado consciente é resultado da sua própria experiência, num processo incluindo erros e derrotas.* (LOUREIRO, 1995, p. 72, grifo nosso)

Vale ressaltar que são notórias as constantes críticas de Luxemburgo aos fenômenos burocráticos que regiam os movimentos em geral, fazendo com que sua contribuição seja ainda mais valorizada e merecedora de respeito. Maurício Tragtenberg (1991, p. 43), um grande apreciador da obra de Luxemburgo e um genuíno autodidata, sobre esse ponto em específico, argumenta de forma belíssima:

No caso de Rosa, o importante é a absoluta coerência entre meios e fins, entre vida e discurso, coisa rara nos dias que correm. Nos dias que correm, como diz Maquiavel, vemos discurso de leão; e depois esse pessoal radical, ante o poder, assume forma de raposa. É o jogo do leão e da raposa. Pode-se ter um discurso de leão ante os estudantes e um discurso de raposa ante um reitor de uma universidade ou um ministro de Estado, porque poder é poder.

Um dado central, patrimônio do movimento socialista em geral, é a exigência da coerência entre discurso e prática. Não é possível ser altamente avançado como homem público, mas bater na esposa e escravizar os filhos na vida privada. O que se é na vida privada é a base do que se vai ser na vida pública. Não há dúvida de que um tirano nas relações diretas procurará, nas posições de poder na vida pública, tyrannizar os outros. É importante em Rosa Luxemburg essa exigência de coerência até quase desumana, terrível, entre o discurso, a existência e a prática política. Esse é um produto que está fazendo falta no mercado da esquerda mundial. Creio que o que domina é muitas vezes o contrário: a pessoa é muito libertária na vida pública, ante o grande público, mas na esfera de relações diretas é altamente **tirânica**.

É preciso ressaltar que somente a prática em si não é suficiente, sendo necessária também a teoria, porque no fundo ambas se complementam, porém, como Karl Korsch, em sua obra “Marxismo e Filosofia”, argumenta, havia certo “desprezo da maioria dos teóricos marxistas da Segunda Internacional para com todos os problemas filosóficos” (KORSCH, 2008, p. 45), tornando a problemática mais difícil de trabalhar, uma vez que tanto os marxistas ortodoxos quanto os não marxistas não reconheciam a importância do caráter filosófico na obra de Marx e Engels. Aliás, Korsch também chama a atenção e critica o fato de algumas pessoas agirem publicamente como marxistas, porém no âmbito privado não mantêm ou não defende a mesma posição, isto é, não mantêm uma coerência entre o discurso proferido e a prática cotidiana.

Ora, Korsch critica Luxemburgo no aspecto supracitado, qual seja de primazia à prática e o desprezo, de certa maneira, ao caráter filosófico da obra de Marx e Engels. No decorrer de sua obra, Korsch chama a atenção dizendo que no período em que foi

disseminado, o marxismo não possuía um caráter revolucionário a ser devidamente cumprido na prática. Ressalta, inclusive, que, por grande parte dos marxistas ortodoxos e revisionistas, como é o caso de Rosa Luxemburgo, os problemas revolucionários deixaram de existir no plano teórico enquanto problema do mundo real. No início do século XX, argumenta Korsch, “a questão da revolução social retorna à ordem do dia em toda a sua dimensão e com toda a sua significação concreta” (KORSCH, 2008, p. 44), reformulando a teoria de modo a promover a restauração do marxismo. Nesse sentido, pontua:

Não é difícil compreender por que esta nova transformação da teoria marxista se efetuou e se efetua ainda sob a cobertura ideológica do retorno à doutrina autêntica do marxismo original, bem como apreender, para além do aspecto ideológico, o verdadeiro significado de toda essa operação. Neste domínio, teóricos como Rosa Luxemburg, na Alemanha, e Lenin, na Rússia, na realidade não fizeram e não fazem mais do que responder às exigências práticas do novo período revolucionário da luta de classes, rejeitando as tradições paralisantes do marxismo socialdemocrata do segundo período, que pressionam “como um pesadelo” as próprias massas operárias, cuja situação social e econômica, objetivamente revolucionária, já há muito não corresponde àquelas doutrinas evolucionistas. Explica-se, pois, o aparente ressurgimento da teoria marxista original na Terceira Internacional simplesmente porque, numa nova época revolucionária, não apenas o movimento proletário, mas também as concepções teóricas dos comunistas, que constituem a sua expressão teórica, devem revestir expressamente uma forma revolucionária. É por isto que hoje vemos reviver importantes partes do sistema marxista que pareciam esquecidas no fim do século XIX. Esta situação permite também compreender o contexto em que, meses antes da Revolução de Outubro, o cérebro da revolução proletária na Rússia escreveu uma obra cuja tarefa, nas suas palavras, era, “em primeiro lugar, restabelecer a autêntica doutrina de Marx sobre o Estado”. Os próprios acontecimentos tinham colocado na ordem do dia, no plano prático, o problema da ditadura do proletariado; que Lenin, num momento decisivo, tenha feito o mesmo no plano teórico, foi o primeiro signo de que então se retomava conscientemente a relação interna que o marxismo revolucionário estabelece entre teoria e prática. (KORSCH, 2008, p. 44-45)

Para Luxemburgo, seria na luta, na prática que a classe trabalhadora seria forjada, e não por meio de representantes fajutos que, agindo unicamente em prol de seus próprios interesses, se mostravam como travestidos de representatividade da classe operária prontos e capazes de defendê-los. Era preciso preparar as massas e reconhecer o poder que possuíam, e não revestir tão-somente esses “representantes” da classe que se mostravam em desacordo com a realidade dos trabalhadores. Rosa Luxemburgo buscava, então, colocar as massas no centro do debate, como destaca Loureiro (1997, p. 47):

[...] ao dar às massas desorganizadas, isto é, ao instinto de classe um papel central, Rosa mostra-as como o elemento livre da história, não tendo uma dependência imediata da *Aufklärung*, do partido e da “ciência” marxista. Ou seja, ao mesmo tempo em que aparecem ligadas à “lógica do processo histórico objetivo”, elas inventam, são autônomas, criadoras, livres. Liberdade e democracia mantêm assim uma relação intrínseca com o conceito de massas. Este é um fio condutor do seu pensamento político [...].

Ainda nessa linha, cumpre destacar a presente fala de Luxemburgo, em seu texto *O que quer a Liga Spartakus?*, sobre o discorrido previamente:

A luta pelo socialismo é a mais prodigiosa guerra civil conhecida até hoje pela história do mundo, e a revolução proletária deve-se preparar para ela com os instrumentos necessários, precisa aprender a utilizá-los – para lutar e vencer. Munir assim a massa compacta do povo trabalhador da totalidade do poder político, para que realize as tarefas da revolução, eis a ditadura do proletariado e, portanto, a verdadeira democracia. Não há democracia quando o escravo assalariado se senta ao lado do capitalista, o proletário agrícola ao lado do *Junker*, numa igualdade falaciosa, para debater seus problemas vitais de forma parlamentar. Mas quando a massa dos milhões de proletários empunha com sua mão calosa a totalidade do poder do Estado, tal o deus Thor com seu martelo, para arremessa-lo à cabeça das classes dominantes, só então haverá uma democracia que não sirva para lograr o povo. (LUXEMBURGO, 1991, p. 105)

Dentre várias críticas à burocracia por parte de Rosa, Isabel Loureiro chama a atenção para uma delas direcionada a Lenin, em 1904:

Em 1904 ela publica um artigo polemizando com Lenin, “Questões de organização da social-democracia russa”. Nesse texto, questiona o centralismo da concepção leninista de partido-vanguarda formado por revolucionários profissionais. Para Rosa, as direções têm um papel secundário a desempenhar na elaboração da tática revolucionária, ou seja, esta é muito mais fruto da ação espontânea das massas do que invenção dos dirigentes. Rosa teme que essa concepção centralizadora de Lenin mate a vida do partido russo, um partido jovem que está começando, que está nascendo. Teme que um partido dirigido por intelectuais se transforme numa burocracia autônoma dominando as massas operárias. Esse artigo foi muito importante para a esquerda anti-stalinista. [...] Rosa fazia uma crítica de dentro, uma crítica pela esquerda: ela tinha medo do centralismo, de que o partido se burocratizasse. (LOUREIRO, 2001, p. 88)

Loureiro destaca, ainda, que o principal lema que Rosa carregava consistia em um verso do *Fausto*, de Goethe, que dizia “no princípio era a ação” – “In principio era l’Azione!” –, pois “aquilo que considerava fundamental era justamente a ação espontânea das massas, a única coisa que podia se opor à burocratização das organizações” (LOUREIRO, 2001, p. 88). Enfim, defendia a ação direta das massas, tecendo inúmeras críticas inclusive à liderança do partido social-democrata alemão (SPD). Sobre os dilemas da centralização e da descentralização burocrática, Rosa Luxemburgo salienta:

Em geral, pode-se demonstrar com facilidade que, em certas circunstâncias, quando a parte revolucionária da massa operária ainda está desorganizada e o próprio movimento hesita, numa palavra, quando se encontra em condições semelhantes às da Rússia atual, a tendência organizatória adequada aos intelectuais oportunistas é justamente o centralismo rígido, despótico. Tal como, em contrapartida, numa fase posterior – na situação parlamentar e face a um partido operário forte, solidamente constituído –, a *descentralização* torna-se a tendência apropriada ao intelectual oportunista.

Assim, precisamente do ponto de vista dos temores de Lenin em relação à perigosa influência da *intelligentsia* sobre o movimento proletário, a sua própria concepção organizatória constitui o maior perigo para a socialdemocracia russa.

De fato, nada entrega mais segura e facilmente um movimento operário ainda jovem à sede de poder dos intelectuais, quanto confiná-lo na couraça de um centralismo burocrático, que degrada o operário de todos os abusos oportunistas por parte de uma *intelligentsia* ambiciosa quanto a atividade revolucionária autônoma do operariado, quanto o fortalecimento do seu sentimento de responsabilidade política. (LUXEMBURGO, 1991, p. 55)

Não há um consenso se Rosa Luxemburgo poderia ou não ser considerada uma feminista, mas ao analisar todo o contexto em que viveu e tudo pelo que lutou e defendeu, fica clara a sua contribuição para a luta das mulheres, de modo a haver uma maior participação na esfera política. Num período em que a participação feminina se mostrava como de difícil aceitação, Rosa advogou em defesa da participação autônoma das massas nas deliberações políticas, bem como conquistou grandes feitos na esfera do debate teórico. Sobre sua contribuição para o feminismo, Isabel Loureiro (2012, s/p) ressalta:

Rosa [...] não tinha nenhuma inclinação especial para a clandestinidade, as seitas revolucionárias, o segredo; grande oradora e jornalista, o seu era um combate público contra todas as formas de opressão, tanto social quanto individual. E é como militante política, como combatente na arena pública, que Rosa enfrenta - e vence intelectualmente - os preconceitos arraigados na socialdemocracia alemã. Nessa medida, ela rompe com o tradicional papel feminino de esposa e mãe, ou mesmo, num outro patamar, de secretária do marido. Não podemos esquecer que ela sofre de vários handicaps para a ultraconservadora Alemanha da época - é mulher, judia, polonesa e revolucionária.

Ao ser libertada em 1918, ela imediatamente retomou suas atividades revolucionárias. Em dezembro desse mesmo ano, foi a co-fundadora do Partido Comunista Alemão (KPD), essencialmente constituído por Espartaquistas.

Neste momento, a chamada revolução alemã³ estava ocorrendo e Berlim era um lugar muito perigoso para se estar. O chefe do governo da recém-formada República de Weimar, Friedrich Ebert, deixara os membros das unidades paramilitares dos Corpos Livres (*Freikorps*) incumbidos de lidar com os comunistas ou qualquer outro grupo que ousasse ameaçar o governo instaurado, com base no torpe “Pacto Ebert-Groener”, em que o “general Groener ofereceu a Ebert o apoio do Exército se Ebert adotasse um curso moderado e suprimisse movimentos de conselho mais radicais” (FULBROOK, 2012, p. 174).

Pouco tempo depois da queda da monarquia, Luxemburgo faz um estudo sobre a transição ocorrida, concluindo que a mudança fora única e exclusivamente política, ou seja, “uma troca de homens no poder, sem nenhuma mudança estrutural” (LOUREIRO, 1995, p.

³ A revolução estava diretamente relacionada ao descontentamento geral no que concerne aos caminhos resultantes do conflito - que perdurara por muito mais tempo do que o previsto - e o impacto econômico e social provenientes da guerra que assolaria a população alemã. Apesar de, em detrimento da Revolução, acontecer a passagem do Império para a República, havia uma grande parcela dos alemães que via a nova forma governamental como uma decadência, devendo, portanto, ser combatida a todo custo.

142). Não foram adotadas medidas que visassem de fato o socialismo. Pelo contrário, pois a burguesia continuava no poder e o governo de coalizão formado em Weimar entre o SPD e o USPD procurava “por todos os meios acalmá-la, não ameaçando a propriedade privada nem as relações capitalistas” (LOUREIRO, 1995, p. 142).

Sobre a passagem do regime imperial para o governo republicano e as situações de agitação tanto por parte da direita quanto da esquerda, Mary Fulbrook ressalta:

A proclamação de uma República não sufocou a insatisfação. Em Berlim, em janeiro de 1919, foram suprimidos pelo Exército e pelas unidades dos Corpos Livres (*Freikorps* - grupos voluntários financiados pela indústria e organizados pelo Exército) novos levantes, e assassinados alguns de seus líderes, como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Isso provocou o aumento da hostilidade e ressentimento dos críticos de esquerda do SPD. A divisão entre socialistas moderados e radicais sobreviveria até o colapso da democracia Weimar, quando os comunistas viam os Socialdemocratas como um mal maior até do que os nazistas. Por toda a Alemanha na primeira metade de 1919 parecia que os Socialdemocratas contavam com forças da antiga ordem para suprimir as iniciativas a favor da nova. (FULBROOK, 2012, p. 175)

No período final que precede a queda da monarquia, Berlin estava em demasiada agitação, consistindo num dos momentos mais sangrentos de toda a revolução. Ora, como Rosa presava em muito pela noção de coerência entre a teoria e a prática, ao invés de fugir - como era recomendável diante da circunstância em que estava - a fim de “preservar-se para futuras batalhas, resolveu ficar ao lado das massas insurretas e sofrer o mesmo destino que elas” (LOUREIRO, 2001, p. 91). Em 15 de janeiro de 1919, Luxemburgo e Liebknecht foram detidos por mercenários⁴ e, posteriormente, brutalmente assassinados por seus captores. Aliás, vale ressaltar que o assassinato de ambos teve apoio - ao menos passivo - da socialdemocracia, não havendo qualquer condenação, não havendo esclarecimento quanto ao fato até o presente momento. O corpo de Luxemburgo foi encontrado em um rio tempos depois. Sobre a sua chocante morte e o constrangimento - se é que se pode qualificar assim - a qual era submetida constantemente, Isabel Loureiro reforça:

Os ataques contra a mulher começaram cedo no ambiente machista da esquerda da época, que temia sua independência de espírito e sua língua mordaz: o socialista austríaco Victor Adler chamou-a de “idiota venenosa”; quando ela foi nomeada redatora-chefe de um importante jornal socialdemocrata e enfrentou quase uma rebelião dos colegas jornalistas que duvidavam de sua competência pelo fato de ser mulher; seus companheiros de partido ao se referirem a ela falavam em “materialismo histérico”; para Lênin, Rosa era uma águia que ocasionalmente voava mais baixo que uma galinha. Seus assassinos fizeram questão de vilipendí-la como mulher: depois de espancada, levou um tiro na cabeça, foi enrolada em arame

⁴ Após o término da guerra, os militares sobreviventes não conseguiam se reinserir na vida civil da Alemanha destruída pelo conflito - tanto do ponto de vista econômico quanto social, haja vista as imposições do Tratado de Versalhes e a vergonha da derrota -, formando grupos de veteranos mercenários (*Freikorps*) que seriam usados pelo governo de modo a combater os comunistas.

farpado e jogada nas águas do canal Landwehr. Só pôde ser enterrada meses mais tarde, numa cerimônia acompanhada por milhares de pessoas, quando o corpo, quase irreconhecível, foi identificado a duras penas por sua secretária Mathilde Jacob. (LOUREIRO, 2012, p. 01)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alguns, é considerada uma revolucionária incendiária, para outros um ícone da esquerda, porém o que se tem de fato é que Rosa Luxemburgo (1871-1919) continua a fazer presença no panorama política atual e nas questões concernentes a sua luta incessante em prol de maior participação, emancipação da classe trabalhadora e valorização da ação direta das massas.

Rosa se esforçou para criar uma sociedade na qual a liberdade e igualdade política não seria limitada, mas sim complementada e incentivada ainda mais. Sabia o que significava estar dentre os desfavorecidos e de pertencer a uma minoria muitas vezes perseguida, em parte devido ao destino, que a colocou entre as maiores revolucionárias da história, e à sua forte e incessante vontade de levar uma vida autodeterminada em oposição a todos que respeitavam as convenções e conceitos morais vigentes na época.

O título do presente trabalho foi escolhido deliberadamente buscando demonstrar, ou ao menos introduzir, essa figura singular que dedicou praticamente toda sua vida em defesa não só das mulheres, mas de todos os trabalhadores. Numa época em que a participação feminina na política - ou em qualquer outro meio predominantemente masculino - era ínfimo, Rosa ultrapassou todos as limitações impostas e entrou para a história como uma grande figura na luta por melhores condições para a classe trabalhadora. Viveu, sem dúvida alguma, para e pela revolução. Cabe a nós lembrarmos de sua contribuição e nos dedicarmos para que a chama da revolução continue acesa, e que, com autodeterminação, possamos continuar a luta pela emancipação das massas que ela introduziu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DA SILVA, Antônio Ozaí. O dilema da Social-Democracia (2) - Reforma e Revolução: Bernstein, Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky. *Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 10, n. 118, mar, p. 123-130, 2011.

FULBROOK, Mary. *História Concisa da Alemanha*. Tradução de Bárbara Duarte. Bauru: Edipro, 2012.

GURGEL, Telma. Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos. *Temporalis*, Brasília, v. 1, n. 27, p. 57-76, jan./jun., 2014.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Apresentação e tradução José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

LOUREIRO, Isabel. **Democracia e socialismo em Rosa Luxemburgo**. *Crítica Marxista*, v. 1, 1997. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo234_Isabel.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2016.

LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: judia, polonesa, socialista, revolucionária... também feminista? **Revista Fórum Semanal**, São Paulo, fev. 2012. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/48/rosa-luxemburg-judia-polonesa-socialista-revolucionaria-tambem-feminista-2/>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

_____. **Rosa Luxemburgo: os dilemas da ação revolucionária**. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. **Rosa Luxemburgo: vida e obra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Rosa Luxemburg e Marcuse, segundo Maurício Tragtenberg. *In: SILVA, Doris Accioly; MARRACH, Sonia Alem (Orgs.). Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas*. São Paulo: UNESP, 2001. p. 85-96.

LUXEMBURGO, Rosa. **A revolução russa**. Introdução, tradução e notas de rodapé: Isabel Maria Loureiro. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

ROTOLO, Tatiana de Macedo Soares. **Autonomia popular e socialismo democrático em Rosa Luxemburg**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao_5/Tatiana_Rotolo.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2016.

TRAGTEMBERG, Maurício. Rosa Luxemburg e a crítica dos fenômenos burocráticos. *In: VIGEVANI, Tullo; LOUREIRO, Isabel (Org.). Rosa Luxemburg: a recusa da alienação*. São Paulo: UNESP, 1991.

A LIFE FOR THE PRAXIS: NOTES ON THE POLITICAL THOUGHT OF ROSA LUXEMBURG

ABSTRACT: Rosa Luxemburg's political thought is considered very important for the left-wings politics and the revolutionary socialist thought. Against the bureaucracy that dominated parties – limiting access of the masses to them –, fiercely militated in favor of spontaneity and emancipation of the working class, so that they could participate directly in political issues. It's visible the coherence between what defended in theory and in its practical life. Although not have intended to exhaust the subject, this work pretends to show some of her political thought.

KEYWORDS: Rosa Luxemburg. Politic. Emancipation. Theory and practice.

RECEBIDO EM: 11.05.2017

ACEITO EM: 03.09.2017

Revista Idealogando, v. 1, n. 2, p. 23-33, nov, 2017.



LINHAS DE FUGA, AGENCIAMENTOS E CORPOREIDADES: REFLEXÕES SOBRE DIMENSÕES INFINITESIMAIS DA LUTA ANTIMANICOMIAL DE BELO HORIZONTE

LUCAS HENRIQUE NIGRI VELOSO¹
ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES²

RESUMO: O presente trabalho pretende apresentar uma etnografia (da) política produzida pela Associação dos Usuários de Saúde Mental de Minas Gerais (ASSUSAM-MG), instituição que faz parte da rede de luta antimanicomial de Belo Horizonte. A partir de um trabalho de campo realizado junto a este grupo desde o ano de 2015, verificou-se que a ausência de reconhecimento material, simbólico e afetivo é uma experiência recorrente na vida destes sujeitos, justificando e catalisando sua ação coletiva. Esta situação se perpetua, muitas das vezes, como consequência de um estigma da loucura que estrutura pré-conceitos, assimetrias e opressões sociais experienciadas por sujeitos em situação de sofrimento mental em suas interações cotidianas. Não obstante, o trabalho empírico demonstrou que este reconhecimento negado, identificado tanto no plano discursivo como performativo dos corpos da ASSUSAM-MG, é também princípio produtivo de linhas de fuga e estratégias de resistência frente às impossibilidades e obstruções sociais. Tais acontecimentos e potencialidades são também acionados, intelectivamente, como forma de deslocamento, produção de tensão e descolonização do pensamento acadêmico por questionar modelos e categorias das ciências políticas que desconsideram a importância das agências afetivas e corporais em processos políticos de resistência às margens do Estado. Desse modo, sugerimos que um movimento social é um processo que produz e é produzido por um agenciamento coletivo multidimensional, que articula corpos, afetos, ética, comunicação e estética, inerentes ao processo de resistir e existir.

PALAVRAS-CHAVE: Micropolítica. Resistência Política. Corporeidade. Luta antimanicomial.

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura apresentar uma reflexão sobre a composição de agenciamentos coletivos de resistência e luta por reconhecimento promovidos por diversos atores da luta antimanicomial mineira. Por um lado, interessa-nos investigar as condições de

¹ Bolsista de Iniciação Científica do PET Ciências Sociais - UFMG. Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Email: lucasnveloso@gmail.com.

² Adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Comunicação Social pela UFMG (2007) e pós-doutorada em Comunicação e em Ciências Sociais na cidade de Grenoble (França).

possibilidade da formação de territórios deliberativos e de articulação política produzidos por corpos e racionalidades estigmatizados como loucos e/ou irracionais enquanto insistem por preservar e potencializar sua existência. Por outro, a partir de suas práticas de autodeterminação política, tensionar e deslocar definições estabelecidas de racionalidade, corporeidade, movimento social, deliberação e participação democrática tal como vigentes no arcabouço das ciências políticas.

O trabalho se justifica, pois, mesmo com grande qualidade de reflexão e pesquisa, verifica-se que uma grande parte de estudos sobre a luta política antimanicomial possuem uma tendência a realizar análises históricas, pouco abordando sobre as práticas e enfrentamentos que seus protagonistas vivenciam em seu cotidiano (AMARANTE, 1995, 1996; AROUCA, 1988; BARBOSA et al., 2012; DE MESQUITA et al., 2012; GOULART & DURÃES, 2010; STUART, 2005, VENANCIO, 2012). Neste sentido, o presente artigo, para além de apresentar um breve panorama dos trabalhos supracitados, advoga pela importância de estudos etnográficos para melhor mapeamento desta questão. Afinal, o que a política faz com a vida e com as vidas não é só uma questão de discursos e tecnologias, estratégias e práticas; mas também uma questão do modo concreto como indivíduos e grupos que, enquanto coletivos políticos, interagem em seu cotidiano e sob quais princípios e em nome de que moral uma série de desigualdades, assimetrias e negação de reconhecimento se estabelecem.

Para alcançar tais objetivos, o artigo apresenta, num primeiro momento, uma breve contextualização dos movimentos de luta antimanicomial no Brasil, identificando suas origens, conquistas e obstáculos. Num segundo momento, reflete-se sobre as potencialidades e objetivos de uma “antropologia (da) política”. Por fim, é apresentado relato etnográfico, produto de um trabalho qualitativo realizado junto aos membros da Associação dos Usuários do Sistema de Saúde Mental de Minas Gerais (ASSUSAM-MG), entre os anos de 2015 e 2016. A partir de episódios e depoimentos selecionados, verifica-se como modalidades e modulações afetivas e corporais, muitas vezes opostas ou indesejadas em outros contextos políticos, são processadas e incorporadas nos processos de deliberação e luta social da ASSUSAM-MG. Por um lado, tais questões são inspiração para problematização de modelos normativos que legitimam exclusão e subalternidade em instâncias hegemônicas institucionais entendidas como democráticas. Por outro, apresentam oportunidades de aplicação de diversas ferramentas conceituais para se mapear à zona de intersecção teórica entre saúde, corporeidade, racionalidade e política. Ainda, para deslocamento, tensão e atualização de conceitos como esfera pública, processos deliberativos e movimentos sociais (HABERMAS, 1990, 1997; TARROW, 2009), estes que

tendem a tratar como secundárias as singularidades afetivas e corporais intrínsecas a vida cotidiana de coletivos políticos.

LUTA ANTIMANICOMIAL COMO MOVIMENTO SOCIAL: UMA GENEALOGIA

Quando refletimos acerca da experiência da loucura e suas mazelas sócio-políticas, frequentemente são problematizados e evidenciados verdadeiros “holocaustos” ocorridos em instituições hospitalares asilares e manicomiais, inclusive no contexto brasileiro (ARBEX, 2013). Não obstante, mesmo nas interações cotidianas estabelecidas para além das muralhas manicomiais, frequentemente são identificadas rotulações, enquadramentos e estigmas discriminatórios que produzem marginalidade, subalternidade e controle em corpos e racionalidades que contrastam para com modelos e padrões historicamente constituídos de “normalidade” (STUART, 2005). Tal situação implica, no mínimo, ausência de reconhecimento material, afetivo e simbólico à sujeitos e corpos em situação de sofrimento mental, por consequência limitando suas possibilidades de se “autoafirmar” e “autorealizar” enquanto coletivos, indivíduos e cidadãos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2001). Ocultados e indesejados em diversos contextos de sociabilidade e tomada de decisão política, tem comumente sua fonte primordial de autonomia e cidadania contestada: a “possibilidade de interação intersubjetiva paritária” (HONNETH, 2013).

Exposta tal situação problemática, proponho como ponto de partida uma breve exposição sobre as condições históricas de estabelecimento de um regime político de alienação e estigma da loucura, tal como construída por Michel Foucault para, posteriormente, verificar como movimentos sociais tanto na Europa quanto no Brasil iniciaram um importante movimento de combate a tais mazelas.

Sabemos que a organização do poder sobre a vida, para Foucault (1985, 1995, 2001), se divide em dois polos historicamente marcados: disciplinamento do corpo (adestramento, ampliação de aptidões e docilização) e regulações da população. Tal situação poderia ser evidenciada principalmente nas práticas e políticas de controle sobre a proliferação, os nascimentos, a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida e a longevidade que se manifestam a partir de diversos dispositivos que compõem a figura dos Estados modernos. Este conjunto de saberes e práticas constituiriam aquilo que Foucault classifica como “biopolítica”: dispositivo de poder, formado em meados do século XVIII, que almeja o a inserção controlada ou “sequestro” de corpos e mentes nas máquinas capitalistas de produção e mercado. Assim

sendo, verifica-se que Foucault trata a “biopolítica” em termos de tecnologias que normalizam as populações e o “biopoder” em termos das disciplinas exercidas sobre seus corpos e mentes.

Referindo-se ao processo de surgimento dos hospitais e hospícios na modernidade, Foucault (1985, 2005) afirma que, para além de sua aparente função de curar, estes também cumpriram com uma finalidade de preservação da ordem urbana ao separar do convívio social aqueles corpos e mentes que pudessem ameaçar os modelos de sujeito e cidadão emergentes assim como a moral e a ordem vigentes (FOUCAULT, 1985 p. 99-111). Paralelamente, o estatuto de cientificidade e as pesquisas produzidas pela psiquiatria nestas novas instituições hospitalares³ permitiriam que o rótulo de patologia fosse atribuído a loucura, o que produziu consequências explícitas na vida daqueles enquadrados como “doentes mentais”.

A partir de uma série de dispositivos e saberes historicamente formados, corpos e mentes classificados como loucos deveriam ser disciplinados/curados para exercer funções sociais adequadas aos novos ditames do Estado moderno ou deveriam ser fisicamente ocultados e marginalizados do convívio social. Desse modo, a articulação entre psiquiatria e Estado Moderno produziu três dimensões de exclusão da loucura, as quais se perpetuariam no contexto social contemporâneo: a) Topográfica, pois os loucos devem ser isolados ou encarcerados em hospitais e manicômios a fim de ser “tratados”; b) Lógica, pois os loucos são “incapazes de agir racionalmente”, portanto não possuem autonomia; c) Política, pois o Estado e/ou profissionais médicos e psiquiatras devem ser representantes dos loucos nas esferas públicas e políticas. (FOUCAULT, 2005, p.39-42, HADDOCK-LOBO, 2008, p.65). Tal situação se perpetuaria, com menor resistência ou contestação coletiva, até que movimentos coletivos políticos viessem a contestar estes dispositivos de poder e alienação que operavam sobre os loucos; história esta de muitas conquistas e retrocessos que cabe ser evidenciada.

De acordo com Goulart e Durães (2010), a situação de exclusão e aprisionamento da loucura se estenderia, com menor questionamento ou enfrentamento público, até os anos 1960 na Europa. Neste período, movimentos sociais antimanicomiais e de reforma psiquiátrica surgiram de forma a contestar a existência de manicômios, instituições asilares e o próprio estigma da loucura. Destaca-se a liderança e trabalho de Franco Basaglia, psiquiatra italiano que durante sua caminhada profissional foi combativo e inovador na proposição de novas

³ “Uma das condições essenciais para a liberação epistemológica da medicina no fim do século XVIII foi a organização do hospital como aparelho de ‘examinar’. [...] A inspeção de antigamente, descontínua e rápida, se transforma em uma observação regular que coloca o doente em situação de exame quase perpétuo [...] quanto ao próprio hospital, que era antes de tudo um local de assistência, vai tornar-se local de formação e aperfeiçoamento científico [...] local adequado da ‘disciplina’ médica.” (FOUCAULT, 2005 p. 165-166)

alternativas à saberes e práticas em saúde mental “alienantes”. O epicentro dessa luta se deu em Trieste, Itália, onde um projeto de desinstitucionalização de manicômios e hospitais psiquiátricos cedeu espaço a novas estruturas assistenciais e terapêuticas em saúde mental. Tal situação seria inspiração para diversas outras localidades e contextos para contestar as condições vigentes de cuidado ao sofrimento mental:

“Assim, é lançada uma nova maneira de ver a loucura. Se faz uma inversão ao que era proposto pelo saber psiquiátrico da época. Ao invés de colocar parênteses no doente como o saber da psiquiatria realizava, a proposta é colocar a doença entre parênteses. Isso, não significa a negação da doença mental, e sim, uma recusa à aceitação da positividade do saber psiquiátrico em explicar e compreender a loucura/sofrimento psíquico”. (AMARANTE, 1996, p. 80)

Os desdobramentos do movimento antimanicomial europeu viriam a reverberar no Brasil principalmente na década de 1970. Dentre as reivindicações políticas que caracterizaram o movimento antimanicomial brasileiro, destacam-se denúncias à política de saúde mental do Estado, ao processo de privatização da assistência psiquiátrica por parte da previdência social e as condições (públicas e privadas) de atendimento psiquiátrico à população (MESQUITA et al., 2010). Já no fim da década supracitada, novos coletivos e dispositivos de resistência, como o Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) potencializariam tal luta que viria a se expandir pelo território nacional.

De acordo com Venâncio e Teresa (2012), o Encontro Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental, realizado em 18 de maio de 1987 na cidade de Bauru, em São Paulo, seria o marco de consolidação do movimento de luta antimanicomial brasileiro a nível nacional. Tendo como lema “uma sociedade sem manicômios”, seus protagonistas tinham como objetivo a transformação dos serviços psiquiátricos oferecidos no país, posicionando-se tanto contra a exclusão e a discriminação social do “louco” quanto a própria existência de manicômios. É importante ressaltar que este empreendimento contribuiu tanto para a origem da Reforma Sanitária Brasileira quanto para a emergência do próprio Sistema Único de Saúde, o SUS (AROUCA, 1988; AMARANTE, 1995).

Muitas foram as conquistas do movimento de luta antimanicomial no Brasil, além de uma proliferação de novos agentes e coletivos que se agregariam nesta luta política como o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), Fóruns Estaduais de Saúde Mental e Associações dos Usuários do Sistema de Saúde Mental, entre outros. Não obstante, tanto vetores de ameaça como retrocesso nas políticas públicas do Estado quanto a perpetuação do estigma da “loucura” pela sociedade civil são desafios que ainda exigem resistência e luta política. Tal situação se evidencia desde as primeiras tentativas de reforma dos dispositivos

legais que abordam a temática da saúde mental no país. Por exemplo, a Lei Federal 10.216 que viria garantir a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos hospícios no país, elaborada no supracitado congresso de Bauru nos anos 1980, somente seria instaurada juridicamente no ano de 2001 (MESQUITA et al., 2010). Ainda, mesmo com a aprovação de tal legislação, o próprio Estado vem incentivando a instalação de diversas comunidades terapêuticas de isolamento e internação compulsória dos portadores de sofrimento mental, reproduzindo a lógica alienante de “tratamento da loucura”, situação que aparenta um grave retrocesso (BARBOSA et al., 2012).

Por fim, para além das tensões para com o próprio Estado, o estigma discriminatório atrelado a pessoas que experienciam algum tipo de sofrimento mental é ainda um dos maiores obstáculos sociais a promoção de igualdade a sujeitos em situação de sofrimento mental (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2001). Como diversos estudos apontam, esta última situação discriminatória para com o sofrimento mental, para além das consequências de ordem pessoal, emotiva e psicológica, produzem uma intensa desigualdade funcional, material e jurídica mentes e corpos estigmatizados como “loucos”, conseqüentemente os impossibilitando de exercer uma verdadeiramente sua condição cidadã e paritária em instâncias coletivas. Tais efeitos poderiam ser verificados em diversas dimensões da vida cotidiana, como a exclusão da vida pública, política, espaços acadêmicos e de trabalho (STUART, 2005).

Tendo em vista a exposição realizada, o interesse do artigo não poderia ser outro senão verificar de que forma os movimentos de luta antimanicomial, no contexto brasileiro contemporâneo, se organizam enquanto agregados de resistência e luta política contra os dispositivos de poder e o estigma da loucura que ainda insistem em negar e marginalizar aqueles corpos e mentes em situação de sofrimento mental.

DAS POTENCIALIDADES DE UMA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA: QUESTÕES METODOLÓGICAS

Conforme exposto, apesar dos avanços nas políticas públicas de combate às lógicas manicomiais de cuidado ao sofrimento mental, dispositivos do Estado e sociedade civil, que operam sob mentes e corpos estigmatizados como “loucos”, ainda legitimam sofrimentos e violências no contexto brasileiro. Entretanto, onde relações de poder e dominação expressam-se com maior potência, como um duplo movimento, revelam-se possibilidade para composição de estratégias de resistência criativa. Em outras palavras, é nas “margens”⁴ do corpo societário

⁴ Para Das Veena, as margens são ao mesmo tempo lugares onde a natureza pode ser imaginada como selvagem e incontrolada, e onde o Estado é constantemente refundado em suas formas de ordenar e fazer leis, sugerindo que

que acreditamos que os territórios propícios de enfrentamento e inovação política podem se estabelecer (DAS, 2007). Partindo destas premissas, o presente artigo apresenta um primeiro resultado de uma etnografia da política produzida nas “margens da normalidade”. Sua potência não se encontraria apenas na possibilidade de divulgação e denúncia dos obstáculos enfrentados pela luta antimanicomial, mas também pela possibilidade de efetuar movimentos de deslocamento e tensão para com o próprio arcabouços da ciência e antropologia política. Como principais unidades de estudo, são apresentadas algumas reflexões sobre os processos de articulação, resistência e deliberação política tal como vivenciadas e projetadas nas reuniões, deliberações e práticas dos membros da Associação dos Usuários do Sistema de Saúde Mental (ASSUSAM-MG)⁵, instituição que agrega politicamente diversos atores da luta antimanicomial de Minas Gerais.

A partir de uma perspectiva antropológica, o artigo não almeja realizar uma descrição totalizante ou holística das vivências e singularidades dos sujeitos de pesquisa; ou generalizar suas experiências como um modelo de luta e resistência política; menos ainda criticar seu agenciamento coletivo à luz de teorias das ciências políticas. Pelo contrário: a partir de sugestão epistemológica/metodológica do antropólogo Viveiros de Castro (2015), procura-se, a partir das experiências testemunhadas de autodeterminação ontológica e política dos membros da ASSUSAM-MG, contribuir para uma “descolonização permanente do pensamento da ciência e antropologia (da) política”⁶, principalmente com o objetivo de pensar em inovações e desafios no que tange a participação política e democrática:

Em suma, apresenta-se aqui uma etnografia (da) política produzida pelos membros da ASSUSAM-MG. Etnografia, pois o trabalho de campo realizado é o fio-condutor/controlado da “inscrição” textual das vivências, enunciados e práticas testemunhadas/experenciadas num “contexto de situação” inalienável a produção de enunciações, expressões e sentidos

essas são “decorrência e implicação necessária do Estado, assim como a exceção é um componente necessário da regra.” (2007, p.4).

⁵ Instituição fundada no ano de 1994, em uma articulação conjunta entre profissionais e usuários do sistema de saúde mental do SUS. Tem como meta, segundo suas diretrizes, a defesa dos direitos dos usuários do sistema de saúde mental, divulgação dos princípios e propostas do Movimento de Luta Antimanicomial e a formação de convênios e ligações com outras instituições que possam melhorar a vida de seus membros no cotidiano.

⁶ “A descolonização do pensamento antropológico significa uma dupla descolonização: assumir o estatuto integral do pensamento alheio enquanto pensamento e descolonizar o próprio pensamento. Deixar de ser o colonialista de si mesmo, subordinado às ideias mestras, às ideias-chave de sujeito, autoridade, origem, verdade. A descolonização envolve esse duplo movimento, o reconhecimento da descolonização histórica, sociopolítica do mundo, e os efeitos que isso tem sobre a descolonização do pensamento. Nenhum dos dois processos jamais estará completo e terminado, nem a descolonização do mundo, nem a do pensamento.” (VIVEIROS DE CASTRO apud BARCELOS & LAMBERT, 2012, p.266).

(GEERTZ, 1989; OGDEN et.al, 1972). Etnografia política, no que tange a reflexividade e posicionamento do etnógrafo em seu relato, onde as teorias e conceitos acionados atuam como “ferramentas” de reflexão, não como modelos interpretativos que almejem “traduzir” a realidade (CLIFFORD, 1998). Etnografia da política, pois, reitero, não se almeja criticar as práticas dos sujeitos de pesquisa, mas proliferar multiplicidades de significação e entendimento de ações políticas a partir do que é significativo para os protagonistas em suas relações de aliança e poder (KUSCHNIR, 2007; ALMEIDA, 2003).

Sobre os sujeitos de pesquisa e a ASSUSAM-MG, meu primeiro contato com um de seus membros se deu nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em meados de 2015, quando do evento “Semana de Saúde Mental”. Nesta ocasião, diversos docentes, alunos e profissionais, além de apresentarem seminários e palestras que abordam a relevância do cuidado da saúde mental para indivíduos e corpo acadêmico, também são convidados usuários dos serviços de atendimento à saúde mental do SUS para apresentarem saberes, depoimentos e histórias de vida. Ao participar do evento, fui surpreendido com uma apresentação de um grupo teatral formado por alguns destes usuários, o Nau dos Loucos. Como arte e saúde mental são temas a mim afetiva e politicamente relevantes, me apresentei a um dos integrantes do grupo⁷, Sandra, buscando compreender melhor as condições de formação e execução de tal trabalho. Sandra me explicou que o grupo Nau dos Loucos era formado pelos membros da ASSUSAM-MG, que se reuniam semanalmente nas dependências do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) não apenas para produzir arte, mas para refletir e reivindicar melhorias nas condições dos serviços de saúde mental do SUS. Interessado, perguntei sobre a possibilidade de acompanhar os ensaios e reuniões do grupo, explicitando assim meu interesse em pesquisar a política produzida pelos membros da ASSUSAM-MG. Sandra respondera positivamente a minha solicitação, me conferindo seu contato, informações sobre os encontros e colocando-se à disposição para me apresentar aos demais.

A partir da abertura concedida por Sandra, participei de doze reuniões na ASSUSAM-MG, sendo três ainda em 2015 e nove durante o ano de 2016. Um primeiro exercício de reflexão, fruto de meus encontros com este coletivo, é apresentado neste artigo. O objeto de análise selecionado é o próprio processo de deliberação da ASSUSAM-MG, o qual apresenta importantes tensões com modelos e princípios de participação democrática que, muitas das

⁷ De forma a preservar suas identidades, foi-se utilizado nomes fictícios para designar os sujeitos de pesquisa.

vezes, desconsideram agências e intensidades que os próprios corpos, em sofrimento ou não, produzem em suas interações políticas.

ESFERAS PÚBLICAS E/OU REDES DINÂMICAS: A POLÍTICA PRODUZIDA PELOS PROTAGONISTAS DA ASSUSAM-MG

De acordo com informações concedidas tanto por Sandra e outros membros, a ASSUSAM-MG fora fundada no ano de 1994, numa articulação conjunta entre profissionais do sistema de saúde mental do SUS e alguns de seus usuários. O objetivo da instituição, de acordo com suas diretrizes⁸, é promover atividades sociais e integração entre seus membros, defender, divulgar tanto os direitos do usuário do sistema de saúde mental, os princípios e propostas do movimento de luta antimanicomial. Também, formar convênios e ligações com outras instituições que possam potencializar as ações do coletivo e de seus membros em sua vida cotidiana.

Nesse sentido, idealmente, a ASSUSAM-MG funcionaria como uma instância mediadora entre usuários do sistema de saúde mental, sociedade civil e Estado. Tal afirmativa permitiria que, talvez, fosse possível traduzir a ASSUSAM-MG como uma “esfera pública” no sentido Habermasiano, sobretudo se considerarmos a ação dos sujeitos voltada para a produção colaborativa de entendimentos e soluções para problemas e questões de ordem moral; estes que requerem cuidadoso exame e a justificação recíproca de pontos de vista e de argumentos.

“Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana (...) uma rede adequada para comunicação de conteúdos, tomadas de posição, e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. (HABERMAS, 1997, p.92).

“Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los, e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar”. (id., p. 435)

Conforme verificado, sendo as “esferas públicas” conectadas ou constituídas por redes, compreendê-las significa mapear, ao longo do tempo, uma topografia de conexões e desconexões que grupos realizam na busca pela construção e exposição de sua condição sensível. Entretanto, segundo Habermas, estas esferas políticas e suas conexões são relevantes aos processos de luta social desde que operem como uma ferramenta “convincente” e “eficaz”,

⁸ Disponível em Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. <<http://www.crpmg.org.br/CRP2/File/Asussam%20-%20diretrizes.JPG>>. Acessado em 10/03/2017.

sendo deixadao em segundo plano outras articulações inalienáveis para a existência de coletivos políticos. Nesse sentido, quais seriam as limitações destas proposições à luz daquilo que é vivido por um movimento social? Que tipo de conexão pode ser considerada como “eficaz” para um movimento político ou processo deliberativo? Que vetores, agências e modos de expressão, nas mais diferentes escalas, corroboram ou tencionam para que este “agir comunicativo”, produzido por protagonistas de um movimento social, torne-se fonte e potência de contestação política?

Logo na primeira reunião que presenciei na ASSUSAM-MG, verifiquei uma primeira e importante aliança produzida por este grupo com o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG). Localizado na região central de Belo Horizonte, o CRP-MG cede seu auditório para os encontros quinzenais da ASSUSAM-MG, que ocorrem nas segundas-feiras, às 19 horas, com duração de aproximadamente uma hora e meia. Além de todo o aparato mobiliário, o CRP-MG também fornece lanches aos presentes, computador com impressora e disponibiliza seus funcionários para agendamento de reuniões e reserva do auditório. Em dada oportunidade, questionei ao membro Romarinho de que maneira fora realizada essa parceria com o CRP-MG, quando me foi revelado sua origem graças a articulação de alguns psicólogos militantes da luta antimanicomial e trabalhadores dos antigos hospitais psiquiátricos indignados com a situação dos sujeitos em sofrimento mental. Sobre a importância desta aliança com o CRP-MG, Romarinho afirma:

“Seria muito difícil arrumar um lugar no centro da cidade para reunir o pessoal. Como iríamos alugar um auditório desses? Mas também já ficamos algumas vezes na mão desse pessoal quando queremos encontrar em outros dias, fazer teatro ou ficar até mais tarde.”

Ainda sobre as condições de acontecimento da ASSUSAM-MG, a própria capacidade de se deslocar na cidade e chegar ao CRP-MG são uma questão que se revela problemática para os seus membros. Em diversos encontros, pude me deparar com várias situações em que membros questionam a Sandra, tesoureira da ASSUSAM-MG, sobre o fornecimento de vales transporte, tendo em vista que, para muitos, não seria possível participar das reuniões sem este recurso. Perguntei a Sandra sobre a origem dos vales transporte disponibilizada pela associação, sendo informado que este era fornecido pela Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais. Segundo ela, “A gente protesta muito contra a Secretaria de Saúde, porque tem muita gente que não quer ajudar. Mas tem muita gente boa lá também, que inclusive contribuiu para a gente ganhar os vales-transportes.”

A perspectiva que Sandra nos coloca acima produz uma reflexão interessante sobre a produção de alianças com o Estado. Mesmo que este possa ser fonte de intensas relações de poder ou “biopoder”, principalmente com relação a manutenção de políticas manicomiais e asilares, a relação com esta instituição nem sempre parece operar por oposição ou conflito. Isso se justificaria pois, de acordo com Veena Das (2007), as normas constituição que fundamentam o Estado assim como normas e regulamentos que legitimam suas políticas de controle e manutenção da ordem, como qualquer signo escrito, sempre escapariam de seu contexto original de produção; ou seja, estão sempre abertos a múltiplas interpretações que não necessariamente remetem a intenção de significação original, sendo passíveis de fraude, imitação e encenação mimética. Nesse sentido, o Estado não poderia ser considerado como entidade homogênea e estável, mas como um conjunto de práticas e ditames que são atualizados na prática por agentes que o interpretam e performam, principalmente em suas “margens”. Assim sendo, como Sandra afirma, a produção de alianças com representantes do Estado não é somente possível, mas possui grande capacidade de potencializar uma luta política.

Continuando a análise, outros grupos são comumente acionados pelos membros da ASSUSAM-MG como locais de aliança e de interação diária. Os Centros de Referência e Assistência à Saúde Mental (CERSAMs) e Centros de Convivência⁹, núcleos da prefeitura de Belo Horizonte destacam-se pela sua ambivalência. Por um lado, são locais onde são fornecidos atendimento psicológico, psiquiátrico, remédios, alimentação, culturais de formação e lazer. Por outro, são também fonte de descontentamento para alguns membros do grupo, principalmente devido à falta de verbas e investimentos em sua infraestrutura. Em outras palavras, processos de produção de alianças não são apenas elementos potencializadores para lutas sociais; são também possíveis relações conflitivas, com uma constante possibilidade de ruptura ou cismogênese, como afirmaria Gregory Bateson (2008).

Ainda, coletivos como o Suricato, Associação de Trabalho e Produção Solidária e os grupos teatrais Nau dos Loucos e Sapos e Afogados são extremamente relevantes para alguns usuários do sistema de saúde mental, tendo em vista a possibilidade de serem acionados como locais de trabalho, interação, lazer e reconhecimento material, simbólico e afetivo. Tal situação é identificada, respectivamente, por Jorge Abreu e Romarinho:

⁹ Disponível em Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&chPlc=25070>>. Acessado em 10/04/2017

“O Suricato é um lugar muito importante para mim. Fiz curso de mecânica, mas depois que fui internado, não consegui mais trabalho. Estou ótimo para trabalhar, mas as pessoas não contratam quem toma medicação como eu. Só minha aposentadoria não basta. Ficar só em casa, também, ninguém aguenta.”

“O teatro, a arte é minha vida! Eu que já fiquei preso numa cama de hospital, sem poder fazer nada, não posso mais viver sem arte. Lá eu conheci minha companheira, fiz vários amigos. Além disso, muitas vezes que apresentamos ganhamos cachê, o que eu acho muito importante porque o teatro é um trabalho.”

Na fala supracitada de Jorge Abreu e Romarinho, evidencia-se claramente como que a produção de aliança não é somente uma questão utilitária, mas movida por afetos e emoções, que funcionam como motores propulsores para a ação coletiva e criação de articulações (JASPERS, 2016). Tal afirmativa evidencia-se também noutro episódio, quando Sandra fora convidada a um evento internacional sobre luta-antimanicomial graças ao convite de uma professora do departamento de psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. De acordo com Sandra, “Nunca imaginaria conhecer outro país! Já sofri muito e ainda sofro aqui. Foi muito interessante ver como o pessoal lá é engajado, como eles escutam e tratam bem a gente. Tive várias ideias para trazer pra ASSUSAM.”

CORPORIEDADES, AFECÇÕES E AGENCIAMENTOS: DIMENSÕES INALIENÁVEIS DO (RE)EXISTIR

Outros episódios e acontecimentos vivenciados na ASSUSAM-MG ainda provocam tensão com as perspectivas de racionalidade comunicativa eficaz e eficiente, como verificamos em Habermas. Também, para com definições que dão prioridade a capacidade de ação racional inerente a agentes políticos, por exemplo, quando Sidney Tarrow (2009) define movimentos sociais como desafios coletivos voltados para o confronto contra elites e/ou Estado e cuja ação pode ser entendida, para além das motivações de um dado grupo, pelas oportunidades e incentivos que um contexto apresenta. Endosso novamente que tais dimensões de ação racional utilitária não são opostas ou contraditórias ao que verifiquei nas práticas da ASSUSAM-MG. Entretanto, o que se pretende apontar aqui é a importância de outras dimensões infinitesimais e muitas vezes desconsideradas que são inalienáveis numa luta política¹⁰.

¹⁰ O que se contesta aqui é a ênfase de Habermas na eficácia do processo deliberativo, pois o autor não desconsidera completamente a necessidade do aspecto afetivo e emocional das narrativas e histórias de vida compartilhadas em tais processos; “Não iremos perseguir certos conflitos de ação como moralmente relevantes se não percebermos que a integridade de uma pessoa está sendo ameaçada ou violada. Os sentimentos formam a base de nossa própria percepção de que algo é moral. Aquele que é cego para o fenômeno moral não possui o sensor para o sofrimento de uma criatura vulnerável que tem o direito de proteção para sua integridade física e sua identidade. E esse sensor está claramente relacionado com a simpatia e a empatia.” (HABERMAS, 1990, p.112)

De volta ao relato etnográfico, observei que na maioria dos encontros da ASSUSAM-MG é recorrente a formação de grupos de sociabilidade “às margens” da deliberação enquanto se espera pelo seu início. Nestas ocasiões, muitos compartilham narrativas e episódios da vida cotidiana; outros ficam em seus lugares e aguardam o início dos encontros. Estes são momentos privilegiados onde as pessoas se tocam, se cumprimentam, se abraçam e se afetam. O outro, distante ou incógnito, pode tornar-se reconhecido. Inclusive, no meu caso, como na maior parte das vezes chego ao local com antecedência, aproveito este espaço para me apresentar aos membros que não conheço ou acabo sendo por eles mesmos interpelado, sendo recorrentes as perguntas sobre minha profissão ou o que faço nos encontros da ASSUSAM-MG. Nestes momentos também conheço um pouco mais de suas histórias de vida, questões familiares, seus relacionamentos e dificuldades.

Um episódio interessante demonstra a importância destas conversas cotidianas “às margens” da própria deliberação. Sentada em silêncio e isolada numa dada ocasião, Nancy estava aparentando tristeza. Identificando esta situação, Maria da Anunciação se prontifica para conversar e compreender o que lhe acontecia. De acordo com Nancy, esta afirma que já estava sem remédio há alguns dias, queixando-se de náuseas e indisposição. Além de afirmar sobre a possibilidade de conseguir a medicação no posto de saúde próximo de sua casa, Maria da Anunciação ainda convidara Nancy a participar de um grupo de orações em sua casa. Como consequência desta interação, notei uma mudança gradual na postura e corpo de Nancy: o rosto pálido e abatido tornara-se corado, esboçando inclusive um sorriso; ela, que havia se acomodado num espaço distanciado dos demais, procurou sentar-se junto à roda que se formava, estabelecendo novas interações com outros participantes. Mas o que esta conversa informal, cotidiana e as margens da deliberação promove?

“A conversação cotidiana as vezes providencia espaços, como os braços de um melhor amigo, nos quais as palavras rudes mais corrosivas podem ser pronunciadas, entendidas, assimiladas e retrabalhadas para um consumo mais público. Os corredores dos fóruns públicos exercem a mesma função. Qualquer um que tenha deliberado frequentemente em um fórum público - mesmo que esse fórum não retina mais que 25 pessoas ou seja composto pelos membros de um departamento acadêmico - sabe que a boa deliberação têm de incluir o que vem antes e depois, como a conversa dos indivíduos sobre suas posições com pessoas que pensam de maneira semelhante e com opositores, como a raiva retrabalhada contra o inimigo a fim de providenciar o ímpeto da fala e como as fúrias são aplacadas, como desentendimentos são explicados, como compromissos são quebrados ou posições são bem marcadas, como pontos confusões enviesados e preocupações pequenas com o consenso são reveladas como internamente contraditórias”. (MANSBRIDGE, 2009, p.224)

Eventos deliberativos não devem ser reduzidos e enquadrados, portanto, pelas pautas de deliberação e as estratégias coletivas de resistência que promovem. Como verificado, tais

interações envolvem toda uma multiplicidade de estados afetivos inalienáveis dos processos políticos por se nos inscreverem próprios corpos que se relacionam. Entretanto, processos conflitivos e de tensão também podem ser disparados e intensificados pelos próprios afetos corpóreos que muitas vezes não podem ser contidos e racionalizados a partir de normas e procedimentos, como apresentado a seguir.

Os processos deliberativos na ASSUSAM-MG, assim como se pode esperar de toda instituição orientada por princípios democráticos, impõem certas regras e ritos para garantir a eficiência, pluralidade de participação e ordenamento dos encontros. Estas reuniões se iniciam frequentemente com a leitura da ata do encontro anterior e posteriormente com comunicações e repasses das questões que se encontram em aberto. Num segundo momento, recebe-se inscrições daqueles que gostariam de falar e expor suas situações, de forma a se estabelecer uma sequência de falas. Tal estrutura demonstra que os próprios membros de um grupo desejam se organizar a partir de critérios e requisitos de participação segundo uma racionalidade comunicativa que remete aos procedimentos que são usualmente adotados em espaços institucionalizados de deliberação e as proposições Habermasianas.

Porém, equilíbrio e normatividade são apenas estados dinâmicos e de frágil manutenção em quaisquer interações sociais. No início de uma das reuniões, notei que os presentes estavam em conjunto discutindo sobre a situação de um usuário do sistema de saúde e membro da ASSUSAM-MG, Cândido. Na ocasião, Eliane, Sandra e Lúcia comentavam que Cândido estava muito deprimido. Por esta razão, haviam comprado um bolo para comemorar seu aniversário, o qual havia ocorrido dias atrás, caso ele comparecesse nesta reunião. Iniciada a reunião sem a chegada de Cândido, Eliane afirma que não poderá aguardar sua chegada, anunciando seus repasses e deixando o recinto. Neste ínterim, Romarinho alerta que Cândido encontra-se muito sozinho e que o ouvira falando em suicídio.

Já nos meados da deliberação, Cândido chega. Os presentes o cumprimentam, notando sua palidez e rosto abatido. Senta-se ao lado de Romarinho, o qual falava sobre uma apresentação que realizara junto a um grupo teatral, com muita alegria e entusiasmo. Quando menos se espera, no meio de uma sentença de Romarinho, Cândido levanta-se bruscamente de sua cadeira e começa a caminhar de um lado para o outro, impaciente. Não conseguindo conter seus afetos, expressa sua dor e angústia em meio a lágrimas:

“Estou a ver navios! Não sei o que está acontecendo comigo. Faço tratamento há mais de 18 anos! Tenho esquizofrenia, amnésia, transtorno bipolar. Estou muito sozinho! Moro na rua, não tenho família. Estou cada vez mais descrente da vida, não aguento mais.”

Tal narrativa enunciada a partir de um corpo magro, pálido, trêmulo, em prantos e com tom de voz muito baixo causou diversos tipos de afetos nos participantes. Da minha parte, fiquei estático, sem saber como agir. Lúcia e Sandra logo se levantaram, buscando acalmar Cândido. Enquanto isso, Romarinho ficara exaltado por ter seu relato interrompido, pedindo para Cândido se acalmar e aguardar sua vez de falar. Outros membros apoiam tal pedido. Contrariado, Cândido retorna a seu lugar, se inscreve e aguarda sua vez, ainda muito agitado e pálido.

Romarinho toma a palavra novamente, mas agora busca aconselhar Cândido sobre o que fazer. Sugere procurar atividades coletivas para aplacar a solidão, utilizando o espaço dos CERSANs e Centros de Convivência. Também sugere que este procure Deus e uma religião. Nesse momento, diversos outros presentes começam a debater sobre a situação de Cândido, o qual virou pauta do debate. Em meio a esta situação, Cândido joga seu relógio no chão e fala:

“Olhe, eu agradeço a vocês mas vou pedir para me internarem hoje. Não consigo mais viver desse jeito, estou muito sozinho porque as pessoas não dão ouvidos para um doente igual a mim. Já não como há algum tempo, e no CERSAN que frequento a comida é muito ruim. Lá não têm companheiros, o pessoal não me trata bem. Penso que vou morrer!”

Após todos ouvirem atentamente a narrativa de Cândido, novos enunciados e tomadas de decisão ocorreram. Lúcia se ofereceu para procurar o CERSAN o qual Cândido frequenta para verificar os problemas na alimentação do lugar. Também, colocou-se à inteira disposição para conversar após a reunião. Cândido se levanta e abraça Lúcia, acalmado-se e lhe agradecendo. Maria da Consolação também se levanta para abraçá-lo, afirmando publicamente sobre sua força, sua capacidade e criatividade artística como poeta. Também endossa que “Deus não lhe daria esta cruz caso você não fosse capaz de carregar. O que você está passando é solidão e nós vamos te ajudar”. Cândido reflete e concorda, afirmando que “Deus me proporcionou muitas bênçãos mesmo, inclusive minha arte, que é meu orgulho”.

A reunião retoma seu caminho após este episódio, mesmo com um clima ainda tenso. Situação que se modifica, no encerramento, quando se celebrou o aniversário de Cândido e partiu-se o bolo. Ele estava com a aparência melhor e rosto menos pálido. Romarinho aperta-lhe as mãos, pedindo desculpas, porque afinal “estamos no mesmo barco”. Acanhado, aproveitei este momento para lhe dar um abraço e lhe desejar força. Também pedi que ele me levasse uma de suas poesias na próxima reunião, para que eu pudesse conhecer quem sabe contribuir para a continuação de sua produção de arte.

O que este episódio e Cândido nos comunicam é um exemplo da situação delicada do sofrimento mental, sua manifestação corpórea e a importância da interação intersubjetiva para superação de um episódio doloroso. Não obstante, como podemos refletir antropológica e politicamente sobre tal questão?

Primeiramente, verifica-se como o corpo e seus afetos não são simplesmente, como afirma Le Breton (2009), “primos pobres” da linguagem e da racionalidade. As experiências de sofrimento que se manifestam e se inscrevem nesta dimensão da existência muitas das vezes não podem ser contidas ou represadas a favor de procedimentos e normas. O corpo, em muitas situações, apresenta uma agência própria. Ademais, como afirma Csordas (2008), estes “acontecimentos do corpo” muitas vezes operam em nível pré-reflexivo, exigindo que categorias cognitivas sejam deslocadas e/ou acionadas para a interpretação e classificação de seus estados. Como verificado, o enquadramento realizado por Divino em relação ao seu próprio corpo (solidão, doença) foi colocado em debate no próprio evento de deliberação, permitindo que coletivamente novas interpretações fossem criadas para superação deste episódio.

Segundo, que a expressão de dor e sofrimento de Cândido não pode ser enquadrada como uma reação egóica, fruto de acontecimentos vivenciados por um indivíduo privado, cuja temática deva ser debatida em espaços privados de interação. A singularidade de sua dor é coletiva e politicamente relevante pois é diretamente relacionada com a condição discriminatória e estigmatizada que uma pessoa em sofrimento mental pode atravessar. Este sofrimento, vivenciado no corpo, contribui para a formação de afetos negativos no sentido de produção de movimentos eliminadores da vida, como o suicídio.

Não obstante, como pude verificar junto aos membros da ASSUSAM-MG, os afetos possuem também uma potência positiva, no sentido de promover alianças e articulações. Em outras palavras, a possibilidade de interagir num espaço político compartilhado, de ser afetado pelo outro, abre novas possibilidades para composição de alianças ou, segundo Deleuze e Guatari (1995), “agenciamentos coletivos” e “linhas de fuga”: condições necessárias para ruptura e contestação de regimes de existência que apequenam as potências da vida:

“Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que aumenta suas conexões. (...) existem somente linhas. (...). Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. (...). Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar

nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito (...)” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.23-26).

Em outras palavras, para os filósofos, aumentamos nossa potência de viver através da atualização da capacidade de produzir “mutações” e “variações” em nossa vida. Não obstante, essa potência de conectar-se e transformar-se é muitas das vezes aprisionada por uma série dispositivos e mecanismos, códigos morais e normas. Do meu ponto de vista, este conceito foi fundamental para compreender, mesmo que parcialmente, os relatos de solidão e exclusão expressos por aqueles que experienciam o estigma e a marginalidade atrelada ao sofrimento mental. Também, ajuda a evidenciar a importância das interações e afecções produzidas no território da ASSUSAM-MG, tendo em vista a possibilidade que este território fornece de produzir novos “agenciamentos” e projetos de vida.

REFLEXÕES FINAIS

O presente artigo procurou apresentar e evidenciar, tendo como referência episódios vivenciados em conjunto com o coletivo ASSUSAM-MG, que processos deliberativos e de resistência política são multiplicidades atravessadas tanto por interações, corporeidades e afetos, complementares e opostos, que possibilitam a produção de novas alianças, agenciamentos e linhas de fuga.

Na primeira parte do artigo, a partir de uma breve reflexão sobre a genealogia da loucura produzida por Foucault, foram apresentadas algumas proposições sobre as condições de emergência de mecanismos e dispositivos de poder que procuram alienar, capturar e tratar corpos classificados como “loucos” a partir do advento da “Modernidade”. Também, de forma sucinta, a emergência, as conquistas e os obstáculos que atravessam a luta antimanicomial brasileira enquanto vetor de oposição ao estigma atrelado ao sofrimento mental. Não obstante, a ausência de relatos concretos sobre o cotidiano destes coletivos nos levou a advogar sobre a importância de pesquisas etnografias que evidenciem as práticas e dimensões infinitesimais de tal luta política.

Na segunda parte do artigo, a partir da seleção de relatos e episódios etnográficos junto aos protagonistas da ASSUSAM-MG, procurou-se evidenciar que os processos de formação de sujeitos políticos, atravessados por contingências, fluxos de poder e assujeitamento, não são um aspecto marginal do pensamento sobre a justiça e a moral coletiva. O fato de que pessoas em situação de vulnerabilidade e carência sejam excluídas de um espaço de visibilidade e de diálogo público torna ainda mais profundo um sentimento de inexistência social, de desprezo e

de autodepreciação. Isso nos permite compreender por que a condição primeira da relação de reconhecimento “é a possibilidade de existir em um universo de discurso e de ação, de ser considerado pelos outros e de contribuir para a prática coletiva” (HONNETH, 2003, p.117).

Ao tornar-se invisível para potenciais parceiros de interação, os sujeitos em condição de sofrimento mental percebem-se como destituídos de direitos e limitados em sua autonomia pessoal. Dito de outro modo, eles relatam o sentimento “de não possuir o estatuto de um parceiro de interação inteiramente capaz, dotado dos mesmos direitos morais que seus semelhantes, de não ser considerado como alguém que pode formular um julgamento moral” (HONNETH, 2007, p.164). Tais considerações nos remetem ao modo como, nas práticas e na materialidade da ação coletiva, os processos de formação de redes políticas estão atravessados por constrangimentos múltiplos, que cerceiam a transformação dos indivíduos em sujeitos políticos. Tais narrativas e testemunhos estão ligados aos corpos, às suas singularidades expressivas e existenciais, seus afetos e sentimentos.

Sob esse viés, pensando em contribuir para com a “descolonização do pensamento acadêmico”, verificamos a potência e importância das interações micro relacionais na ASSUSAM-MG. Estas nos permitiram questionar definições vigentes de esfera pública, processos deliberativos, movimentos sociais e de redes políticas. O problema de tais definições é a desconsideração ou irrelevância que atribuem aos acontecimentos afetivos e corporais inerentes a condição do existir e resistir. Sobretudo, nas conversações cotidianas “às margens” dos eventos políticos de larga escala, é identificada uma produção reflexiva de narrativas de si, agenciamentos coletivos e linhas de fuga. Tais acontecimentos parecem permitir a elaboração de novas relações e projetos de vida que potencializam não apenas aqueles que experienciam o estigma do sofrimento mental enquanto indivíduos, mas anunciam novos mundos possíveis para sua existência enquanto membros de uma coletividade societária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Mauro W. B. de. “Relativismo Antropológico e Objetividade Etnográfica”. *Campos*, 3: 9-30, 1998.
- AMARANTE, Paulo. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica na Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1995.
- AMARANTE, Paulo. *O homem e a serpente: outras histórias para loucura e psiquiatria*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.

- ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. 4.ed, São Paulo, Geração, 2013.
- AROUCA, Sérgio. "A reforma sanitária brasileira". **Tema/Radis**, 11: 2-4, 1988.
- BARBOSA, Guilherme Correa; DA COSTA, Tatiana Garcia; MORENO, Vânia., "Movimento da luta antimanicomial: trajetória, avanços e desafios". **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, 4,8:45-50, 2012.
- BARCELLOS, Larissa; LAMBERT, Cleber. "Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro". **Primeiros Estudos**, 2:251-267, 2012.
- BATESON, Gregory. "Contraste Etológico, Competição e Cismogênese", *in* **Naven:um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas**. 2ed., São Paulo, EDUSP, 2008.
- CLIFFORD, James. "Sobre a autoridade Etnográfica", *in* **A Experiência Etnográfica - Antropologia e Literatura no século XX**, Rio de Janeiro, Editora UFRJ
- DAS, Veena. "The Signature of State", *in* **Life and Words: Violence and the descent into the ordinary**. Berkeley, University of California Press, 2009.
- DE MESQUITA, José Ferreira; NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; CAVALCANTI, Maria Tavares. "A Reforma Psiquiátrica no Brasil: Um novo olhar sobre o paradigma da Saúde Mental". **Abepo**, 1:9, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- _____. "O sujeito e o poder", *in* DREYFUS, Hubert L & RABINOW, Paul (orgs), **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.
- _____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro, Nau, 2001.
- _____. **História da loucura**. São Paulo, Perspectiva, 2005.
- GEERTZ, Clifford. "Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura", *in* **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.
- GOULART, Maria Stella Brandão; DURÃES, Flávio. "A reforma e os hospitais psiquiátricos: histórias da desinstitucionalização". **Revista Psicologia & Sociedade**, 22,1:112-120, 2010.
- HADDOCK-LOBO, Rafael. "História da loucura de Michel Foucault como uma 'história do outro'". **Veritas**, 53,2:51-72, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. "Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público." **Novos Estudos CEBRAP**, 26:100-113, 1990.
- _____. "O papel da sociedade civil e da esfera pública política", *in* **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Volume II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.
- HONNETH, Axel. "Identidade pessoal e desrespeito: violação, privação de direitos, degradação", *in*: **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo, Editora 34, 2003.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.

KUSCHNIR, Karina. "Antropologia e Política". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 22,64:63-67, 2007.

LE BRETON, David. "Corpo e comunicação", *in* _____, **As Paixões Ordinárias: antropologia das emoções**. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

MANSBRIDGE, Jane. "A conversação cotidiana no sistema deliberativo", *in* **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

OGDEN, C. K., RICHARDS, I. A., MALINOWSKI, B., CROOKSHANK, F. G., & CABRAL, Á. R. **O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

STUART, Heather. "Fighting stigma and discrimination is fighting for mental health". **Canadian public policy**, 31: 21-28, 2005.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo, Cosac Naify, 2015.

VENANCIO, Ana Teresa A. "La asistencia psiquiátrica en la historia política brasileña". **Asclepio**, 64.1: 167-188, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The World Health Report 2001: Mental health: new understanding, new hope**. World Health Organization, 2001.

LINES OF SCAPE, ASSEMBLAGES AND CORPOREITIES: REFLECTIONS ON INFINITESIMAL DIMENSIONS OF THE ANTIMANICOMIAL STRUGGLE OF BELO HORIZONTE

ABSTRACT: The present work intends to present an ethnography of the policy produced by the Associação dos Usuários de Saúde Mental de Minas Gerais (ASSUSAM-MG) (Association of Mental Health Users of Minas Gerais, in literal traduction,), an institution that is part of the anti-asylum movement network in Belo Horizonte. From a field work carried out with this group since 2015, it was verified that the absence of material, symbolic and affective recognition is a recurring experience in the life of these subjects, justifying and catalyzing their collective action. This situation is perpetuated, many times, as a consequence of a stigma of madness that structures preconceptions, asymmetries and social oppressions experienced by subjects suffering from mental in their daily interactions. Nonetheless, empirical work has shown that this negated recognition, identified both in the discursive and performative plane of the bodies of ASSUSAM-MG, is also a productive principle of escape lines and strategies of resistance to social impossibilities and obstructions. Such events and potentialities are also triggered intellectually as a form of displacement, tension production and decolonization of academic thinking by questioning models and categories of political science that disregard the importance of affective and bodily agencies in political processes of resistance to the margins of the state. In this way, we suggest that a social movement is a process that produces and is produced by a multidimensional collective agency, which articulates bodies, affections, ethics, communication and aesthetics, inherent in the process of resisting and existing.

KEYWORDS: Micropolitics. Political Resistance. Corporeity. Anti-asylum struggle.

RECEBIDO EM: 12.05.2017

ACEITO EM: 04.07.2017



O USO DA CHARGE NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE SOCIOLOGIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DISCUSSÕES EM IDENTIDADE

MARIA LUIZA SILVA ESPIRITO SANTO¹

MARCELLA BARBOSA MATOS²

GIVALDO GOMES SANTOS³

MARIA BERNADETE LEAL CAMPOS⁴

RESUMO: Este artigo tem como objetivo explorar o uso de charges, cartuns e tiras como recurso didático na discussão de identidade, na disciplina de Sociologia no ensino médio, a partir de um relato de experiência realizada na Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Santa Paula Frassinetti, localizada no bairro do Espinheiro, cidade de Recife-PE. Os autores do presente texto mantêm estreita relação com a escola, pois são bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), tendo como palco de atuação a supracitada instituição. Durante dois meses os graduandos se utilizaram das charges nas atividades com os secundaristas, ao que se percebeu uma inovação pedagógica num tema tão caro à realidade das escolas de ensino médio, muito em função de se dar nesse período da vida a construção e consolidação das identidades; além do mais, o tema é transversal a outros da Sociologia, o que permitiu um diálogo com várias esferas da realidade social a partir da charge e da identidade social como fio condutor das discussões.

PALAVRAS-CHAVE: Charge. Sociologia. Ensino. Identidade.

INTRODUÇÃO

A disciplina de Sociologia, historicamente recente no currículo nacional do ensino médio, enfrenta problemas de naturezas diversas em sua composição. Há dificuldades de caráter pedagógico, de ordem institucional e ainda desafios quanto à transposição didática. O

¹ Estudante de graduação em Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade de Pernambuco-UPE e bolsista PIBID. Técnica em Rádio e Televisão pela Faculdade Maurício de Nassau. Email: marialuiza.loacontato@gmail.com

² Graduanda de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade de Pernambuco - UPE. Atualmente atua como bolsista da CAPES, PIBID. Email: amarcellamatos@gmail.com

³ Graduando de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade de Pernambuco - UPE. Atualmente atua como bolsista da CAPES através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID Email: givaldo2202@gmail.com

⁴ Graduação e mestrado em Sociologia, professora da Universidade de Pernambuco. Área de pesquisa sobre o indivíduo e suas Relações na sociedade. Pesquisas recentes sobre a política de cotas na UPE. Email: bernacampos@yahoo.com.br

uso de ferramentas que possibilitem melhorias nessas problemáticas é algo a ser encorajado e discutido no meio acadêmico dos profissionais de educação.

Sabemos, mas sempre é bom lembrar, que os limites da ciência Sociologia não coincidem com os da disciplina Sociologia, por isso falamos em tradução e recortes. Deve haver uma adequação em termos de linguagem, objetos, temas e reconstrução da história das Ciências Sociais para a fase de aprendizagem dos jovens - como de resto se sabe que qualquer discurso deve levar em consideração o público-alvo. (OCN, 2006, p.107)

Alguns dos principais problemas da disciplina de Sociologia são, como citados por Francisca Almeida (2012), a dificuldade de adaptação da linguagem dos conteúdos das ciências sociais à realidade dos alunos, o pouco tempo dedicado à disciplina, pois a carga horária da Sociologia só admite uma aula por semana em cada turma na escola mencionada, regida pelas orientações estaduais de ensino básico em consonância com os PCNs; a desvalorização da disciplina por parte dos alunos, e a sobrecarga do professor, que possui um número excessivo de turmas e geralmente não consegue concentrar toda sua carga horária em uma única escola.

Nas OCNs, são visíveis orientações quanto a possíveis práticas de ensino e recursos didáticos a serem utilizados para suprir algumas lacunas encontradas no processo de transposição didática. Uma delas, que terá foco nesse artigo, é a possibilidade do uso de charges, cartuns e tiras como ferramenta para introduzir determinada questão, seja conceitual ou temática.

Um dos conteúdos programáticos previstos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais da disciplina de Sociologia é o estudo das sociedades complexas e das identidades sociais, discussão que é bastante atual e importante para a desnaturalização de desigualdades sociais e estigmas etnocêntricos e a relativização dos valores morais, estéticos e científicos, que constituem a nossa diversidade cultural.

Na experiência trabalhada neste artigo foi discutido o tema das identidades sociais em sala de aula, na Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Santa Paula Frassinetti, na cidade de Recife, utilizando-se de uma oficina de charges como prática pedagógica, no intuito de fomentar a reflexão sobre as relações entre o indivíduo e a sociedade.

A ESCOLA

A EREM Santa Paula Frassinetti, local do relato de experiência deste artigo, fica localizada em Recife, Pernambuco, no bairro do Espinheiro. A escola funciona de segunda à sexta em horário integral (manhã e tarde).

A escola é dotada de nove salas de aula, três laboratórios, sendo um de informática, um de física e matemática e outro de biologia e química. Também possui biblioteca e refeitório, além de quadra poliesportiva. Em seu corpo discente possui 387 estudantes, e conta com 15 professores, sendo 12 efetivos e 3 contratados.

A relação com o PIBID se deu em 2014, pouco depois do ingresso da primeira turma de Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco, com a abertura de 10 bolsas de iniciação à docência. Desde então, como resultado de uma parceria interessante a ambas as partes, os bolsistas da UPE lá permanecem. Nestes três anos foram feitas pesquisas sobre a realidade da escola, contato com as turmas e atividades das mais diversas naturezas, entre elas a aqui apresentada. As demandas educacionais da escola sempre nortearam as atividades dos bolsistas, que em conjunto com a mesma buscavam consolidar o espaço político da Sociologia enquanto disciplina fundamental à formação cidadã. Assim, sabendo das carências da instituição, os graduandos pautaram seu trabalho em tornar a disciplina mais agradável, humana e próxima da realidade dos estudantes. O relato aqui apresentado sobre identidade, a título de exemplo, demonstra o cuidado da escola e dos bolsistas em constituir a Sociologia como ela deve se apresentar no ensino médio brasileiro.

O CONCEITO DE IDENTIDADE E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

A identidade, como categoria de estudo, transita entre duas áreas distintas do conhecimento, a saber, as ciências sociais em geral e a psicologia. A passagem da identidade enquanto identificação cultural para construção individual opera um deslocamento nas fronteiras do que é objeto destas ciências, ou seja, quando o debate em torno do indivíduo se torna um objeto de estudo predominante, como acontece nos estudos de diversos cientistas sociais contemporâneos, tornam-se bastante sutis as fronteiras entre essas tradições científicas. Sendo assim, os estudos acerca desta categoria, se forem analisados em uma perspectiva histórica, são caracterizados por diversas aproximações e delimitações feitas entre essas duas áreas do saber. Contudo, atualmente, é considerada necessária a apropriação destas duas diferentes abordagens para uma melhor e mais completa compreensão da concepção de identidade e de como esta fora construída.

Existe uma tendência nos textos acadêmicos dedicados a apresentar um histórico dos estudos sobre identidade, de expor o que seria uma pré-história desta categoria nas ciências sociais. E esta pré-história é geralmente reconhecida no texto do antropólogo francês Marcel Mauss, *Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, aquela de “eu”* (1950).

Nesta obra, Mauss irá propor um estudo que, segundo ele, se trataria de uma história social, acerca das noções do “eu” criadas em diferentes lugares e épocas, ou, em outras palavras, acerca dos conceitos que os homens, ao longo dos séculos, criaram sobre si mesmos.

O que quero mostrar é a série das formas que esse conceito assumiu na vida dos homens, das sociedades, com base em seus direitos, suas religiões, seus costumes, suas estruturas sociais e suas mentalidades. (MAUSS, 1950, p. 371)

É importante assinalar que este autor desenvolve seu estudo a partir de uma lógica evolucionista, pois de acordo com sua concepção, a noção de “eu” presente nas civilizações ocidentais era mais clara e nítida, de forma que seu ensaio busca mostrar como as concepções dos homens acerca deles mesmos vão lentamente partindo de um estágio primitivo e indistinto para se constituir como uma categoria delimitada moral e juridicamente. Como afirma Goldman (1996), a referida obra de Mauss

Trata-se de mostrar como, a partir de um fundo primitivo de indistinção, a noção de pessoa que conhecemos e à qual atribuímos erroneamente existência universal se destaca lentamente de seu enraizamento social para se constituir em categoria jurídica, moral e mesmo lógica. (GOLDMAN, 1996, p. 86)

Avançando no tempo, ao nos depararmos com os cientistas sociais mais contemporâneos percebemos, no entanto, um paradigma diferenciado. Voltando à centralidade dos estudos sociais, a identidade agora é assumida como objeto de estudo em um contexto mais complexo e fragmentado. Isto se deve ao fato de que as noções de identidade mais recentemente assumem múltiplas formas, e cada indivíduo comporta várias delas. As discussões do tempo de Mauss ainda eram pautadas por noções simplistas do indivíduo, e não-raro os mesmos eram identificados por seu gênero, profissão e classe, não indo muito além disso. Na modernidade esses debates se ampliam e começam a comportar ideias, estilos de vida, gostos, hobbies e outras variantes. Assim diz HALL (1987, p. 7):

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada ‘crise de identidade’ é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Para Hall, havia uma mudança estrutural inédita acontecendo nas sociedades modernas ao final do século XX, mudança esta que viria a fragmentar paisagens culturais que anteriormente haviam fornecido localizações sólidas para os indivíduos sociais. Esta mudança

traria, na sua concepção, uma descentralização do sujeito, semelhante a uma perda de estabilidade. A sua identidade não seria mais estática, nem necessariamente coerente, mas sim dinâmica, móvel, passível de transformações contínuas, estando estas transformações relacionadas às “formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1987). O que está em questão, portanto, é a morte de uma ideia de sujeito dotado de uma identidade unificada e permanente para o sujeito pós-moderno, que não possui uma identidade essencial, unificada e fixa, mas, antes se tornam fragmentados, compostos por várias facetas indenitárias, estas últimas apresentando-se dinâmicas e negociáveis.

Em Laclau (1995), um dos teóricos com os quais Hall dialoga em sua obra, também é possível enxergar ideia semelhante. Este autor, ao escrever sobre identidade no contexto do particularismo-universalismo, afirma que a própria proliferação das novas e múltiplas identidades no mundo contemporâneo (explosão de movimentos ligados às identidades étnicas e nacionais na Europa Ocidental e nos territórios da antiga URSS, por exemplo) faz com que o interesse dos estudiosos se distanciasse das tentativas de elaboração de uma ideia de sujeito universal e unificado, e passem a se centrar na multiplicidade em si.

Segundo Giddens, em sua obra *Modernidade e Identidade* (2002), a grande diferença entre as sociedades tradicionais e as modernas é que, enquanto nas primeiras os símbolos do passado e das gerações anteriores são valorizados e venerados, nessas últimas, esses signos e tradições são constantemente examinados e reformados à luz das novas informações. Já Bauman (2014) irá ressaltar que somos nós os agentes construtores e reconstrutores de nossas próprias identidades, as quais, na sua visão, não são sólidas, mas sim passíveis de negociação e renegociação. São os indivíduos, segundo ele, que escolhem seus caminhos, formas de agir, decidem se abrem mão ou se devem manter-se firmes quanto às questões que concernem aos seus sentimentos de pertencimento e às suas noções de si mesmo. Embora este autor também afirme que existam identidades que são da escolha de cada um e outras que lhes são infladas e lançadas pelas pessoas à sua volta, reforça que é preciso estar alerta para defender as primeiras em relação às últimas.

Assim, ao compreendermos o sujeito como produto social capaz de comportar diversas identidades em si, faz-se necessário olhar para o panorama da escola, sobretudo o Ensino Médio, para emprendermos a correlação entre os jovens que o compõem e as múltiplas facetas dos mesmos, além de apresentarmos instrumentos válidos de explicação e construção deste conhecimento com o alunado, a fim de que possam não somente entender, mas também reiterar ou ajustar suas posições indenitárias no mundo prático.

IDENTIDADES SOCIAIS E ENSINO MÉDIO

No contexto do Ensino Médio, a Sociologia não se furta de apresentar o conceito de Identidade Social, muito em função de ser, prioritariamente, a disciplina a quem compete o exercício do estranhamento, tão caro às Ciências Sociais e que preconiza do aluno o olhar crítico e não natural sobre os fenômenos sociais, inclusive aqueles que lhe são familiares. Pode-se inferir que

(...) está em causa observar que os fenômenos sociais que rodeiam a todos e dos quais se participa não são de imediato conhecidos, pois aparecem como ordinários, triviais, corriqueiros, normais, sem necessidade de explicação, aos quais se está acostumado, e que na verdade nem são vistos. Assim como a chuva é um fenômeno que tem uma explicação científica, ou uma doença também tem explicações mesmo que não se tenha chegado a terapias totalmente exitosas para sua cura; ou do mesmo modo que as guerras, as mudanças de governo podem ser estudadas pela História ou os cataclismos naturais, pela Geografia; os fenômenos sociais merecem ser compreendidos ou explicados pela Sociologia. Mas só é possível tomar certos fenômenos como objeto da Sociologia na medida em que sejam submetidos a um processo de estranhamento, que sejam colocados em questão, problematizados. (OCN, 2006, p.106-107)

Neste sentido o ensino das diferentes manifestações sociais, seja sob a ótica do indivíduo, seja pela do coletivo, perpassa naturalmente pelo ensino de Ciências Sociais, e se desmembra em temáticas como a da identidade. O exercício da desnaturalização, portanto, viabiliza o olhar sobre determinados grupos indenitários cuja essência é típica de nossa sociedade para além de estigmas e preconceções.

No contexto do Ensino Médio este exercício não pode ser desprezado por uma série de fatores: 1) fala-se de um ambiente essencialmente composto por jovens em maturação, que passam invariavelmente por dilemas sobre suas concepções, visões de mundo, noções de si mesmo e do outros. “A construção da identidade pessoal é considerada a tarefa mais importante da adolescência, o passo crucial da transformação do adolescente em adulto produtivo e maduro” (SCHOEN-FERREIRA et al, 2003, p.107) e não pode se desfazer da identidade coletiva, aquela que encaixa os jovens em padrões comuns na sociedade e os dá um norte de atuação; e 2) porque a abertura do diálogo permite ao estudante não só compreender que existem realidades diversas da dele, como também indagar sobre a sua própria de maneira reflexiva. A discussão sobre identidade social tendo como pano de fundo o Ensino Médio é instrumento severo de reflexão, compreensão e mudança social, posições indispensáveis ao

estudante de Sociologia. Deste modo o Ensino Médio congrega realidades diversas demais para não serem problematizadas, postas em xeque por intermédio do estranhamento; ambas as esferas - realidade escolar e o estudo das identidades coletivas - caminham juntas na construção de indivíduos autônomos e cientes de seu papel no mundo.

OFICINA DE CHARGES E A DISCUSSÃO DE IDENTIDADE

Com base no contexto da discussão das identidades sociais, foi desenvolvida pelos alunos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, de auxílio CAPES, do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco, uma oficina de charges. A escolha dessa metodologia se deu com base nas Orientações Curriculares Nacionais, que traz entre as práticas de ensino a utilização de charges, cartuns e tiras.

Ao projetar em sala de aula uma charge ou tira de humor, é bem possível que os alunos se sintam instigados a saber o porquê de o professor fazer aquilo. A partir dessa situação, já se cria um ambiente para colocar em pauta o que se pretendia discutir naquela aula. Aí começa a motivação, e a imagem projetada serve de estímulo. Inicia-se, então, uma segunda parte, que é analisar a imagem, seus elementos, por que provoca o riso, de que modo esse discurso se aproxima e se distancia do discurso sociológico, como a “deformação” sugerida pela imagem acerca da realidade representa uma realidade em si mesma “deformada” (OCN, 2006, p. 131)

Primeiramente, os alunos foram introduzidos ao tema. Foi-lhes explicado que cada um de nós tem várias facetas constitutivas de nossas identidades, cada qual nos classificando em diversos grupos ou mentalidades grupais. Foi utilizada a concepção de Freud, quando afirma que “Cada indivíduo, portanto, partilha de numerosas mentes grupais - as da sua raça, classe, credo, nacionalidade, etc.” (FREUD, 1976, p.163)

Após este momento de explanação teórica, os alunos foram apresentados ao conceito de charge, sendo trazida como um estilo de ilustração que tem por finalidade satirizar, por meio de uma caricatura, algum acontecimento atual com uma ou mais personagens envolvidas. Foi explicado que, aliando linguagem verbal e não verbal, as charges são mais do que piadas gráficas permeadas pelo humor e por uma fina ironia, mas tipos de textos que podem ser usados para denunciar e criticar as mais diversas situações do cotidiano relacionadas com a política e a sociedade. Foram apresentados alguns exemplos de charges que retratam o tema de identidade social e então, chegou o momento de produção por parte dos alunos.

Divididos em grupos, sendo orientados pelos professores da oficina, os alunos produziram várias charges, em grande parte relacionada à realidade social em que vivem.

Fizeram críticas às visões preconceituosas que existem devido a estereótipos fincados em nossa sociedade. Como resultados obteve-se a participação e contato dos alunos junto ao tema, tendo contribuído para um maior entendimento destes a respeito dos conceitos de identidade e das propostas da disciplina de Sociologia. Analisando este relato de experiência, podemos considerar que a oficina foi bastante produtiva tanto em termos de tradução de conceitos quanto da própria teoria sociológica.

CONCLUSÃO

Discutir identidade no ensino médio constitui-se como algo necessário no contexto das realidades diversas que constituem o universo jovem e a sociedade em geral. O exercício da reflexão acerca de como se constitui a sociedade em que vivem é fundamental para a formação de qualquer estudante. Além disso, este conteúdo permeia diversas outras discussões que fazem parte do currículo da disciplina Sociologia, como interação social, desigualdade e até mesmo as relações de trabalho.

A oficina de charges realizada e a análise bibliográfica dos conteúdos acerca do uso desta ferramenta como prática pedagógica ratifica a proposta trazida pelas Orientações Curriculares Nacionais. É uma maneira de sair do modo tradicional de aula expositiva e ainda incentivar a prática criativa dos alunos. Quanto a avaliação do uso da ferramenta em conjunto com a disciplina de Sociologia, foi possível perceber que complementa o processo de ensino-aprendizagem. Atividades como esta devem ser então consideradas como prática pedagógica e recurso didático aplicável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade - entrevista à Benedetto Vecchi**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <<https://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/bauman-zygmunt-identidade.pdf>> acesso em: 07/05/2017

FREUD, S. **Psicologia de grupo e análise do ego**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 8. (1920-1922) Rio de Janeiro: Imago, 1976

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005, 4ª ed,

GOLDMAN, Márcio. **Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa**. Revista de Antropologia da USP, v. 39, n.1, 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111620>> Acesso em: 23/09/2017

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10^a ed. São Paulo: Dp&a editora., 2005. Disponível em: <<https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/hall-stuart-a-identidade-cultural-na-pos-modernidade.pdf>> Acesso em: 07/05/2017

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Uerj. Rio de Janeiro. 2011

LOPES, J. R. **Os caminhos da identidade nas ciências sociais e suas metamorfoses na psicologia social**. *Psicologia & sociedade*; 14 (1): 7-27; jan./jun.2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n1/v14n1a02.pdf>> Acesso em: 05/05/2017

MACHADO, Igor José de Renó... [et al.] **Sociologia Hoje**. Volume único: ensino médio. 1^o edição. São Paulo: Ática, 2013.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosacnaify. 2003.

SCHOEN-FERREIRA, T. H., AZNAR-FARIAS, M., SILVARES, E. F. M. **A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório**. *Estudos de Psicologia*, v. 8, n. 1, Natal, jan./abr., 2003.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências Humanas e suas tecnologias**. Volume 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. Volume único. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

THE USE OF THE CHARGE IN THE SOCIOLOGY TEACHING-LEARNING PROCESS: PEDAGOGICAL PRACTICES AND DISCUSSION IN IDENTITY

ABSTRACT: This article aims to explore the use of collections, cartoons and strips as a didactic resource in the discussion of identity, in the Sociology subject in high school, based on an experience report carried out at the School of Reference in Secondary Education Santa Paula Frassinetti, located in the neighborhood of Espinheiro, Recife-PE. The authors of the present text keep close relationship with the school, since they are scholarship holders of the Institutional Program of Initiation to Teaching Scholarships (PIBID), having as stage of action the abovementioned. For two months, the users of secondary education, at the same time, perceived a pedagogical innovation in a subject so dear to the reality of the secondary schools, in function of giving in this period of the life to the construction and consolidation of the identities. Moreover, the theme is transversal to others in Sociology, which allowed a dialogue and various forms of social communication, starting from the load and the social identity as the guiding thread of the discussions.

KEYWORDS: Cartoon. Sociology. Education. Identity.

RECEBIDO EM: 18.05.2017

ACEITO EM: 25.09.2017



ISSN: 2526-3552

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EXPANSÃO DA BARRA DA TIJUCA PARA "O FUTURO DO RIO DE JANEIRO"

RODOLFO TEIXEIRA ALVES¹

RESUMO: O presente artigo apresenta as transformações desencadeadas na Barra da Tijuca, bairro da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. O bairro é peculiar devido ao seu constante processo de expansão, sob a insígnia dos “condomínios fechados”, que se espalham pela região do entorno como uma nova forma de “viver moderno”, carregando a “marca” Barra da Tijuca. O artigo apresenta essas transformações no limite das fronteiras simbólicas do bairro a partir do contexto olímpico, iniciado em 2009, com a cidade do Rio de Janeiro sendo eleita cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O artigo também mostra os impactos dessas intervenções urbanas no cotidiano de moradores locais, aparecendo conflitos que se estabeleceram com o processo de “produção da cidade olímpica”. Por fim, tendo matérias jornalísticas como fonte, procura mostrar os movimentos de planejamento do bairro, aparecendo Associações de Moradores, Câmara Comunitária e Associações Comerciais envolvidas em projetos de benfeitorias na região.

PALAVRAS-CHAVE: Barra da Tijuca. Rio de Janeiro. Olimpíadas Rio 2016. Intervenção Urbana.

INTRODUÇÃO

Este texto condensa algumas questões que venho desenvolvendo em pesquisas acerca dos processos de construção, transformação e expansão do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, em especial da Barra da Tijuca, bairro localizado na Zona Oeste da cidade. Compreende principalmente a região entre a Avenida Embaixador Abelardo Bueno até a sua confluência com a Avenida Ayrton Senna, às margens da Lagoa de Jacarepaguá. A região abrange a comunidade Vila Autódromo², que se constituiu como uma experiência de

¹ Graduando em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), cursando atualmente o 10º período. Desenvolve pesquisa na Vila Autódromo, onde colabora com o Museu das Remoções. Bolsista PIBIC-UFRJ, com orientação acadêmica da Profa. Julia O'Donnell. Email: rteixeiralves@gmail.com.

² Favela vizinha ao Autódromo de Jacarepaguá. Com o anúncio do projeto do Parque Olímpico, que foi construído no espaço do antigo Autódromo, a Vila Autódromo começou a sua saga de resistência a partir de uma notável articulação entre moradores, acadêmicos e movimentos sociais. Vale destacar que a comunidade era ameaçada desde, pelo menos, 1992, quando o então Prefeito das Olimpíadas, Eduardo Paes, era subprefeito da Barra da Tijuca. Com a realização dos jogos Pan-Americanos, em 2007, a comunidade mais uma vez esteve ameaçada pelos projetos e empreendimentos da região. No entanto, foi no contexto dos Jogos Olímpicos que as remoções se desencadearam de maneira intensa. Ver: “Apagando a favela da Vila Autódromo”, de Adam Talbot. RioOnWatch, 26/05/2016: <http://rioonwatch.org.br/?p=19959>. Acessado em: 27/04/2017.

mobilização popular (Freire, 2013) contrária às remoções da “produção de cidade olímpica” (Mascarenhas, 2016).

O contexto é a preparação da cidade para receber as Olimpíadas Rio 2016³. A região aqui compreendida foi preponderante nesse contexto porque concentrou a maior parte da infraestrutura do evento, como o Parque Olímpico e Vila dos Atletas, sendo considerada pela Prefeitura da cidade como o “coração dos jogos olímpicos”. As estruturas das Olimpíadas se espalharam também para outras partes da cidade: no Centro, Zona Norte e outros bairros da Zona Oeste.

O interesse em acompanhar etnograficamente o processo de transformação da região veio a partir da visibilidade que à época a comunidade Vila Autódromo já havia ganhado no meio acadêmico, sendo tema para planejamento urbano, arquitetura e urbanismo, sociologia, direito, em suma, de variados saberes que convergiram na “luta” da comunidade. O interesse não partia somente da atenção que a comunidade obteve no meio acadêmico, mas, e principalmente, tratava-se de entender a Vila Autódromo do ponto de vista dos moradores, a partir da organização coletiva e do entendimento acerca do processo de resistência.

Meu trabalho de campo na Vila Autódromo iniciou em novembro de 2015, momento de intensa articulação dos moradores e de produção dos empreendimentos relativos ao ciclo olímpico. De início, minha rotina em campo foi esporádica, quando visitava a comunidade aos finais de semana para conversar com alguns moradores; naquela altura, no final de 2015, a quantidade de entulhos de casas destruídas, ou de casas com a estrutura variada, dava indícios do número de pessoas que já não moravam mais na Vila Autódromo. Uma parte dos moradores presentes, mesmo diante do cenário em que estava, seguia a “luta” pela permanência da comunidade, e em geral era quem mais estava aberto a falar do processo, constituindo referência no local.

No segundo momento do trabalho de campo, em fevereiro de 2016, em decorrência da imissão de posse de duas casas e do prédio da Associação de Moradores, iniciei um trabalho de observação participante a partir do chamado que circulou entre os apoiadores da comunidade, convidando-os a estarem na Vila Autódromo na manhã do dia 24 de fevereiro, por volta das 6 horas, horário em que os agentes da prefeitura costumavam iniciar suas atividades. A partir

³⁴Nos últimos seis anos, a cidade do Rio de Janeiro viveu um período de transformações materiais e simbólicas aparentemente sem paralelo em seus 450 anos de história. A intensa mobilização de recursos financeiros provenientes das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), vem promovendo profundos e acelerados processos de reorganização do espaço urbano.” (Mascarenhas, 2016, p. 51)

desta data, comecei a acompanhar a movimentação do “Ocupa Vila Autódromo”, que se estendeu ao longo de uma semana⁴ com atividades cujo objetivo era coibir as ações dos agentes da prefeitura, bem como mobilizar mecanismo para propagandear a resistência do moradores e, dessa forma, atrair mais pessoas em apoio à comunidade. Foi nesse período que acompanhei cotidianamente a mobilização dos moradores, passando dias e noites colaborando com as atividades e participando de reuniões na condição de “apoiador”, conversando com moradores e apoiadores que articulavam coletivamente estratégias de resistência (Autor, 2017).

Uma vez na condição de apoiador, me colocando como alguém que, além de querer colaborar com a resistência do movimento, também estava ali desenvolvendo uma pesquisa, fui aos poucos construindo a confiança necessária para poder entrevistar alguns moradores, em geral sempre dispostos a contar a história da Vila Autódromo. Portanto, foi o período em que pude verificar a diversidade dos sujeitos envolvidos na articulação de resistência da Vila Autódromo diante da iminente remoção. Além dos moradores que resistiam pela permanência *na* e *da* comunidade, apresentava-se todo um quadro técnico de “apoiadores”, sendo todos aqueles que colaboravam na “luta” – agentes de movimentos sociais diversos pelo “direito à cidade”, produzindo uma série de saberes e projetos para a comunidade.

Aos poucos fui desenhando a pesquisa a partir das experiências históricas daquelas pessoas na produção de sua *localidade* (APPADURAI, 2013); eram, portanto, “narradores experientes” (ABREU, 2010, p. 206) que narravam o processo histórico no qual foram agentes na construção da Vila Autódromo enquanto uma *localidade* que, como outras na cidade, representava a experiência de pessoas pobres em contexto urbano na expansão das grandes cidades (APPADURAI, 2013). De modo que se apresentavam na base de formação da Vila Autódromo sujeitos oriundos de regiões diferentes, com trajetórias diferentes, e que juntos construíram a comunidade no limite do muro do autódromo com as margens da Lagoa de Jacarepaguá, ocupando e construindo e aos poucos provendo um mínimo de infraestrutura. Essas narrativas, em convergência com discursos, projetos e outras experiências dos apoiadores, consolidavam a memória – narrada e compartilhada pelos moradores – da Vila Autódromo como a base da resistência à remoção⁵.

4. O “Ocupa Vila Autódromo” foi – e ainda é – uma movimentação permanente de ocupação da comunidade por apoiadores, podendo ser um festival com música, filmes e qualquer outra manifestação artística. O contexto aqui retratado, no entanto, tinha o objetivo de dar apoio técnico ou emocional aos moradores nos dias que se seguiram de intensas ações da prefeitura para remover e destruir casas.

Guarda algumas semelhanças com o que Lifschitz chamou de *neocomunidades*. Destaca-se a “dinâmica” do processo, da relação das comunidades com agentes externos, quando “promovem a reconstrução simbólica e

Portanto, as trajetórias dos sujeitos que construíram a Vila Autódromo podiam não ser primordiais para “resistência” em si, porém apareciam como fator importante para compreender as razões que davam sentido ao próprio ato de resistir. Dessa forma, os relatos de D. Mariza do Amor Divino sobre sua *experiência* como pescadora no complexo lagunar da região, seus trânsitos e relações com o espaço, antes mesmo da Vila Autódromo existir, ajudam a entender seus significados atribuídos à comunidade. D. Mariza diz ter visto e colaborado ativamente com o crescimento da Vila Autódromo ao longo das décadas subsequentes a construção do autódromo e a expansão dos condomínios na Barra da Tijuca⁶, que, ainda segundo seu relato, coincide com a poluição da lagoa e diminuição da pesca no local.

Os últimos anos marcaram, portanto, o início da remodelação urbana do Rio de Janeiro⁷, e os investimentos das Olimpíadas de 2016 representaram a oportunidade de realização de um plano de “legados olímpicos” na cidade. Os signos desse processo são os projetos de “requalificação” no Centro (MARTINS, 2015; GUTTERRES, 2016), com museus, VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e construção de bulevares, e “revitalização” e expansão para o Oeste, com os projetos de infraestrutura da “Barra Olímpica” (PASQUOTTO, 2016). Dentro desse quadro de expansão, na Barra da Tijuca, as estratégias de desenvolvimento dos projetos partiram da articulação do poder público com empresas e associações comerciais do bairro, decorrendo do interesse de alimentar a região enquanto territorialidade valorizada (ROLNIK e FRÚGOLI Jr., 2001) na geografia do Rio de Janeiro. Essas intervenções aparecem como símbolos de um “marketing urbano” (PASQUOTTO, 2016), tendo como referência a ideia de uma “cidade global”, que orientou a candidatura do Rio de Janeiro ao pleito olímpico como possibilidade de mudanças radicais na infraestrutura da cidade⁸ (Dossiê de Candidatura, 2009).

material de territórios comunitários e de saberes tradicionais através de técnicas e dispositivos modernos”. (Lifschitz, 2006, p. 68)

⁶ Ver: “Planejamento e realização da Barra da Tijuca como espaço residencial, evolução e crítica de um projeto para uma área de expansão da cidade do Rio de Janeiro”, Leitão e Rezende, Rio de Janeiro, UFF.

⁷ Os eventos mundiais certamente canalizaram investimentos na cidade, possibilitando parcerias do poder público com a iniciativa privada na elaboração de projetos: Jogos Pan-americanos (2007), Copa das Confederações da FIFA (2013), Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014) e Jogos Olímpicos (2016).

⁸ No entanto, vale ressaltar, como fez Mascarenhas, que o “preparo” da cidade para realizar uma Olimpíada já não data de hoje, sendo um planejamento de anos: “Para entender o projeto olímpico carioca, devemos retroceder a 1992, quando foi firmado acordo de cooperação internacional (a Declaração Rio-Barcelona 1992) prevendo uma agenda de operações conjunta, incluindo a elaboração de novas estratégias de desenvolvimento. A consultoria catalã, inspirada na conhecida retórica empreendedorista de Castells e Jordi Borja, se fez presente na elaboração de estratégia de reativar a economia urbana e promover a imagem da cidade a partir da realização de eventos globais, como as Olimpíadas. (MASCARENHAS, 2016, p. 52)

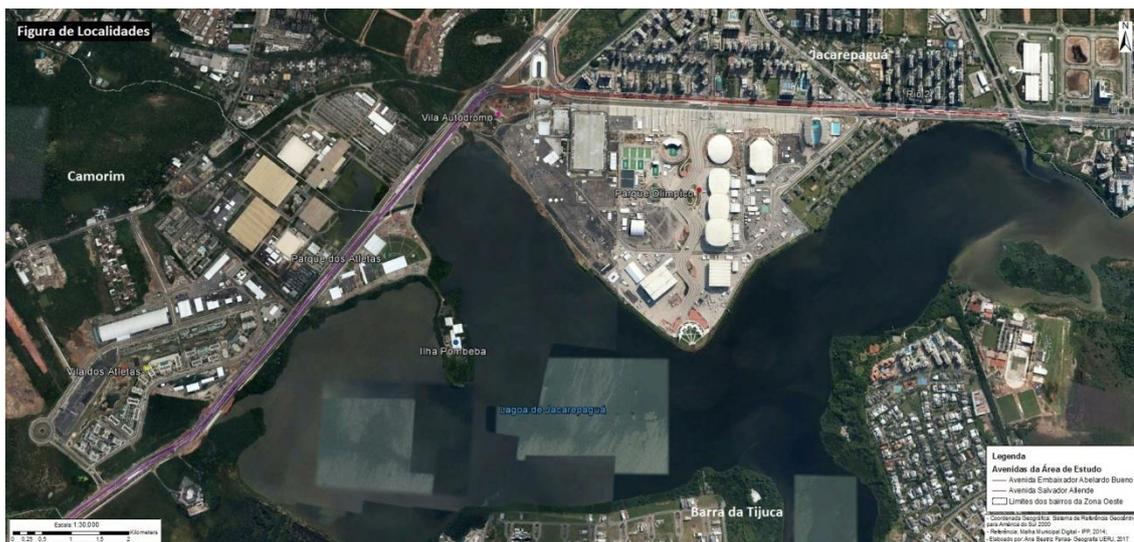


Figura (2): Região compreendida. Fonte: Elaborado por Ana Beatriz Farias (UERJ), 2017.

O REALIZAÇÃO (CONSTANTE) DA BARRA DA TIJUCA

A partir da década de 1950, com o Plano de Diretrizes Viárias (1951), a Barra da Tijuca começou a ter seus primeiros indícios de expansão e reorientação da cidade¹⁰. Com o Plano Lucio Costa¹¹ de 1969, cujo projeto de cunho modernista para ordenação da ocupação do bairro, visto como um “processo inevitável” (COSTA, [1969] 1995), a Barra da Tijuca começou a ganhar outros moldes dentro do plano de disputa simbólica entre as regiões da cidade. Maurício de Abreu em *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* chamava a atenção para o fato de que “apesar de constituir bairro periférico, a Barra da Tijuca está, entretanto, sendo ocupada por classes de alta renda, o que leva a crer que, em um futuro próximo, será parte integrante do núcleo metropolitano” (ABREU, 1987 [2013], p. 18).

Atualmente, segundo os dados apresentados por Pasquotto:

¹⁰ “Na gestão do prefeito Sá Freire Alvim (1958/1960), foi criada a Reserva Biológica de Jacarepaguá, o que manteve grande parte da Baixada a salvo de ocupação mais intensa. Mas, em 1968, o poder público, procurando se adiantar ao processo inevitável de ocupação daquela região, encomendou ao arquiteto e urbanista Lucio Costa o *Plano Piloto para Urbanização da Baixada Compreendida Entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá*, que propunha, a partir dos cânones do ideário modernista, um ordenamento na ocupação da região e de sua articulação com o centro, zona norte, zona sul e zona oeste. Por sua posição geográfica, a região seria vocacionada a ser o polo nodal da cidade, com a criação de um centro alternativo ao centro histórico, denominado *Centro Metropolitano*. (SAMPAIO, 2014, p. 54)

¹¹ É curioso que, mesmo sendo um marco no pensamento urbano da região, o Plano Lucio Costa foi pouco considerado na prática. Ayrton Luiz Gonçalves em seu ensaio apaixonado sobre a Barra da Tijuca, mesmo sendo pouco crítico ao fato e se colocando como “compreensivo”, chama a atenção que “apesar de ter sido concebido pela administração da cidade, o Plano foi implementado pela iniciativa privada. Houve prioridade crescente às necessidades do mercado em detrimento das diretrizes originais e muitas vezes ergueram-se edifícios em áreas ilegalmente aterradas e desmatadas. Em outras ocasiões, a legislação original foi alterada, com um aumento significativo no índice de aproveitamento de cada terreno” (GONÇALVES, 2005, p. 45).

“A população residente na R.A. Barra da Tijuca em sua maioria situa-se em domicílios particulares permanentes, sendo que em 2000 existiam 30.612 e em 2010 passou para 65.233, com uma parcela diminuta de particulares improvisados e coletivos. Dentre os domicílios particulares permanentes é nítida a hegemonia da tipologia de apartamentos, totalizando 25.755 contra 4.673 de casas e 184 cômodos, estes 84% de tipologias verticais refletem no skyline do bairro.” (PASQUOTTO, 2016, s/p)

Analisando dados do Censo de 2010 do IBGE, Pasquotto mostra que “a renda nominal média do responsável pelos domicílios particulares permanentes é maior que 20 salários mínimos na sua maioria, o que permite caracterizar o bairro como de alto padrão orçamentário” (Ibidem, 2016). Outro dado importante trazido pela autora é que a Barra da Tijuca, sendo o bairro que apresenta as maiores taxas de crescimentos imobiliários da cidade nas últimas décadas, é o “único local do Brasil que vem recebendo investimentos constantes há 15 anos, até mesmo nos períodos de crise econômica” (Ibidem, 2016).

A Barra da Tijuca, como área de expansão urbana, concentrou nos últimos anos investimentos públicos e privados, configurando uma região de intensa especulação imobiliária (MASCARENHAS, 2016), “fazendo emergir esta nova modalidade de habitação denominada “condomínio fechado”, que posteriormente se espalhou por outras áreas e cidades como paradigma do “viver moderno” (SAMPAIO, 2014, p. 56). O crescimento acelerado do uso e ocupação do bairro, entretanto, não foi acompanhado de promoção de infraestrutura, o que vem gerando problemas de poluição das lagoas da região¹².

“BARRA OLÍMPICA”: “CORÇÃO” DOS JOGOS OLÍMPICOS

A região norte da Barra da Tijuca abrigou o Parque Olímpico e a Vila Olímpica, sendo considerada simbolicamente como o “coração” dos jogos¹³, pois concentrou a maior parte dos equipamentos olímpicos. A infraestrutura de “legado” no bairro também contou com a expansão do Metrô e construção dos corredores do BRTs (*bus rapid transit*) com as linhas Transcarioca e Transoeste. Em abril de 2017, foi anunciada mais uma área na região do entorno do Parque Olímpico que receberá mais um empreendimento: o “Museu Olímpico” e a nova sede do COB (Comitê Olímpico do Brasil), que ocupará uma área de 50 mil metros quadrados na Ilha da Pombeba, na Lagoa de Jacarepaguá¹⁴.

¹² “O descompasso da Barra da Tijuca”. O Globo, 19/01/2013: <http://oglobo.globo.com/rio/o-descompasso-da-barra-da-tijuca-7345262>. Acessado em: 22/04/2017.

¹³ Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016: http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/arquivos/dossie_de_candidatura_v3.pdf. Acessado em: 21/04/2017.

¹⁴ “Estado regulariza cessão de terreno para abrigar Museu Olímpico”. O Globo, 13/04/2017: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/estado-regulariza-cessao-de-terreno-para-abrigar-museu-olimpico-21202620>. Acessado em: 21/04/2017.

A área do Parque Olímpico corresponde a 1,18 milhões de metros quadrados. No espaço foram construídos a Arena Carioca 1, 2 e 3, Velódromo, Arena do Futuro, Estádio Aquático, Centro de Tênis, Arena Rio. E já contava com o Parque Aquático Maria Lenk, “legado” dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, o Parque abrigou nove modalidades olímpicas; outras modalidades foram distribuídas pela cidade: Estádio Maracanã (Zona Norte), Estádio Engenhão (Zona Norte), Deodoro (Zona Oeste) etc. A pretensão da Prefeitura com o Parque, segundo o site Visit.Rio, é que “após os jogos, o espaço será transformado em um amplo complexo esportivo e educacional destinado a estudantes da rede pública e atletas de alto rendimento”¹⁵, constituindo-se, portanto, como um “legado” dos jogos¹⁶.

O Autódromo de Jacarepaguá (Autódromo Internacional Nelson Piquet) foi uma das primeiras grandes construções na Barra da Tijuca, nos anos 1970. Sediou o Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1 de 1978 a 1989¹⁷, além de modalidades do campeonato MotoGP e CART. O espaço sofreu intervenções em sua estrutura para abrigar o Complexo Esportivo Cidade do Esporte, para os Jogos Pan-Americanos de 2007¹⁸. Em 2008, com a candidatura da cidade a sede dos Jogos Olímpicos, foi anunciada a demolição do Autódromo para a construção do Parque Olímpico, estando previsto a construção de um novo autódromo em Deodoro¹⁹, também na Zona Oeste.

A demolição do Autódromo começou em 2012. Em 2009, crescia o movimento em defesa do autódromo organizado por praticantes de automobilismo que acusavam a especulação imobiliária e os interesses do Consórcio Rio Mais²⁰ na região. O grupo considerava o Autódromo como “patrimônio do esporte brasileiro”, demarcando a importância do esporte no desenvolvimento do país, o que estava sendo desconsiderado, segundo o grupo, no andamento do processo de demolição. Em carta aberta à Graça Foster, Presidenta da Petrobrás em 2012, o movimento desenvolvia os termos:

¹⁵Visit.Rio: <<http://visit.rio/editorial/parque-olimpico/>>. Acessado em: 23 de março de 2017.

¹⁶ “Após quatro meses, Parque Olímpico no Rio tem sinais de Abandono”. Portal G1, 04/02/2017: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/apos-quatro-meses-parque-olimpico-no-rio-tem-sinais-de-abandono.ghtml> Acessado em: 21/04/2017

¹⁷Exceto 1979 e 1980.

¹⁸PAN 2007: <https://pan.uol.com.br/pan/2007/sedes/sede2.jhtm>. Acessado em: 25/04/2017.

¹⁹“Prefeitura do Rio lança projeto para construir autódromo em Deodoro”, Portal G1, 08/03/2017: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/prefeitura-do-rio-lanca-projeto-para-construir-autodromo-em-deodoro.ghtml>. Acessado em: 21/04/2017.

²⁰ O Consórcio Rio Mais era composto pela Prefeitura do Rio com as empreiteiras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken S/A: <http://www.riomais.net/>. Acessado em: 21/04/2017.

“Minha senhora, já está difícil dar continuidade ao esporte que depende de patrocinadores num autódromo que está destinado a morrer, agora imagine como é ainda mais complicado fazer isto, diante do seu enterro previamente anunciado por alguns publicitários que desconhecem princípios éticos e a luta dos profissionais desta modalidade esportiva na busca de patrocinadores. [...] Há muito já não podemos mais confiar nos políticos locais, pois eles prometem coisas e não cumprem. O Governo Federal que deveria defender este patrimônio público e do esporte nacional está aparentemente cego diante da possibilidade de sediar uma Olimpíada que vai durar apenas 15 dias. Acharmos que o Ministro dos Esportes desconhece a importância do automobilismo não apenas como esporte, mas também de sua capacidade para testes no desenvolvimento de pesquisas sobre novas alternativas ao petróleo.”²¹

No trecho da carta retirado do blog do grupo destacam-se as categorias mobilizadas pelo movimento em defesa do Autódromo. A relevância do espaço é relacionada ao projetos em que o automobilismo com o desenvolvimento do país, dando uma importância ao Autódromo como “patrimônio nacional”. A desconsideração desses fatores por parte do poder público, que estaria “cego diante da possibilidade de sediar uma Olimpíada”, considerando-se o curto período do evento, dá o tom do pessimismo do grupo em relação aos “políticos locais”.

Além da carta aqui destacada, vale a pena chamar a atenção para como o grupo articulado estava percebendo o processo de realização dos Jogos Olímpicos. É interessante, por exemplo, ver como o movimento acusa a especulação imobiliária e seus projetos para região, como uma marina na Lagoa de Jacarepaguá; também faz referência à Vila Autódromo como comunidade impactada pelo processo:

“O VERDADEIRO OBJETIVO destas remoções não é a construção de equipamentos Olímpicos, mas sim de uma marina. Explicação: do outro lado da Lagoa de Jacarepaguá se tem acesso direto à Av. das Américas e a alguns condomínios de luxo como Quintas da Lagoa, Laguna, Alphaville e outros. Já pensaram em como estas terras seriam valorizadas?”

A articulação do grupo obteve pouca cobertura midiática e apoio dos movimentos sociais, de modo que a baixa visibilidade não potencializou sua mobilização. A construção do novo autódromo, prometido pela Prefeitura, ficou sob responsabilidade das entidades representativas de automobilismo, a CBA (Confederação Brasileira de Automobilismo) e FAERJ (Federação de Automobilismo do Estado do Rio de Janeiro), sobre as quais o grupo expressa certa descrença: “Pode ser que consiga enganar apenas os dirigentes destas duas entidades, porque os automobilistas cariocas já não acreditam mais nesta farsa”.

Os processos de construção, transformação e expansão da Barra da Tijuca desenvolvem reorientações no uso e ocupação dos espaços e influem diretamente na *paisagem* da região e no cotidiano de grupos locais. Segundo Rodríguez, analisando o impacto das Olimpíadas no bairro

²¹ Todos os trechos aqui reproduzidos podem ser acessados no Blog do grupo, que ainda segue disponível no endereço: <https://autodromodejacarepagua.wordpress.com/>. Acessado em: 22/04/2017.

Camorim, adjacente à Barra da Tijuca, esses “eventos que aceleram o movimento e a transformação da paisagem podem ter como efeito de resistência um apelo à memória e o passado” (RODRÍGUEZ, 2014, p.173). Rodríguez, ainda, chama a atenção para medidas da Prefeitura no contexto de preparação da região para as Olimpíadas:

“O caso de Camorim é abordado considerando os impactos gerais que vários bairros da zona oeste do Rio de Janeiro vêm sentindo a partir do grande boom imobiliário, produto dos novos parâmetros urbanísticos permitidos pelo Plano de Estruturação Urbanística e os projetos de adequação da Baixada de Jacarepaguá para os Jogos Olímpicos em 2016 implementadas pela Prefeitura da cidade. A aprovação do PEU foi fundamental para que a prefeitura pudesse assumir os compromissos com o Comitê Olímpico Internacional (COI)”. (Ibidem, p. 173)



Figura (3): Área de expansão do PEU das Vargens. Em destaque, Sistema Viário Prioritário. Fonte: Prefeitura.

O PEU²² abriu caminho para as intervenções massivas na região de interesse da gestão da Prefeitura e de seus grupos de apoio, abrindo espaço para empreendimentos imobiliários e comerciais na região que, segundo matéria no *O Globo* de 19 de junho de 2016, “a operação seria semelhante à feita no Porto Maravilha”:

“Com propostas arrojadas, como transporte aquaviário, milhões de metros quadrados destinados a áreas verdes, novo corredor de BRT e 160 quilômetros de ciclovia, a Operação Urbana Consorciada (OUC) das Vargens, estudo feito pelo consórcio formado

²²“Trata-se do “Projeto de Estruturação Urbana dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá”, mais conhecido como “PEU Vargens”. O projeto de estruturação urbana, ou PEU, é uma figura exclusiva da legislação do município do Rio de Janeiro e objetiva detalhar os condicionantes de ocupação territorial na escala de um bairro ou de um conjunto de bairros.” (NAME & CARDEMAN, 2014, p. 62)

pelas construtoras Odebrecht e Queiroz Galvão, chama a atenção. E suscitou críticas. A ausência de menções à habitação social, as dúvidas sobre o financiamento e o fato de o novo Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens, que determina parâmetro urbanísticos de construção no local, ter sido incluído no mesmo projeto de lei que trata da OUC foram alguns dos questionamentos de moradores e parlamentares nas primeiras audiências.” (O Globo, 19/06/2016, online)

A *paisagem* da Barra da Tijuca e adjacências está desta forma, em disputa por uma tensão entre interesses que configuram a região. É utilizada, por exemplo, como estratégia de marketing²³ por empreendimento que convidam a uma experiência híbrida entre tecnologia e “paisagem natural”²⁴ (CAVALCANTI, O’DONNELL E SAMPAIO, 2016). A mesma paisagem pode ser representada como relação de pertencimento ao *lugar*, como a síntese de um “espaço vivido” por sujeitos que enxergam seus agenciamentos na produção de um “espaço” e atribuem a ele um “caráter:”

Fenômeno do lugar leva-nos a concluir que a estrutura do lugar deveria ser classificada como “paisagem” e “assentamento” e analisada por categorias como “espaço” e “caráter”. Enquanto “espaço” indica a organização tridimensional dos elementos que formam um lugar, o “caráter” denota a “atmosfera” geral que é a propriedade mais abrangente de um lugar”. (NORBERG-SCHULZ, 2006, p.449)

A percepção do *espaço vivido*, nos termos de Norberg-Schulz, aparece na atribuição de *caráter* da comunidade Vila Autódromo no depoimento de Maria da Penha, uma das principais referências entre os moradores no processo de resistência à remoção:

“Olha a diferença desse prédio para essa árvore aqui... Eu sou muito mais a minha árvore. A minha árvore é linda, maravilhosa; [aqui] corre um vento. Você entra ali e fica debaixo do ar condicionado... Ai, coisa horrível! E o povo diz que aquilo é que é bem estar, que é luxo. O luxo está nessa beleza que é você poder respirar esse ar livre, não é verdade? Para pra pensar: que graça tem aquilo ali? Você entra naquilo ali tudo cheio de luz - nem a luz do sol não tem. O que eu gosto na minha comunidade é que eu vejo a luz do sol, o dia abre para mim sorrindo”²⁵.

²³Vale notar que, como estratégia de marketing, em consonância com a expansão da “marca” da Barra da Tijuca, algumas regiões, como é o caso desta compreendida por este texto, vem mudando a toponímia. Mesmo hoje sendo bairros administrativamente diferentes, a “paisagem” de Jacarepaguá aparece na Barra da Tijuca como propaganda dos empreendimentos.

²⁴“Explore a área moderna de Jacarepaguá quando se hospedar no Courtyard Rio de Janeiro Barra da Tijuca”. Site Hotel Courtyard: <http://www.marriott.com.br/hotels/travel/riocy-courtyard-rio-de-janeiro-barra-da-tijuca/>. Acesso em: 24 de março de 2017.

²⁵A entrevista foi feita no dia 02/11/2015, no antigo “Parquinho” que dividia muro com o Parque Olímpico, na própria comunidade. A estrutura a qual Maria da Penha se refere é o Hotel Courtyard, que estava em ponto de finalização construtiva à época.



Figura (4): Casa descaracterizada na Vila Autódromo.
Em segundo plano, o hotel Courtyard Fonte: Autor, nov/2015.

Em dezembro de 2010, o Vereador Carlo Caiado (DEM) submeteu o projeto de lei de nº 807/2010, cuja proposta era de criar o bairro “Barra Olímpica”, que seria uma subdivisão entre Barra da Tijuca, Camorim e Jacarepaguá. A insuficiência da justificativa por parte do vereador na defesa de seu projeto percebe-se pelo ideário que se constituiu acerca das Olimpíadas:

A realização na cidade do Rio de Janeiro de um evento da magnitude dos Jogos Olímpicos, em 2016, representará, não temos dúvidas, um marco para toda a cidade e nosso povo. Afinal, como se costuma dizer, os olhos do mundo estarão voltados para a nossa terra, pois serão mostradas, a par dos eventos esportivos propriamente ditos, as incomparáveis belezas da cidade. Esta, portanto, é uma oportunidade ímpar, que merece e precisará ser lembrada para sempre, de todas as maneiras possíveis. Daí a motivação para a presente iniciativa, que pretende registrar indelevelmente os Jogos Olímpicos da cidade do Rio de Janeiro, que certamente se constituirão em um dos mais memoráveis Jogos Olímpicos de toda a história desse grandioso evento mundial. (Vereador Caiado, Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 28/12/2010)

A “oportunidade” de fazer na cidade-sede mais do que o necessário para a realização dos jogos olímpicos foi excessivamente mobilizada ao longo de todos os anos de preparo do Rio de Janeiro pelo poder público como “legado”. Na Barra da Tijuca, com a expansão de sua “marca”²⁶, as transformações urbanas não encerraram-se com o término dos jogos, e a

²⁶ “O impacto imobiliário e a forma característica deste bairro foram tão fortes que se difundiram, levando a “marca” Barra além dos limites administrativos. Segundo Coccaro (2013, p. 01-02) essa ação pode ser intitulada de “ressignificação espacial” ou movimento de expansão de “fronteiras simbólicas”. O espraiamento a Norte do bairro demonstra a consolidação de um “modo de vida” específico. Portanto, o limite territorial desmancha-se na tentativa de ampliar uma simbologia e status característicos.” (PASQUOTTO, 2016, s/p)

“oportunidade” foi usada como potência para antecipar “o futuro da cidade do Rio de Janeiro”²⁷.

O que vale ser destacado na construção da “Barra Olímpica” são os atravessamentos de memórias sobre o mesmo processo; as diversas *experiências históricas* mobilizadas como meio para permanência de relações que foram construídas ao longo das últimas décadas com o espaço, que foram abaladas diante da necessidade de efetivação de um projeto que, no seu efeito local, serviu para acelerar algumas transformações na infraestrutura da Barra da Tijuca. Entender essa complexa rede de significados sobre a *paisagem* do bairro, em disputa com as transformações desencadeadas pelo projeto olímpico, é importante para compreender as razões e os meios utilizados pelos sujeitos envolvidos nos rumos do bairro.

BARRA DA TIJUCA: CONSTRUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EXPANSÃO

Passado o contexto olímpico e uma década de eventos internacionais na cidade, 2017 começou com a troca de gestão da Prefeitura do Rio de Janeiro, assumindo Marcelo Crivella, candidato do Partido Republicano Brasileiro (PRB), depois de dois mandatos (2009-2012 / 2013-2016) de Eduardo Paes (PMDB) na gestão da Prefeitura.

Luiz Fernando Janot, considerando o programa apresentado pelo novo prefeito do Rio, aponta o déficit de medidas voltadas à “questão urbana”:

“As promessas se restringiram, unicamente, à despoluição das lagoas e canais da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, à criação de parques urbanos em Bangu e Campo Grande e ao controle do adensamento populacional nas Vargens e em Jacarepaguá.” (O Globo, 19/11/2016)

Os problemas causados pela poluição das lagoas da Barra da Tijuca e Jacarepaguá incorrem há anos nas pautas de governos e são recorrentes como tema de matérias jornalísticas²⁸. Além de resolver os problemas ambientais causados pela falta de infraestrutura de saneamento de esgoto, o que acarretou na poluição do complexo lagunar da região, a “despoluição” está no campo de interesse de grupos locais, como associações de moradores. O projeto “Transporte Hidroviário, nós queremos!”²⁹, por exemplo, contou com o apoio das mais

²⁷JORNAL O GLOBO. Cidade Planejada: Rio ergue o seu novo Centro Metropolitano. In. Caderno Projetos e Marketing. Rio de Janeiro, sábado, 6 de setembro de 2014.

²⁸ “Prometida para a Rio-2016, recuperação do complexo lagunar da Barra continua só no papel” (O Globo, 13/04/2014, online); “Poluição das lagoas da Barra chega à praia” (O Globo, 02/05/2016, online); “Poluição de rios e lagoas suja mar da Barra da Tijuca” (O Globo, 28/05/2016, online); “Com água esverdeada, complexo lagunar da Barra é ameaçado pela poluição” (R7, 01/02/2017, online); “Menos água e mais lama nas lagoas da Barra da Tijuca” (O Globo, 18/02/2017, online).

²⁹ Movimento “Transporte Hidroviário, nós queremos!”, <http://transportehidroviariosqueremos.blogspot.com.br/>. Acessado em: 22/04/2017.

importantes associações de moradores e do comércio³⁰; a Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, segundo o seu presidente Delair Dumbrosk, em matéria do jornal *O Globo* sobre o intenso tráfego de automóveis na região³¹, diz já ter apresentado o projeto ao governo. Para Delair, o sistema de transporte ligaria “os condomínios da Barra aos centros comerciais”.

No dia 21 de março de 2017, a Câmara Comunitária da Barra da Tijuca recebeu o Secretário de Transporte da Prefeitura do Rio de Janeiro Fernando MacDowell, para discutir o “Sistema Aquaviário” que, segundo a ata da reunião³², “o secretário afirmou que o sistema de transporte lagunar seria uma solução para diminuir a circulação de carros no bairro”. Nas pretensões do secretário, o futuro sistema aquaviário terá ligação com o Metrô da Barra³³.

Em matéria no portal SRzd, lê-se:

“A reivindicação deste tipo de transporte é antiga por parte das associações de moradores. Os líderes comunitários que conversaram com o **Srzd** disseram que têm consciência que o serviço precisa passar por processo de licitação [...]. Mas já existem grupos grandes de olho no “negócio”. A gigante imobiliária Carvalho Hosken é uma das empresas atentas ao projeto por causa da valorização dos seus terrenos. Outra empresa é a Grove Boats Brazil, que já se pronunciou no passado e demonstrou publicamente a sua simpatia pela ideia, desde que haja a formalização de uma Proposta de Manifestação de Interesse (PMI) por parte da prefeitura.”³⁴

A Barra da Tijuca, além de ser bairro que mais cresce e se expande no Rio de Janeiro, como vimos, tem fortes associações de moradores e grupos afins articulados em busca de benfeitorias para o bairro, acarretando na valorização da terra e crescimento de empreendimentos do tipo “condomínio fechado” (CALDEIRA, 2000), que são vendidos como novo “viver moderno” da cidade, oferecendo “segurança”, “natureza” como paisagem e o “legado olímpico” como *ativo*: “a certeza de estar na região com o maior legado do Rio, que

³⁰ ACIBARRINHA (Associação Comercial e Industrial do Largo da Barra, Itanhangá, Joá, Joatinga e Adjacências), ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro), AMAR (Associação de Moradores e Amigos do Jardim Oceânico e Tijuamar), FAMBARRA (Federação das Associações e Amigos da Barra da Tijuca e Adjacências).

³¹ “Região da Barra e Recreio é a que mais gera tráfego na cidade”. *O Globo*, 19/01/2013: <http://oglobo.globo.com/rio/regiao-da-barra-recreio-a-que-mais-gera-trafego-na-cidade-7345751>. Acessado em: 22/04/2017.

³² “Reunião com secretário de transporte Fernando Mac Dowell: <<http://www.ccbt.org.br/2017/03/23/reuniao-com-secretario-de-transporte-fernando-mac-dowell/>>. Acessado em: 22/04/2017.

³³ Um projeto de construção de uma marina na Barra da Tijuca, encontrado no site do governo do rio, apresenta o complexo de lagoas da região (Lagoa de Jacarepaguá, Lagoa do Camorim, Lagoa da Tijuca e Lagoa de Marapendi) “um grande potencial turístico e como transporte público alternativo ao rodoviário”. O projeto tem como referências grandes cidades, como Tóquio, Veneza, Nova Iorque e Sidney, que dispõem de sistema de transporte hidroviário: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165511/4162124/transporte_hidroviariosmu.pdf>. Acessado em: 22/04/2017.

³⁴ “Vem aí transporte pelas lagoas da Barra, Recreio e Jacarepaguá”. Portal RSzd online, 28/12/2016. Acessado em: 28/04/2017.

conta com um complexo esportivo muito próximo, uma nova estrutura viária de mobilidade urbana e conveniência”³⁵. O bairro atrai também o mercado hoteleiro, como mostrou o jornal *O Globo* em 19 de janeiro de 2013, onde a Barra da Tijuca aparece como a região privilegiada de construção de novos hotéis da cidade (56% estavam com previsão de lançamento até dezembro de 2015), tendo como foco o “turismo de negócio”³⁶.

A possibilidade do tipo de turismo paisagístico “natural” foi aberto ao público em fevereiro, com a Trilha Transcarioca. O projeto, que é de 1990 e oferece à cidade uma trilha de 180 km de extensão, ligando a Zona Oeste à Zona Sul. O caminho atravessa 25 trechos, sendo um deles o Açude do Camorim. O local, segundo matéria no Portal G1, vem sendo pensado para que futuramente “gere empregos na área de hospedagem e alimentação”³⁷, visando a atender o turismo local.

O surgimento de uma *nova centralidade* urbana decerto reorganiza territorialmente a dinâmica econômica da cidade (FRÚGOLI JR., 2001; ROLNIK E FRÚGOLI, 2011). O desenvolvimento da Barra da Tijuca opera a partir de um planejamento cuja finalidade é criar, mais do que um espaço para “negócios financeiros”, um padrão de “qualidade de vida” pautado em valores “mais modernos” (*O Globo*, 6/9/14). Os processos de construção, transformação e expansão que acompanham o bairro vem estabelecendo a região como o “futuro” Centro Metropolitano do Rio de Janeiro, cuja tipologia se deixa ver por skylines, shoppings, “condomínios fechados” (CALDEIRA, 2000), que vendem “natureza”, “tecnologia”, “segurança” e os “legados intangíveis” de um período pretérito, mas cada vez mais presente na toponímia da Barra da Tijuca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei mostrar ao longo do artigo alguns processos de transformação da Barra da Tijuca desencadeados nos últimos anos, sob a insígnia dos Jogos Olímpicos de 2016, com a pretensão de organizar a região como uma *nova centralidade urbana*, como mostra Frúgoli Jr. (2011), através de articulações de associações locais com o poder público. As peculiaridades do bairro da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro mostram-se pelos dados apresentados sobre

³⁵ Fontano - o paraíso é a sua casa: <http://patrimovel.com.br/fontano/>. Acessado em: 22/04/2017.

³⁶ “O território predileto da indústria de hotéis no Rio”. *O Globo*, 19/01/2013: <http://oglobo.globo.com/rio/o-territorio-predileto-da-industria-de-hotéis-no-rio-7345309>. Acessado em: 22/04/2017.

³⁷ “Transcarioca: veja imagens e mapa da trilha de 180 km que cruza o Rio pela mata”. Portal G1, 24/01/2017: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/transcarioca-veja-imagens-e-mapa-da-trilha-de-180-km-que-cruza-o-rio-pela-mata.ghtml>. Acessado em: 25/04/2017.

seu espraiamento para outros bairros, expandindo sua “marca”, impactando o cotidiano de comunidades locais com a alteração da paisagem. A Vila Autódromo dentro deste contexto, articulada com seus “apoiadores”, ofereceu um plano popular de urbanização (Plano Popular Vila Autódromo), prescrevendo a reestruturação da comunidade a partir da necessidade de seus moradores, à maneira de um “urbanismo humano” (MIRAFTAB, 2016), ganhando destaque diante as sociedade civil, embora pouco considerado pela prefeitura durante todo o processo.

A Vila Autódromo, no entanto, se mostrou como uma experiência vitoriosa conseguindo a urbanização parcial da comunidade, restando 20 famílias que receberam as chaves de suas casas novas construídas pela Prefeitura no local. Fruto do mesmo processo de articulação, amalgamando diversos sujeitos e saberes, hoje se desenvolve as atividades promovidas pelo *Museu das Remoções*, cujo lema é “memória não se remove”, que se insere nas disputas pelos significados de habitar, como uma “ferramenta” na disputa pela cidade, organizado por moradores e “apoiadores”, entre os quais me incluo.

Vimos que o movimento que se organizou em torno da demolição do Autódromo de Jacarepaguá, organizado por praticante do esporte, ganhou pouca força e ficou completamente entregue à esperança de que a prefeitura cumpra o projeto de construir o novo autódromo da cidade, em Deodoro. Carecendo de visibilidade e apoio, o movimento se desvaneceu ao longo do processo, mas que, de alguma forma, também produziu uma *experiência histórica*.

No período pós-olimpíadas o que fica são *lugares de memória*³⁸ (Nora, 1993) carregados de significados do período. Procurei mostrar que o processo de construção, transformação e expansão da Barra da Tijuca também tem a ver com a constante necessidade de infraestrutura do bairro, que resulta em “campos de possibilidades” para projetos apresentados pela forte articulação das associações de moradores e amigos da Barra da Tijuca e adjacências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

³⁸ Nas palavras de Pierre Nora, “São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos”. Dessa maneira, no contexto pós-olimpíadas, é possível identificar os marcos olímpicos revestidos de materialidade, no que diz respeito às transformações implementadas em todas as regiões da cidade, bem como seus marcos arquitetônicos que carregam a “marca” olímpica; é simbólico porque representam um período da história da cidade, de modo que será transmitida as próximas gerações sempre a partir de como foi *vivido* pelos sujeitos; e, por fim, funcional, “pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão” (p. 22).

ABREU, Regina. Museus, ruínas e paisagens: patrimonialização e disputas de sentido. In: GUIMARAENS, Maria da Conceição Alves de (Org.). **Museografia e Arquitetura de Museus**. Rio de Janeiro: UFRJ, FAU, PROARQ, 2010, V1, p. 190-212.

ABREU, Maurício de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. **Instituto Pereira Passos**, 4ª edição, Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

APPADURAI, Arjun. Housing and Hope. **Places Journal**. [online], Mar, 20013. Disponível em: <https://placesjournal.org/article/housing-and-hope/Online>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

CAIADO, Vereador Carlo. Projeto de Lei n. 807/2010 - CRIA O BAIRRO BARRA OLÍMPICA. **Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, RJ, online**. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/012cfef1f272c0ec832566ec0018d831/1eadf96be23c54db83257808007546ae?OpenDocument>. Acessado em: 25 de Abril de 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. Tradução de Heloísa Buarque de Almeida. **Novos Estudos CEBRAP**, nº47, p. 155-176, mar. 1997.

CAVALVANTI, Mariana, O'Donnell, Julia e SAMPAIO, Lilian. Futures and Ruins of an Olympic City. In: CARVALHO, Bruno, CAVALCANTI, Mariana e VENUTURUPALLI, Vyjayanthi Rao (Orgs.). **Occupy All Streets - Olympic Urbanism and Contested Futures in Rio de Janeiro..** Estados Unidos: 2016.

COSTA, Lucio. Plano Piloto para a urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá [1969]. In: **Lucio Costa: registro de uma vivência**. Ed. Empresa das Artes, 1995.

DOSSIÊ DE CANDIDATURA DO RIO DE JANEIRO A SEDE DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/_arquivos/dossie_de_candidatura_v3.pdf. Acessado em: 23 de setembro de 2017.

FREIRE, Letícia de Luna. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, ano XVI, n. 29, 2013.

FRÚGOLI JR., Heitor. A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. **Revista de Sociologia e Política**, n. 16, p. 51-66, jun. 2001.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. **Barra da Tijuca, de rua em rua**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005. Universidade Estácio de Sá.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. **Revista Mana - Estudos de Antropologia Social**, 22(1), 179-209, 2016.

JANOT, Luiz Fernando. De frente para o futuro. **Jornal O Globo**, 04/06/2016: <https://oglobo.globo.com/opiniao/de-frente-para-futuro-19441299>. Acessado em: 23 de abril de 2017.

LEITÃO, Geronimo. e REZENDE, Vera F. **Planejamento e realização da Barra da Tijuca como espaço residencial, evolução e crítica de um projeto para uma área de expansão da cidade do Rio de Janeiro**. Universidade Federal Fluminense, 2012.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Neocomunidades: reconstruções de territórios e saberes. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.38, jul.-dez. p. 67-85, 2006.

MARTINS, Mayã. Entre Memórias e Futurismos: Enquadramentos Sobre o Projeto Porto Maravilha, Cidade do Rio de Janeiro, **Ponto Urbe [Online]**, 16, 2015. Posto online no dia 31 Julho 2015: <<http://pontourbe.revues.org/2584>>. Acessado em: 24 de Abril de 2017. DOI: 10.4000/pontourbe.2584.

MASCARENHAS, Gilmar. Rio de Janeiro 2016: a cidade em movimento. **Revista USP**, São Paulo, n. 108, p. 49-56, jan/fev/mar 2016.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, Recife, v.18, n.3, p. 363-377, Set.-Dez. 2016.

NAME, Leonardo e CARDEMAN, Rogério Goldfeld. Ocupação e transformação da paisagem na Baixada de Jacarepaguá, Rio de Janeiro. **Mercator, Fortaleza**, v.13, n.2, p.61-78, mai./ago. 2014. DOI: 10.4215/RM2014.1302.0005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto Histórico**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

PASQUOTTO, Geise B. Uso e ocupação do solo na Barra da Tijuca e o espraiamento e sua "marca". **V colóquio internacional sobre o comércio e cidade: uma relação de origem**. São Paulo, 2016.

PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO 2016: Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. **Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo**.

RODRÍGUEZ, Luz Stella. Transformações da paisagem e a memória em Camorim. **ANTÍTESE**, v.7, n.14, p.171-200, jul.-dez. 2014.

_____. Do caminho à trilha. As perspectivas do lazer e do habitar na Transcarioca. **INTERSEÇÕES**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 64-96, jun. 2016. DOI: 10.12957/irei.2016.25535

SAMPAIO, Lilian Amaral de. **Curicica, de "fim do mundo" a "Barra Olímpica"**. Dissertação de Mestrado - CPDOC/FGV, Março 2014.

THE PROCESS OF CONSTRUCTION, TRANSFORMATION AND EXPANSION OF BARRA DA TIJUCA TO "THE FUTURE OF RIO DE JANEIRO"

ABSTRACT: This paper presents the transformations unleashed in Barra da Tijuca, neighborhood of the West Area of the Rio de Janeiro city. The neighborhood is peculiar due to its constant process of expansion, under the insignia of "fortified condos", which spread through the surrounding region as a new form of "modern living", carrying the Barra da Tijuca "brand". These transformations at the edge of the symbolic boundaries of the neighborhood from the Olympic context, started in 2009, with the city of Rio de Janeiro being elected host city of the 2016 Olympic Games. Also shows the impacts of these urban interventions on the daily life of

local residents, appearing conflicts that settled with the process of "production of the Olympic city". Finally, having news stories as a source, it seeks to show the planning movements of the neighborhood, appearing Neighborhood Associations, Community Chamber and Commercial Associations involved in projects of improvements in the region.

KEYWORDS: Barra da Tijuca. Rio de Janeiro. Olympic Rio 2016. Urban Intervention.

RECEBIDO EM: 28.04.2017

ACEITO EM: 27.09.2017

BANDAS DE ROCK E OUTRAS FESTAS: SOCIABILIDADE DE JOVENS EM SÃO LOURENÇO DA MATA

RICARDO BANDEIRA DE MELO¹

RESUMO: A presente pesquisa se debruçou sobre o Ensaio Sem Stress, evento de bandas amadoras que ocorreu em São Lourenço da Mata de 2007 a 2014. O trabalho busca responder qual a motivação dos/as jovens para frequentar o evento; para isso, analisa as formas de interação e sociabilidade entre os/as frequentadores/as da festa; buscando compreender, por um lado, as semelhanças no gosto e estilos de vida; e, por outro lado, busca entender as hierarquias, a forma como surgem e como atuam. Analisa também de que maneira os vínculos de amizade regulam a “normalidade da interação” e atenuam as disputas entre os grupos hierarquizados. Ainda para atingir esse fim de pesquisa – a motivação do público para frequentar a festa – o trabalho analisa a relevância dos conteúdos do evento – as bandas e a possibilidade de lazer na cidade – para os/as frequentadores/as. Por fim, através dos códigos de conhecimento e comunicação compartilhados, as redes de relações, como de amizade e vizinhança; os vínculos em atividades e a relação travada com os equipamentos urbanos – a praça onde ocorria o evento e os bares próximos –, será buscado mostrar como a familiaridade dispersa em diferentes pontos da cidade é levada à praça. Em relação a todos esses elementos supracitados, serão discutidas as implicações para os resultados de pesquisa da relação subjetiva do autor/pesquisador com os aspectos da vida social investigados. Metodologicamente, o trabalho se vale da observação participante e entrevistas semiestruturadas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensaio Sem Stress; Sociabilidade de Jovens; Espacialidade; São Lourenço da Mata.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se debruçou sobre o Ensaio Sem Stress, evento de bandas amadoras de São Lourenço da Mata, município situado na Região Metropolitana do Recife, que ocorreu de 2007 a 2014, com intervalos médios de dois meses entre as apresentações. A festa era conduzida com diversas atrações, como *punk*, *rock*, *metal* e ritmos regionais, como a sambada de coco. No entanto, prevalecia tanto nas atrações como no público o universo do *rock*.

O estudo buscou compreender as formas de interação e sociabilidade entre os jovens que participaram de uma ou mais das edições da festa. Para isso, se buscou analisar, por um

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (2015). Tem como áreas de interesse a sociabilidade e a sociologia do desvio. Email: ricardobandeira_cs@hotmail.com

lado, as diferenças e hierarquias e, por outro, as semelhanças no gosto, estilos de vida; teias de amizade e outros códigos compartilhados. No texto também se problematizará a relação subjetiva do autor/pesquisador com os aspectos da vida social estudados, buscando analisar as implicações positivas e negativas nos resultados de pesquisa.

Discussões sobre métodos e técnicas de coleta e análise de dados, teoria social, metodologia científica e dificuldades encontradas durante a pesquisa estão presentes em diversas passagens do trabalho, sem uma estrutura rígida. Essa escolha teve como finalidade não esconder as marcas da pesquisa; permitindo ao leitor ter acesso mais simples ao modo como se deu cada etapa de seu desenvolvimento.

Há, no desenvolvimento do presente trabalho, quatro seções. A primeira detalha o evento, os usos da cidade e as configurações das *zonas urbanas de concentração populacional por convergências identitárias*. Na segunda será discutida a subjetividade e o trabalho antropológico. A terceira seção discutirá a produção de hierarquias na honraria social entre indivíduos que ocupam o mesmo lugar objetivo no mundo através de uma discussão sobre fãs de *heavy metal* e suas variações. A quarta e última seção trabalhará os laços de amizade entre o público do evento estudado e seu papel na “normalização da interação” e bom funcionamento da festa. Por fim, seguirão algumas considerações sobre os resultados de pesquisa.

A FESTA: ENSAIO SEM STRESS

O Ensaio Sem Stress, evento de bandas amadoras de São Lourenço da Mata, foi fundado em 2007. Nele, músicos de diversos gêneros se apresentavam. Em sua maioria, bandas ligadas ao universo do *rock*. Ele manteve-se vivo até 2014; geralmente com intervalos de dois meses entre as edições.

Assim como entre as atrações, entre o público a prevalência também estava relacionada ao *rock* e suas variações: era possível ver uma grande quantidade de jovens vestidos com camisas pretas com estampas de bandas de *rock* e *metal*.

O evento começou a acontecer em frente a uma escola estadual, em um espaço cedido por um bar; o Bar Sem Stress, que deu origem ao nome do projeto. A ideia era que as bandas tivessem um lugar onde se apresentar, e o bar pudesse aumentar seus lucros com a venda de bebidas. Após alguns anos foi necessário mudar a localização, por reclamação dos vizinhos por conta do barulho. O novo endereço passou a ser a Praça Dom Helder Câmara, localizada no Parque Capibaribe, também em São Lourenço da Mata. Segundo os organizadores, com a mudança de endereço, também foram alterados os intervalos, que se tornaram maiores.

Os dois locais são isolados. O primeiro, o bar, fica no topo de uma ladeira altíssima, e o único espaço que o público tinha para assistir as apresentações era a rua. O segundo, a praça, fica próxima a um terminal de ônibus, em uma região afastada do bairro; e também era necessário subir muitas ladeiras até chegar ao local. No entanto, nesse havia espaço para o público na praça e um palco para as bandas. A prefeitura nunca permitiu um lugar no centro; o evento era visto de forma negativa, embora isso nunca tenha sido muito esclarecido².

O Ensaio Sem Stress foi criado por Givanilson Soares e Pablo Eugênio, que naquele período eram instrumentistas da banda Káustico. Segundo os fundadores, outras pessoas participavam da organização; principalmente os músicos das outras bandas.

Chegando ao local, era possível encontrar um ambiente marcado pela familiaridade entre os frequentadores. A organização de grupos e a grande circulação entre eles, que evidenciava sua proximidade. Vários jovens andando de *skate*, um garrafão de vinte litros cheio de vinho, onde todos se aproximavam para beber. No ano de sua fundação, segundo os/as entrevistados/as, quase todos/as eram amigos/as. Com o passar dos anos o evento cresceu, tornou-se mais heterogêneo; tanto nas apresentações quanto no público. Mas os vínculos de amizade permaneceram sendo apontados pelos/pelas entrevistados/as como importantes. “Todos são amigos e amigos de amigos”.

Questionados sobre o que mudou na festa ao longo dos anos, os/as entrevistados/as destacaram elementos como o desenvolvimento da forma de divulgação, o sorteio de brindes, a organização das bandas, aumento do público, melhoria nos equipamentos de som etc., o que mostra que, na percepção deles/as, o evento estava de um ponto de vista técnico, crescendo.

“Percebi, com o passar do tempo, uma mudança positiva nas edições do evento: o planejamento e a organização melhoraram. Antes, só havia o *show* planejado, quem quisesse comida ou bebida teria que comprar em um mercado comum. Nas últimas edições, uma feirinha com venda de artesanatos; e pequenos comerciantes participaram do evento. Ambos, sem dúvida, frutos de uma organização prévia”. Rafaela Marinho: entrevista concedida por e-mail [14/11/2015].

“Frequento o evento há mais ou menos seis meses após a criação. Houve sim evolução com relação à organização e desenvolvimento por parte da equipe. A exemplo disso, no começo, a preocupação maior era conseguir bateria e amplificadores. Já nos últimos realizados, houve uma relação diferenciada, com feiras de trocas de livros e zines”. Lucas Alves: entrevista concedida por e-mail [16/07/2015].

“Eu costumava ir desde quando o evento começou. Ao longo do tempo em que se realiza o evento, dentre as várias mudanças que ocorreram, posso destacar: a forma de divulgar o evento, o formato das apresentações, a realização de sorteios e sempre que oportuno, a cobrança de ingressos”. Anderson Dias: entrevista concedida por e-mail. [14/11/2015].

² As informações fornecidas acima foram concedidas pelos fundadores do evento em entrevistas e conversas informais, além do contato com o campo.

No entanto, há também visões menos positivas sobre as transformações, como a questão da falta de apoio político e, com isso, as impossibilidades de grandes expansões:

“Frequento desde sua origem, assim que soube por um amigo, que disse: ‘Olha, tem umas bandas tocando ali na frente do colégio todo mês, é de graça, vamos lá?!’. E percebo que o evento tem crescido bem pouco, apesar de a cada edição trazer ‘caras novas’, sendo um espaço de lazer para o público jovem. Talvez por falta de um planejamento assistido mais de perto, juntamente com o governo local”. Emerson Lima: entrevista concedida por e-mail [12/09/2015].

Naquele mesmo período o “Ensaio Sem Stress” não estava só; havia no Recife e outras cidades da região metropolitana eventos semelhantes, com organizadores conhecidos e bandas que se apresentavam em todos esses eventos. Aproximadamente no mesmo período surgiram: “Rock Açude Camará”, em Camaragibe; o “ConspiraSom”, em Recife, e o “Underground Rock Jaboatão”, em Jaboatão dos Guararapes. A forma de divulgação dos quatro era semelhante, todos usavam as redes sociais, o convite de conhecidos e, algumas vezes, zines.

Em parte das edições um elemento foi posto em destaque; ele tinha como objetivo orientar o andamento da festa. Os organizadores o trataram como “temática”, mas com pequenas variações. Givanilson usou a expressão se referindo a um tema que servia de debate ao longo das atrações. No último evento foi experimentada uma discussão sobre a diversidade. Nos intervalos das apresentações, enquanto os instrumentos eram conferidos, diálogos foram realizados. O público respondia com aplausos; a experiência havia sido bem sucedida. O tema de debate foi utilizado apenas uma vez. Já Pablo, além do mesmo sentido empregado por Givanilson, se referiu também a expressão para designar tipo de atração musical, como Sambada de Coco e Noite do Metal. “Temática” como tipo de atração foi posta em prática mais de uma vez, mas em geral as bandas tinham gêneros variados.

“Foi uma das novidades implantadas nos eventos, que é a presença de uma temática (que sempre haverá) no intuito de além de promover o momento lúdico instigarmos discussões sobre temas ligados a juventude”. Givanilson Soares: entrevista concedida por e-mail [27/06/2015]

“Algumas edições eram temáticas, como foi o caso da Noite do Metal, Sambada de Coco e o Sem Stress da Diversidade. O objetivo era muitas vezes saciar os desejos do público alvo, visto que eles mesmos propunham. Além disso, agregar muito mais seguidores e fortalecer o evento”. Pablo Eugênio: entrevista concedida por e-mail [27/06/2015].

Existia a pretensão de manter um tema de debate, que na próxima edição seria “a utilização do espaço público”; mas ele nunca foi posto em prática. Uma tentativa de recolher assinaturas para obter autorização da prefeitura para utilização da Academia das Cidades foi realizada em 2014, mas sem sucesso. O evento encontrou aí seu fim.

Como dito acima, o Ensaio Sem Stress está fora da vizinhança, pois nem sempre ocorreu no mesmo local, e os frequentadores não eram do mesmo bairro. Todavia, essas pessoas possuem traços semelhantes, como práticas, gostos e valores. Desse modo, a praça e o bar em que ocorria o evento guardam certa semelhança com o que José Guilherme Magnani (2002), em seu estudo sobre o lazer em regiões centrais, tratou como espaços intermediários entre o público e o privado.

O “pedaço” é uma categoria nativa que inspirou Magnani na construção de um conceito analítico que se refere aos espaços intermediários entre o público e o privado. O conceito faz referência aos espaços com presença regular de um grupo e a existência de um código de conhecimento e comunicação entre eles. Ainda segundo o autor, esses espaços de lazer estão relacionados ao modo de vida e às tradições do grupo. O pedaço é caracterizado por seus equipamentos, que são, grande parte das vezes, definidores de fronteiras (bares, praças, campo de futebol etc.), e por suas redes de relações. As relações no pedaço são marcadas por vínculos em atividades, pelo gosto, crença etc., e esse é um traço característico tanto no centro quanto fora dele, mas fora, há ainda a existência de laços como os de amizade, vizinhança e parentesco. Isso não quer dizer que esses laços não existam no centro; eles apenas não são predominantes.

No caso do Ensaio Sem Stress, em São Lourenço da Mata, o conceito pode nos ajudar, no entanto, não pode ser aplicado com exatidão, pois alguns pontos essenciais não estão presentes na festa estudada. Entretanto, alguns elementos podem ser levantados no objetivo de nortear o uso parcial da noção de pedaço. Esses elementos fazem referência às características da cidade e do evento.

Em nosso caso, a festa não possui relações de vizinhança tão densas como no estudo realizado por Magnani; pois aqui o evento ocorreu em diferentes bairros, e reunia jovens de toda a cidade. Com isso, a relação com os “instrumentos urbanos” torna-se menos profunda; a praça, por exemplo, era, até então, desconhecida por muitos dos frequentadores.

Todavia, trata-se de uma cidade pequena, em comparação às capitais. Há poucas opções de lazer, tanto públicas quanto privadas, o que conduz a população a se concentrar em determinados locais em busca de diversão. O Ensaio Sem Stress é uma dessas *zonas urbanas de concentração populacional*.

É comum haver nas cidades pontos em que as pessoas se concentram; esses locais variam de acordo com a finalidade e, através dos usos, carregam diferentes significados. Podem ser, por exemplo, estações de metrô ou aeroportos; estes possuem, para as pessoas que o

frequentam, pouco significado, pois estão ali de passagem com a pretensão de chegar a outros destinos.

Já outras regiões urbanas que concentram parcela da população são em si mesmas a finalidade. Temos como exemplos praças, campos de futebol, cinemas e ambientes em que ocorrem shows. Esses lugares, através das práticas ali realizadas, geralmente de forma voluntária e agradável, conduzem à significação positiva desses ambientes urbanos através das memórias das atividades impressas nos locais em que foram praticadas.

Essa segunda categoria de ambientes urbanos apresentada costuma concentrar pessoas de um mesmo tipo. Fãs de sertanejo universitário em *shows* de músicos do gênero; grupos que apreciam produções de Hitchcock, Cláudio Assis ou o “pipocão” em salas de cinema específicas; e assim por diante. Por esse motivo, esses ambientes serão chamados aqui, na falta de uma expressão mais adequada, de *zonas urbanas de concentração populacional por convergências identitárias*.

As configurações urbanas encontradas em São Lourenço da Mata possuem influência no tipo de sociabilidade. Como dito anteriormente, a cidade é pequena, e muitos dos jovens, mesmo morando em bairros diferentes, se conhecem. Desse modo, um *show* no Recife certamente reuniria pessoas com gostos e estilos de vida semelhantes, no entanto, quase ninguém se conhece nesses ambientes. Já na festa estudada, a familiaridade é bastante elevada.

Desse modo, é possível dizer que o evento é marcado por uma grande teia de amizades e, por se tratar de um evento primordialmente de *rock*, há no público códigos amplamente compartilhados de conhecimento e comunicação, assim como, o compartilhamento de estilos de vidas, normas, crenças e valores. A praça não é familiar ao público, no entanto, é possível dizer que a familiaridade é transportada até a praça.

UMA PAUSA PARA O “EU”: SUBJETIVIDADE EM CAMPO

Aqui, sem receio, escreverei em primeira pessoa. Pois vejo como fundamental discutir a relação do pesquisador com os aspectos da vida social investigados, à medida que os resultados de pesquisa variam não apenas de acordo com as diferentes filiações teóricas, como também, através da subjetividade; como argumentou Miriam Pillar Grossi (1992).

Mantive forte relação com diversos assuntos tratados até aqui, ou que serão expostos adiante. Frequentei o “Ensaio Sem Stress” entre os anos de 2010 a 2014. Conheço diversas pessoas que também o frequentaram. Fui levado por alguns amigos. Sempre morei em São Lourenço da Mata, assim como, sempre escutei *rock* e *heavy metal*.

Isso quer dizer que sou íntimo da cidade, das pessoas, do evento e, por gostar da mesma música, sou íntimo também dos códigos compartilhados no ambiente. Alguns pontos serão apresentados com o objetivo de pensar as implicações dessa relação para a pesquisa.

Em primeiro lugar, esse estudo, em particular, implicaria, para alguém com menos inserção no campo, o uso de muito mais tempo para localizar os fundadores e membros do público; pois o evento deixou de existir em 2014.

Em segundo lugar, essa proximidade com o campo ajuda na construção de mapas que permitem “circular” entre as pessoas e compreender as ideias com mais facilidade. Isso não implica, por sua vez, que a familiaridade seja equivalente a conhecimento:

(...) Isto, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema. (VELHO, Gilberto. 1978. P. 40).

Esses mapas de familiaridade estiveram presentes na construção de todo o trabalho. Na seção seguinte buscarei mostrar a existência de hierarquias no gosto e estilo de vida não associadas de forma direta à posição de classe. A escolha do *metal* para isso partiu de minha familiaridade com o gênero. Mas no evento, há também *punks* e vários outros grupos; mas como não possuo esses “mapas”, o trabalho se tornaria muito longo e, com isso, inviável.

Em terceiro lugar, como também problematizado por Gilberto Velho³, discutir o familiar leva ao confronto da obra com a visão de outros pesquisadores e até mesmo de pessoas do universo pesquisado, que é, sem dúvida, frutífero na produção de reinterpretações.

BATEDORES DE CABEÇA

O *metal* se tornou um gênero musical que, para alguns, a princípio, parece ter parado no tempo. Para outros, parece sofrer mudanças constantes. Subgêneros surgiram ao longo dos anos, como o *new metal*; já outros, tiveram alguns elementos alterados, como o *death metal*, que ganhou sonoridade mais melódica, em alguns trabalhos.

Todavia, para os *headbangers*, existe grande saudosismo quanto aos fundadores do estilo musical, como o Black Sabbath, Led Zeppelin e Deep Purple. Até hoje eles funcionam como parâmetro para distinguir o *metal* “bom” do “ruim”. O *heavy metal* surgiu entre as décadas de 1960 e 1970. Posteriormente surgiram variantes. Com o destaque de que não há, nesse processo de criação de novos subtipos, uma dinâmica dialética de pretensão e distinção, como apresentado por Pierre Bourdieu (2007) em outros aspectos da cultura ocidental; cada

³ *Ibid.*

variação esteve associada a contextos locais ou alterações sonoras; em geral, em diálogo com as bandas canonizadas.

Podemos usar como exemplo o *black metal*⁴ que, além de não ser produzido por grupos em consonância com o “arbitrário cultural dominante”, não tinha vistas à boa aceitação social, nítida em sua estética aberrativa, marcada pelo uso de *corpse paint*⁵ e por suas mensagens agressivas, que buscavam ferir valores, normas e crenças.

Através do *black metal* podemos notar outro traço do *metal*, de modo mais amplo: a transmissão desse código cultural – não apenas a estética sonora e visual, mas o modo de vida, os valores, etc –, via de regra, ocorre com grandes ruídos, deixando de lado elementos que marcam a singularidade de cada banda no tempo e no espaço.

Isso pode ser notado ao analisar comparativamente o sentido do anticristianismo nas bandas em diferentes partes do mundo. Na Noruega ele buscava impedir o avanço do cristianismo sobre a cultura e as crenças escandinavas⁶, o que, de certa forma, justifica os aspectos nacionalistas nas letras. No Brasil temos grandes representantes do gênero, com grande reconhecimento, como o Sarcófago, banda formada em Belo Horizonte na década de 1980. Mas o anticristianismo no Brasil não anda junto, como regra geral, com mensagens nacionalistas. Pode ser dito, por fim, que fãs brasileiros do *black metal* norueguês não podem, a menos que a experimentação da vida, no caso, de elementos da nacionalidade, possam ser feitos inteiramente fora da vivência, além das práticas de cada biografia.

Surge então a dúvida: como um conjunto de códigos culturais tão complexos, sempre transmitidos com tantos ruídos, permanece, ainda assim, sendo compartilhado durante tantas décadas e por pessoas de tantos países?

Isso nos conduz a pensar sobre as transformações estéticas nas variações mais “agressivas” do *rock* que vem se manifestando desde as décadas de 1960 e 1970. O *rock*, assim como outros estilos musicais, possui arranjos musicais mais “simples”, diferente do *heavy metal*, caracterizado pelo *volume sonoro* poderoso, carregado; com fraseados complexos que, em muitos casos, guarda semelhanças com a música erudita.

⁴ Variante extrema do *heavy metal* que teve origem na década de 1980, caracterizada pelos vocais rasgados e pela sonoridade rápida e distorcida, além do satanismo, anticristianismo e paganismo.

⁵ Pintura facial assemelhada a um cadáver, que tanto se mostra como uma incorporação na estética das mensagens apresentadas, como negação da popularidade.

⁶ Isso se tornou público com a prisão de Varg Vikernes, antigo guitarrista da banda Mayhem e único integrante do Burzum, por seus atentados incendiários a três igrejas cristãs na Noruega na década de 1990. O episódio continua repercutindo, com a recente prisão do músico e sua esposa por autoridades francesas, por suspeita de planejar novo atentado terrorista, noticiado no Brasil pelo Estadão em 16 de julho de 2013. (Em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral/franca-prende-musico-noruegues-suspeito-de-terrorismo,1054042>>. Acesso em: 06/08/2015.)

Quando falamos em *rock*, é fácil pensar em nomes como Janis Joplin, Elvis Presley e Eric Clapton. É comum acompanhar disputas entre os fãs dos Beatles sobre qual dos seus integrantes é “melhor”: John Lennon ou Paul McCartney⁷. No Brasil temos quadro semelhante: a palavra *rock* nos faz pensar em Cazuzza, Raul Seixas, Renato Russo, Humberto Gessinger, Cássia Eler, entre tantos outros nomes.

Em contraste com o *rock*, o *metal* não possui a personificação do trabalho musical apenas na figura do vocalista. As transformações trazidas com a ampliação da densidade melódica, rítmica e harmônica influenciaram diretamente na distribuição da *honra social* entre os músicos. Instrumentistas costumam ocupar lugar de destaque entre as conversas de apreciadores do gênero. Diversos casos podem ser encontrados, como o Zakk Wylde, que ainda muito jovem passou a acompanhar um dos ícones do *heavy metal*, Ozzy Osbourne, e, mesmo ao lado de um cânone do gênero musical, Wylde não ficou à margem do sucesso, tornando-se um dos mais bem sucedidos músicos de sua geração; o Steve Harris, que durante toda a carreira da banda inglesa Iron Maiden manteve-se em destaque com o seu baixo poderoso. Como exemplo brasileiro, temos o Kiko Loureiro, guitarrista da banda de *power metal* Angra, e da Megadeth, uma das maiores bandas de *heavy metal* do mundo. Loureiro possui uma enorme legião de fãs que o admiram por sua virtuosidade.

Mecanismos de propagação do novo código musical surgiram; revistas especializadas em música premiam instrumentistas por suas performances. Títulos como *Best Metal Guitarist* e *Most Valuable Player* e premiações como *Riff Lord* e *Golden God* passaram a ser atribuídos a músicos por suas performances, por revistas como *Metal Hammer*, *Guitar World* e *Kerrang!* entre tantos outros prêmios, títulos e revistas.

Elas colaboram, na estética sonora, através de críticas de álbuns, composições, *riffs* e solos; também nos equipamentos utilizados. Trazem ainda entrevistas e uma infinidade de imagens desse universo.

As revistas guardam certa semelhança com as lojas de departamento da França do século XIX, em que os indivíduos não apenas tinham acesso aos bens de consumo, mas lá podiam aprender sobre esses aspectos da cultura e acompanhar as tendências da moda, suas representações e práticas; colaborando assim na construção da identidade dos consumidores⁸. Quanto ao *metal*, não podemos falar em moda. O gênero, criado entre as décadas de 1960 e 1970, ganhou, ao longo dos anos, variantes, como o *doom metal*, *death metal*, *black metal*, etc.

⁷ O exemplo mais claro da discussão pode ser encontrado no documentário: *Lennon or McCartney: A Beatles Documentary*, dirigido por Matt Schichter, em que 550 artistas respondem qual dos dois Beatles prefere.

⁸ Para aprofundamento sobre a moda, vide: (McCRACKEN, 2003).

Sobre eles, surgiram respectivas formas de saudosismo. As transformações na maneira de se apresentar, na maneira de compor, no visual, são quase idênticas hoje ao que foi em seu surgimento.

Hoje outros meios de propagar os códigos identitários dos *headbangers* surgiram, não apenas revistas, discos e suas capas, shows e conversas de fãs; a explosão da internet trouxe uma série de sites, blogs e canais no *YouTube*, profissionais ou não, que cumprem papel semelhante ao das revistas. Além, é claro, das redes sociais, onde geralmente esses conteúdos transitam com maior intensidade.

Em resumo, a ampliação da distribuição da honra social entre os músicos de *heavy metal* via aumento da densidade rítmica, harmônica e melódica resultou numa ênfase na estética sonora. Cada variação de metal é definida por tipos de solos, *riffs*, ritmo da bateria, tipo de vocal, etc., apenas em menor medida no conteúdo das músicas. A consagração das bandas, igualmente, dá-se por referências estéticas – sonoras e visuais – ficando os conteúdos das letras, novamente, em segundo plano. Dessa perspectiva, faz sentido fãs de *black metal* norueguês – sobretudo aquelas que trazem conteúdos relacionados ao anticristianismo nacionalista escandinavo – no Brasil, pois são buscadas referências sonoras, e as bandas são pensadas de acordo com o cânone do gênero, visto que os conteúdos são desconhecidos.

Quando ao visual, é sabido que as variações extremas de *rock* não são produzidas por elites, de modo que não podemos falar em dinâmicas dialéticas de “pretensão e distinção”. Por isso há baixa transformação na forma de se vestir ao longo dos anos; não podemos falar em moda. Existe, é verdade, grande variação na forma de se vestir entre *headbangers*, no entanto, ela está relacionada a diferentes tipos de *metal*. Novos subtipos surgiram no decorrer das décadas, mas tanto sua sonoridade quanto sua apropriação da cultura material – as roupas – não se apresentam na forma de substituição; havendo, pelo contrário, atos de negação dos novos estilos. As hierarquias são traçadas através de referências aos “pais fundadores do gênero”.

Mesmo havendo uma base material em que a cultura é produzida, não podemos dizer que ambas serão sempre idênticas ou assemelhadas. Sua compreensão não pode se restringir ao entendimento do lugar objetivo ocupado por cada indivíduo no mundo e as dinâmicas existentes entre eles. Deve-se pensar na eficácia e autonomia do mundo ideal em relação às dimensões materiais. Além disso, é preciso atinar para as estruturas internas das produções imaginativas, à medida que elas exercem influência na forma como se dá sua reprodução, transmissão – seus ruídos – e formas de uso, como no caso apresentado acima.

Os tipos de hierarquias encontrados no grupo pertencem à ordem social, não econômica. Weber classificou fenômenos de estratificação dessa natureza como *estamentais*, definidos como:

Em contraste com a “situação de classe” determinada apenas por motivos econômicos, desejamos designar como “situação de *status*” todo componente típico do destino dos homens, determinado por uma estimativa específica, positiva ou negativa, da *honraria*. (Weber, Max. 1982. P, 218).

E, para que esta ordem estamental seja mantida, um estilo de vida específico é esperado daqueles que pertencem ou buscam pertencer ao círculo. Para o autor, diferente das classes, os estamentos não estão estratificados de acordo com a aquisição de bens, sim através dos princípios de seu consumo.

Temos então três níveis de honra social que estão interligadas. A ampliação da densidade melódica, harmônica e rítmica fez com que instrumentistas desfrutassem de mais prestígio nas bandas. O segundo nível está relacionado às hierarquias entre as bandas, que se dá por meio de referências sonoras, derivado, portanto, da primeira forma hierárquica encontrada; em geral postas em comparação às bandas canônicas do gênero. A terceira forma encontra-se entre os *headbangers*, ela classifica os “verdadeiros” dos “falsos” apreciadores de *metal*, de acordo com as bandas que cada um ouve. Ou seja, as hierarquias fazem referência, em primeiro plano, a estética sonora, e elas são transmitidas entre músicos, bandas e fãs.

Um olhar estranho poderia notar o público do Ensaio Sem Stress de maneira uniforme, no entanto, uma apreciação cuidadosa de suas vestimentas permite traçar uma vinculação entre subgêneros do *metal* e a formação de grupos hierarquizados. Camisas de bandas servem, entre outras coisas, como forma de reivindicar o pertencimento a um grupo. As hierarquias seguem as normas discutidas acima. É possível nota-las através das divisões entre os que se vestem com camisas de *black metal*, *heavy metal* e aqueles que trazem em suas roupas bandas e estilos mais recentes, como *nu metal*.

As roupas podem, no máximo, reivindicar um *status*, mas cabe aos que buscam pertencer ao grupo mostrar que dominam o código. A passagem pelo campo apresentou isso, em cada nova interação, surgia a pergunta feita pelos *headbangers*: “você escuta *heavy metal*?”, seguida de: “quais bandas você ouve?”. O mesmo poderia acontecer com quem reivindicasse pertencer aos grupos de fãs de *black* ou *death metal*: as perguntas surgiriam e, elencar entre suas preferências bandas como Arch Enemy poderia resultar em descrédito por parte de “metaleiros” mais tradicionais.

Apesar de haver forte relação do gosto musical na formação de grupos, entre outros elementos, como escolaridade e bairro onde residem os jovens do público, é possível notar

grande circulação e, em vários casos, “quebras de regras”, como “emos” – hoje quase inexistentes – junto com *headbangers*, pessoas de baixa escolaridade bebendo e conversando com estudantes de programas de pós-graduação, etc. Isso se dá por um elemento que será discutido na sessão seguinte: as relações de amizade anteriores ao evento.

A AMIZADE NO PÚBLICO

Entre os objetivos que orientaram a pesquisa, esteve a busca pela compreensão do que levava os jovens a participar do evento. Para isso, duas hipóteses foram levantadas; a primeira delas relativa ao conteúdo do evento, seu produto mais imediato: as bandas. A segunda era a existência de amizades de longa data, e que os jovens estariam indo por convite, com vistas a conversar, beber e se divertir em um espaço público, sem ter o evento em primeiro plano.

Para isso, se mostrou fundamental compreender dinâmicas internas dos participantes, com destino a atingir uma compreensão mais ampla sobre o evento. O seguinte conceito de sociabilidade, definido como a passagem ou o desprendimento dos conteúdos iniciais da interação ao fascínio em estar sociado, se mostrou fundamental para este fim:

Aqui, “sociedade” propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberados de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmo e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade. Interesses e necessidades específicas certamente fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandades de sangue, em sociedades religiosas, em quadrilhas de bandidos. Além de seus conteúdos específicos, todas estas sociações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso. Os sociados sentem que a formação de uma sociedade como tal é um valor; são impelidos para essa forma de existência. (...) Pois a forma é a determinação e interação dos elementos da associação. É através da forma que constituem uma unidade. (SIMMEL, 1983, pgs. 168/169 citado por Alcântara, 2005, pag 34).

Para atingir os objetivos de pesquisa mencionados acima, foram questionados, em primeiro lugar, sobre qual motivo os levava a frequentar o evento. Abaixo serão apresentadas as categorias de respostas.

A primeira delas é relativa às amizades. Como único elemento apontado, tivemos apenas uma resposta:

“A grande massa de amigos que lá encontro e reencontro”. Anderson Dias: entrevista concedida por e-mail. [14/11/2015].

A resposta de Anderson Dias, que privilegia a amizade em detrimento das bandas está relacionada ao seu posicionamento em relação aos músicos, que apesar do fato de que ele conhece os trabalhos, não se tornou fã. Isso será apresentado logo abaixo.

A segunda categoria encontrada toma como motivação comum o encontro com amigos/as, a possibilidade de fazer novos e o evento. Nela encontramos as seguintes respostas:

“Com certeza o que ele acaba promovendo, o encontro de amigos e a possibilidade de fazer novos; a música ao vivo, mesmo que a banda não seja muito boa, e diversão gratuita”. João Felipe: entrevista concedida por e-mail [27/06/2015].

Assim como Anderson Dias, João Felipe não afirmou ser fã de nenhuma das bandas, todavia, sua percepção é mais positiva, encarando nelas uma possibilidade de aperfeiçoamento, visto que, segundo ele, as propostas são, muitas vezes, de qualidade. Dessa forma, ele as colocou como um dos elementos para frequentar o evento. Sua posição sobre as bandas também será discutida adiante.

“Escutar uma música boa e também é uma ótima oportunidade de rever os amigos”. Gênesis Medeiros: entrevista concedida por e-mail [16/07/2015].

“Ouvir música e encontrar meus amigos pra trocar uma ideia”. Larissa Santos: entrevista concedida por e-mail [14/11/2015].

“A possibilidade de reencontrar os amigos e curtir um evento na cidade, o que é uma raridade”. Élide Silva: entrevista concedida por e-mail [27/06/2015].

Na resposta dada por Élide Silva podemos notar um novo elemento apontado: a possibilidade de lazer na própria cidade.

“Aquela afirmação de que estávamos mudando o mundo, aquilo era massa. Frequentava nem mais pela música, já era pra ver os amigos trazendo sua arte e se inspirar nas ideias deles. Além de ter encontros massa, onde a gente via um pessoal que gostava de teu trabalho e o sentimento era o mesmo com eles”. Páblo Catanho: entrevista concedida por WhatsApp [02/07/2015]

Na resposta de Páblo Catanho também podemos notar um elemento novo: “sensação de mudar o mundo”. É importante destacar que ele também se apresentava no evento, o que faz com que ele tenha uma relação diferenciada com o público.

A terceira categoria percebida prioriza o evento. Nela, três respostas foram identificadas. Duas delas de membros de bandas e colaboradores do evento.

“Não sei se apenas porque sou músico também, mas, me considero um apreciador de música em geral e gosto mesmo de procurar, caçar novas bandas, ‘fuçar’ o que anda sendo feito em tal cena, ou acompanhar todo um desenvolvimento de um trabalho musical. Eu sei da dificuldade de começar uma banda, eu acho que o mínimo que eu posso fazer para ajudar é estar ali para “fazer volume” (risos), melhor dizendo, para ser o público naquele momento. Não há lugar melhor para ver esse tipo de coisa do que num evento alternativo (e independente) realizado na periferia da Região Metropolitana do Recife”. Emerson Lima: entrevista concedida por e-mail [12/09/2015].

“No começo foi em busca de diversão e pelo marasmo que a cidade se encontrava. Depois pela relação mais profunda com a organização e a colaboração que passei a ter com a realização do evento”. Lucas Alves: entrevista concedida por e-mail [16/07/2015].

Assim como na resposta dada por Élide Silva, agrupada na segunda categoria, há na resposta de Lucas Alves o elemento de diversão na própria cidade.

“Principalmente o apoio a iniciativas como esta: tocar por dinheiro algum, só visando expor seu som e se divertir. Depois, por diversão própria, gosto muito do evento e da maioria das bandas que se apresentam”. Rafaela Marinho: entrevista concedida por e-mail [14/11/2015].

As categorias apresentadas acima não podem ser tratadas de maneira rígida; em alguns casos, as respostas se colocaram em regiões de fronteira. Entre as respostas da terceira categoria apresentada, que prioriza o evento, temos a dada por Rafaela Marinho, que enfatiza, em certo momento, “se divertir”, o que pode incluir o encontro com amigos. Já a resposta dada por Pábulo Catanho, que também se apresentava no evento; da segunda categoria, toma como motivação comum o encontro com amigos/as, a possibilidade de fazer novos e o evento. Apesar da ênfase no encontro com amigos, a natureza do encontro tinha relação com o evento, o que assemelharia a resposta às dadas na terceira categoria, cujo foco está no evento. O que é nítido é a presença acentuada da importância atribuída às amizades nas respostas. Isso pode ser notado durante a observação do evento: as pessoas, geralmente distribuídas em grupos, se mostravam interessadas não apenas na música, mas em conversar, beber, andar de *skate* e se divertir de diversas maneiras.

Como forma de complemento às respostas dessa questão, outra foi elaborada, com vistas a medir a relevância do evento para o público. Foram questionados se conheciam uma ou mais bandas que se apresentavam no evento, e se eram fãs de alguma. Todos/as responderam conhecer uma ou mais bandas. Apenas dois entrevistados responderam não apreciar as músicas das bandas. Os/as demais responderam que sim, e indicaram as bandas que gostam ou gostavam.

“Conheço várias bandas que tocam no evento (talvez todas), gostar já é mais complicado”. Anderson Dias: entrevista concedida por e-mail. [14/11/2015].

“Já vi várias bandas se apresentarem mais de uma vez, mas não me tornei fã de nenhuma delas, apenas gosto de dar uma força pra esse pessoal do *underground*, alguns são amigos e outros acabam se tornando amigos; no final, todo mundo gosta de música e acaba se identificando. As bandas ainda têm muito que melhorar, eu sou meio chato com o que escuto, contudo, gosto de estar lá apoiando os caras e seus projetos; acho válido, até porque, o que eles estão procurando construir muitas vezes tem potencial e se baseia em proposta de qualidade”. João Felipe: entrevista concedida por e-mail [27/06/2015].

Os/as outros/as sete entrevistados/as afirmaram não apenas conhecer, como também apreciar a música das bandas que se apresentavam no evento. Seguem algumas das respostas:

“Claro! Algumas até não existem mais, como a Nhá Malú, banda de um dos organizadores, inclusive; que apresentava um som mais conectado às tendências regionais, mas sem deixar de ser atrativo para mim que só gostava particularmente de *rock*; havia essa mistura de ritmos. Acho que por ser um ambiente de

experimentação, para quem tá começando a formar uma banda e para novos ouvintes, torna-se possível gostar e ‘seguir’ certas atrações que por muitas vezes é de algum conhecido seu. Escuto e gosto também da Olhos Aquáticos, que vem embalando seus *rockabillys* há um tempo já”. Emerson Lima: entrevista concedida por e-mail [12/09/2015].

“Sim, duas. Curtia o som da Ironia e da Káustico”. Larissa Santos: entrevista concedida por e-mail [14/11/2015].

“Sim. Sempre fui muito fã de várias bandas pelos potenciais que elas representavam e pela dedicação dos músicos. Em especial, posso citar a extinta Nhá Malu, a Kràsis e até a apresentação memorável da Nômades, uma banda de *Hardcore* Recifense que já tinham mais de 10 anos de estrada, *tour* na Europa, e que tocaram gentilmente no evento”. Lucas Alves: entrevista concedida por e-mail [16/07/2015].

As respostas indicam que as bandas são relevantes para o público, visto que todos/as os/as entrevistados/as afirmaram conhecê-las, e apenas dois disseram não apreciar os trabalhos. Ainda nesse ponto a amizade está presente. Como pode ser notado na resposta de João Felipe, que mesmo não sendo fã, afirmou “gostar de dar uma força”. Além disso, as bandas que os entrevistados disseram gostar são, em geral, de amigos.

As trocas baseadas nos vínculos de amizade justificam as “quebras” encontradas nos impedimentos ao pertencimento aos grupos; como apresentado na seção precedente.

Questionados se fizeram amizades no evento, todos/as responderam que sim. Várias respostas fizeram referência à organização grupal do evento, como as trocas se dão e o surgimento de novas “formas sociais” a partir daí:

“Sim conheci e todo mundo sempre acaba se conhecendo, é um espaço aonde vão diversas pessoas e sempre tem um amigo no grupo em que você está que acaba conhecendo um cara de outro grupo, são amigos e amigos de amigos”. João Felipe: entrevista concedida por e-mail [27/06/2015].

“Criei uma segunda família, inclusive. Em uma cidade em que a cultura não é trabalhada, é muito escasso os grupos para discussões de bons diálogos. Assim, o ‘Ensaio Sem Stress’ trouxe essa possibilidade. Pessoas que tinham gostos em comum e que acabaram se interligando. Gente que formou banda... Casais que se formaram... Comas alcoólicos, essas coisas. (risos)”. Lucas Alves: entrevista concedida por e-mail [16/07/2015].

“Sim, muitas. Principalmente amigos de amigos”. Rafaela Marinho: entrevista concedida por e-mail [14/11/2015].

Quanto às atividades realizadas durante as apresentações e o tipo de relação mantida com o público, os/as entrevistados/as informaram conhecer pessoas, ingerir bebidas alcoólicas e encontrar amigos, principalmente.

“Eu gosto de interagir mesmo. Muitas vezes se conhece gente que tem o seu jeito, segue um estilo de vida parecido, ou partilha de opiniões parecidas; é bem proveitoso. Acaba se tornando também um lugar aonde você vai para rever os que já são amigos, sabe? Tem sido assim... Ah, e por ser um evento pequeno, também há uma fácil interação com os artistas, esses que, porventura, acabam sendo o público da banda que vem a seguir. Normalmente, um amigo apresenta outro, que apresenta outro... e tornam-se contatos, amigos. É isso: uma boa conversa com uma trilha sonora que você ainda não conhece, na maioria das vezes”. Emerson Lima: entrevista concedida por e-mail [12/09/2015].

“Bem, tenho vários amigos que frequentam. Tomar bebidas alcoólicas de baixo custo”. Anderson Dias: entrevista concedida por e-mail. [14/11/2015].

“Muito bem, diga-se de passagem, boa parte são amigos de longa data, e o ensaio acaba sendo um espaço de encontros e reencontros; sentamos, conversamos, bebemos e criticamos as bandas ruins (risos)”. João Felipe: entrevista concedida por e-mail [27/06/2015].

Esse “fascínio” pela forma, não mais pelos elementos que conduziram à interação pode ser encontrado em algumas passagens de algumas das falas. Uns afirmaram estar no evento pelas amizades de longa data e pela possibilidade fazer novas, já outros se mostraram mais interessados nos conteúdos, não apenas as bandas, mas a possibilidade de lazer na própria cidade. O que quer dizer que os conteúdos não foram completamente desprezados, permanecem como elementos importantes. Aqui é importante lembrar que São Lourenço da Mata é uma cidade com poucas possibilidades de lazer. Desse modo, o evento se mostra importante para as pessoas que o frequentam pela possibilidade de reunir jovens da cidade na própria cidade – sem custos –, de modo que a experiência urbana se torne mais agradável.

O tempo inteiro falou-se em amizade, e a expressão “amigos de amigos” foi bastante recorrente. A referência aos gostos assemelhados também pode ser vista em várias entrevistas. Esses elementos permitem compreender a organização em grupos, que funciona de uma forma especial, pois não se trata de grupos rígidos. O gosto e o estilo de vida são importantes para pertencer a eles, mas “ser amigo de um amigo” também garante acesso. Por isso que, as hierarquias geradas através do gosto musical, discutida na seção precedente, perde um pouco o impacto. *Headbangers*, que costumavam estar distribuídos na festa em grupos, que podiam ser notados pelas camisas de bandas, separados por variações de *metal*, em alguns casos abriam exceções para pessoas que não compartilhavam do mesmo gosto musical; por muitas vezes se tratar de um amigo de longa data ou um amigo de amigo. Várias outras formas hierárquicas existem no público, não apenas entre “metaleiros”. Em todos esses casos, a amizade funciona como forma de “normalizar” a interação e garantir o bom funcionamento da festa, atenuando as disputas.

Aqui fica mais fácil compreender a noção de transferência da familiaridade dispersa em diferentes pontos da cidade a um local que, a princípio, era estranho à maioria das pessoas que passaram a frequentá-lo. A praça, em si, não é familiar aos jovens, mas eles levavam à praça a familiaridade. Há uma grande teia de amizades. Além disso, os jovens são conduzidos pelo gosto compartilhado e a possibilidade de ampliação do lazer. Esse tipo de fenômeno urbano foi tratado aqui como *zona urbana de concentração populacional por convergências identitárias*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como na seção “a festa”, e na seção “A amizade no público”; a festa pode ser entendida como uma *zona urbana de concentração populacional por convergências identitárias*, em que os jovens são levados pelos gostos e estilos de vida a frequentarem o evento. Por conta dos códigos de reconhecimento e comunicação amplamente difundidos e pela grande teia de amizades, é possível dizer, apesar da praça não ser familiar à maioria dos jovens, que a familiaridade dispersa em vários pontos da cidade é levada à praça.

O conceito de pedaço não pode, por especificidades do evento e da cidade, ser aplicado com exatidão, por não haver presença regular no ambiente e, com isso, não há laços tão densos com os instrumentos urbanos, como a praça, os bares e outros elementos próximos. Mas o que é importante destacar aqui é que o evento não pode ser pensado como um evento de centro, marcado pela impessoalidade; tendo em vista que, como informado pelo grupo pesquisado, “todos são amigos e amigos de amigos”.

O Compartilhamento de uma posição de classe, que nitidamente não é discrepante entre os participantes – tendo em vista que é um evento de periferia – não implica na não existência de hierarquias. Como apresentado na seção “Batedores de cabeça”, nem todos os códigos culturais são regidos pela lógica dialética de pretensão e distinção. Desse modo, nem toda produção de hierarquias nas honrarias sociais deve ser pensada em termos de disputa de classe no plano da cultura. Nesses casos, a análise materialista pode confinar os estoques de experiência e distribuí-la homogeneamente, não permitindo, como no nosso caso estudado, distinguir as variações nas experiências proletárias e a produção de hierarquias entre pessoas que ocupam o mesmo lugar objetivo no mundo.

No entanto, hierarquias de outras naturezas podem ser encontradas entre o público, como variação de nível educacional e profissão. Os gostos e estilos de vida, sem dúvida, variam muito em torno disso; e nesse caso, uma análise materialista pode ser frutífera. Os fenômenos se cruzam e se somam, mas como apresentado anteriormente, não são mutuamente definidores.

Por fim, de acordo com a discussão realizada na seção “A amizade no público”, essas formas hierárquicas são aquebrantadas pelos laços de amizade. Os/as entrevistados/as demonstraram um grande apego às amizades, tanto as antigas, quanto as que surgiram durante o evento, assim como, até mesmo sua possibilidade de surgimento. Por outro lado, os conteúdos se mostraram fortíssimos, não apenas as bandas, como também, a possibilidade de lazer na própria cidade, que possibilita ampliar as redes de relações e permite tornar a cidade mais agradável e reforça o sentimento de pertencimento. Muitas amizades antecederam o

evento, e muitas foram construídas lá. Os produtos do evento, as apresentações das bandas e o lazer na própria cidade, se mostraram como relevantes para que os jovens fossem até lá; muitos/as deles/as também iam motivados pelo encontro com amigos/as; além disso, os laços de amizade se mostraram como fundamentais para a “normalidade da interação” e bom funcionamento da festa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

GROSSI, Miriam Pillar. “Na busca do ‘*Outro*’ encontra-se a ‘*si mesmo*’”. In: GROSSI, Miriam Pillar (Org). **Trabalho de campo & subjetividade**. Florianópolis: Claudia Lago, 1992. P. 7-18.

JÚNIOR, José Alcântara. O Conceito de Sociabilidade em George Simmel. **Ciências Humanas em Revista** – São Luis, V.3, n..2, dezembro/2005.

MAGNANI, José Guilherme. De perto de Dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 17 n° 49, junho/2002.

MCCRACKEN, Grant. **Cultura & Consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

WEBER, Max. “**Classe, Estamento e Partido**”. In: Wright MILLS e Hans GERTH (Orgs). Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.

ROCK BANDS AND OTHER PARTIES: SOCIABILITY OF YOUNG PEOPLE IN SÃO LOURENÇO DA MATA

ABSTRACT: The present research focused on the *Ensaio sem Stress* (“No Stress Test” in literal traduction), an amateur bands event that occurred in São Lourenço da Mata from 2007 to 2014. The study seeks to answer the motivation of young people to attend the event; for this, it analyzes the forms of interaction and sociability among the party goers; looking for understand, on the one side, the taste and lifestyles similaritie's; and, on the other hand, seeks to understand the hierarchies, the way they arise and how they act. It also examines how friendship bonds regulate "normality of interaction" and lessen disputes between hierarchical groups. Still, in order to achieve this research goal - the motivation of the public to attend the party - the work analyzes the relevance of the contents of the event - the bands and the possibility of leisure in the city - for the regulars. Finally, through shared knowledge and communication codes, networks of relationships, such as friendship and neighborhood; the links in activities and the relationship with urban equipment - the square where the event took place and the bars nearby - will be sought to show how the dispersed familiarity in different points of the city is taken to the square. In relation to all these elements mentioned above, the implications for the research results of the subjective relation of the author / researcher to the aspects of social life investigated will be discussed. Methodologically, the work uses participant observation and semi-structured interviews.

KEYWORDS: Ensaio sem Stress. Youth's sociability. Spatiality. São Lourenço da Mata.

RECEBIDO EM: 15.05.2017

ACEITO EM: 27.09.2017

O ENREDO DAS CONDENAÇÕES: UMA ETNOGRAFIA ENTRE DOCUMENTOS E “JUSTIÇA” ACERCA DE CASOS DE TRANSMISSÃO DO HIV

ROMÁRIO VIEIRA NELVO¹

RESUMO: Este artigo é resultado de uma etnografia documental em que se convencionou analisar dois “casos jurídicos de transmissão do HIV” (Vírus da Imunodeficiência Humana). Privilegiei os acionamentos jurídicos utilizados para se construir dentro de Instituições Legais essas situações. Para a estruturação do texto, o dividi em três partes: Primeiro, uma breve condução história dos alicerces brasileiro de resposta à Aids. Segundo, a parte etnográfica narrada (à luz de documentos) e, terceiro, uma discussão antropológica em como esse tipo de estudo etnográfico pode contribuir para pensar o tema da criminalização de transmissão do HIV no caso brasileiro. Ao fim, conclui-se que, o “enredo das condenações” é revestido de relações de poder, moralidades e controvérsias e que as situações trazidas estão imersas na vida social.

PALAVRAS-CHAVE: Etnografia documental; transmissão do HIV; criminalização; HIV/Aids

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma tentativa empírica de discorrer acerca de “casos”² jurídicos de transmissão do HIV (*Vírus da Imunodeficiência Humana*), causador da Aids (*Imunodeficiência Adquirida*), sem grandes repercussões no país. Isso se deve ao fato de jamais terem sido veiculados, tanto em pequenas mídias de comunicação, quanto em grandes mídias, estando restrito, apenas, à justiça brasileira. Como eixo etnográfico, optei por escolher dois casos, os quais foram julgados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, estando atento

¹ Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e estudante de licenciatura pela mesma instituição. Aprovado para o Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ (PPGAS/MN/UFRJ). Email: nelvo.romario@gmail.com

² As aspas aqui presentes estão colocadas para demarcar os múltiplos sentidos que são necessários para que essas situações sejam consideradas “casos de transmissão do HIV”, primeiro no judiciário, depois na sociedade como um todo. Como o (a) leitor (a) verá ao longo do texto, é preciso uma série de representações no próprio judiciário (construção do “culpado” e/ou “criminoso”, “vítima” etc.), bem como o próprio processo de burocratização dessas situações, para que os “casos” possam assim ser considerados. Contudo, parto da ideia de que, sob o material etnográfico que estou me debruçando, esses “casos” já estão construídos. Ao longo do texto, procurei assinalar esses processos. Por isso, optei por abandonar as aspas para melhor fluidez da leitura daqui em diante, bem como o compromisso com a coerência da categoria de entendimento adotada pelo pesquisador. O interesse por “casos de transmissão do HIV”, que discuto neste artigo, diz respeito em como essas situações são enredadas e construídas enquanto tais, à luz do judiciário brasileiro. Em outras palavras, o interesse central do estudo é por “casos jurídicos de transmissão do HIV”.

para os acionados jurídicos durante os seus processos e os enredos com os quais as relações sociais – em nosso caso, também sexuais – vão sendo transformadas em criminosas.

Preconceitos socialmente construídos a partir de um vírus tido como "ideológico" (PARKER, 2015), são reproduzidos e trazidos à tona quando nos debruçamos sob as relações das duas situações analisadas. Ora os criminosos judicializados foram vistos como causadores de *males* em potencial, ora criminosos conscientes. Nos enredos, foi possível perceber o quanto as situações merecem atenção especial, sobretudo, levando em consideração que em ambos há certas normativas sociais operacionalizadas nos autos dos seus processos, evidenciando-nos que o exercício das instituições estatais e o “mundo dos papéis” é também um mundo de apagamentos, opressões e relações de poder como já nos disse Ferreira (2011). Os documentos que foram analisados são carregados de afetos e de narrativas diversas, da parte que processa, da parte que é processada e, por fim, da parte que julga, levando-nos ao plano das múltiplas manifestações acerca das relações sociais envolvidas, uma vez que estes documentos se anunciam como estatutos de sujeitos (NADAI, 2012).

Com a análise dos documentos, ficou evidente o quanto os "criminosos" e as "vítimas" são construídos no bojo de suas arguições. Para tal, a instituição envolvida gesta (criando as situações) os “casos de transmissão do HIV”, em locais – por se tratar de um Ministério Público – que é possível gestá-los (SOUZA LIMA, 2002). Os dois casos selecionados são referentes a "homens criminosos", frente às "mulheres vítimas". Tendo essa natureza, há outras quatro questões, que tratarei como singulares, que me fizeram escolhê-los: 1) Os dois casos são frutos de ex-relações conjugais; 2) No início dos processos os criminosos eram lidos como homicidas; 3) Ao longo dos processos, ambos foram condenados pelo mesmo artigo do Código Penal brasileiro [Art. 131]; E, 4) Em ambos não há evidências científicas de que o acusado tenha realmente transmitido o vírus HIV para o acusador.

Antes de iniciar o desenrolar etnográfico dos processos irei construir, de maneira breve, o campo de debate da temática do HIV/Aids no território nacional, enfatizando que talvez estejamos próximos de um futuro em que a criminalização de práticas sexuais de pessoas soropositivas se tornará cada vez mais problema institucional, já que os exemplos trazidos, doravante, negociar somente com os (as) parceiros (as) sexuais não é o bastante, mas também com o Estado as relações de sorodiscordância. Estas últimas são aquelas em que apenas um dos parceiros numa relação afetivo e sexual é portador do vírus HIV, como os casos sob os quais discorro aqui.

O que apareceu nas jurisprudências, e vale a pena destacar, foram os "direitos" das pessoas soropositivas sendo perdidos. Dessa forma, no lugar do "sujeito de direito", teríamos o

"sujeito criminoso" que está sendo construído ao longo dos processos analisados. Sendo assim, mostrou-se de suma importância estar atento para o debate acerca da criminalização da transmissão do HIV no contexto brasileiro, que tem enfraquecido os alicerces da temática, para que possamos reconstruí-los no futuro. Por fim, apresento a parte etnográfica do texto, bem como uma breve discussão dos seus processos, buscando entender os acionamentos e as singularidades que se anunciam nas situações existentes.

Cabe ressaltar a natureza dos casos analisados: Ambos são de relações heterossexuais, resultado de ex-relações conjugais, onde se convencionou o abandono rápido do preservativo nas relações sexuais. É interessante não dissociar o ato sexual, bem como as situações de “responsabilidade”, uma vez que aparecem de forma bastante presente na parte etnográfica que deu vida a este texto.

Não pretendo com este estudo discutir sobre análise de documentos com ênfase em teoria etnográfica. A intenção foi refletir, à luz de dois casos, o tema do HIV/Aids, as moralidades envolvidas, as relações de poder e, um breve ensaio sobre os “limites da sexualidade”, que são impulsionados pela justiça brasileira e problematizados, aqui, sob o olhar antropológico. Se algo foi criado, desconstruído e/ou problematizado, é resultado do exercício etnográfico, que é anterior às próprias reflexões, generalizações e teorias que aqui elegi. Em outras palavras, a etnografia foi anterior ao levantamento bibliográfico, as citações que faço e as interrogações que apareceram no processo de escrita. Começo então, pelos procedimentos metodológicos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram realizadas buscas documentais em plataformas *onlines* do Tribunal da Justiça Federal, bem como de tribunais estaduais. Na plataforma Jusbrasil – considerada o acervo *online* brasileiro de questões jurídicas – foram encontrados, com os descritores, “transmissão do HIV”, 180 casos com filtro até 2016. Dentre os quais, a partir das análises, muitos eram descartáveis por não atender aos requisitos do estudo. Apenas 15 atendiam aos requisitos: Serem “casos” de transmissão que não envolviam violências sexuais e de ex-relações conjugais. Contudo, por se tratarem de ACORDÃOS curtos (quatro ou cinco páginas, apenas), foi feita nova busca em outra plataforma *online*; desta vez a busca se deu no Tribunal da Justiça do Estado de São Paulo.

Com os mesmos descritores foram encontrados 148 processos. Dentre os quais 100 foram descartados pelos mesmos motivos da plataforma Jusbrasil. Entre os que restaram, foram escolhidos os que atendiam aos seguintes requisitos: a) Relações sexuais sem existência de

violência sexual. b) Situações que envolviam ex-relações conjugais e de natureza heterossexual e, c) As partes envolvidas serem maiores de 18 anos. Ao fim, restaram 9 processos, no qual dois foram narrados para que desse vida a este texto. Ambos tiveram suas resoluções finais em 2013 com datas muito próximas (entre os meses de junho e julho). Para a parte de citação dos números dos processos coloquei apenas o do ACORDÃO final (um com 7 e o outro com 8 páginas), mas vale ressaltar que processos anteriores dos mesmos casos foram também lidos para se chegar às breves conclusões etnográficas e teóricas.

“OS ALICERCES ENFRAQUECIDOS”: ESTAMOS PREPARANDO O TERRENO PARA A CRIMINALIZAÇÃO?

Antes mesmo de se ter informações precisas sobre o que verdadeiramente seria a Aids, ou mesmo que a doença chegasse ao Brasil, à luz dos anos 1980, se introduziu uma constante produção social sobre a doença, até o momento rara, que na ausência da concepção da ideia do vírus, era confundido como uma espécie de câncer fatal, sendo à Aids anunciada como “um mal de folhetim” na produção midiática brasileira (CARRARA & MORAES. 1985). “Câncer gay”, usado como categoria acusatória deu vida as primeiras amarras sociais da Aids, que logo sofreu homossexualização e criminalização inscritos sob linguagens e poder (TREICHLER. 1987), já que determinados sujeitos seriam responsáveis pela sua existência por usarem da sua sexualidade de forma não saudável. O descaso dos governos, sobretudo, dos países ocidentais e considerados desenvolvidos, como muito bem nos mostra Bastos (2002), é um reflexo das relações políticas que envolvem o vírus e a ideologia produzida sobre ele³. O que chama a atenção é que mesmo antes de se investigar a fundo as relações *saúde-doença*, dispositivos de “verdade” construíram e estabeleceram estigmas e criminalização de determinadas práticas sexuais, sendo a Aids acionada como resultado de “castigos” a determinados sujeitos, cuja doença seria a “punição” da vida perversa.

Diferente dos Estados Unidos, por exemplo, os movimentos sociais brasileiros mostraram-se um tanto inconformados de colocar a patologia como pauta das demandas tão vigentes na época, ainda mais levando em consideração que a sociedade brasileira estava se reestruturando democraticamente e saindo de intensos anos de Ditadura Militar. As relações sociais no contexto nacional eram, assim como boa parte da América latina, estremecidas

³ Nessa afirmação destaco o fato de que a Aids, assim como toda patologia, tem uma história. A produção moral da Aids se deu, certamente, por conta da sexualização da epidemia. Corpos socialmente desviantes (homossexuais, bissexuais, lésbicos etc.) foram inscritos como, ora responsáveis pela existência da doença, ora como aqueles que seriam propensos à infecção. Essas moralidades estão na base do *ethos* da cultura ocidental moderno, tal qual a norma de padrões de gênero e sexualidade, que são heterossexuais. A discussão sob a qual tenho evidenciado neste artigo procura demonstrar o quanto essas construções, que tenho aqui frisado, permanecem no contemporâneo e se materializam no tipo de processo jurídico que eu analiso etnograficamente.

devido às questões políticas e ideológicas. Dessa maneira, os alicerces de resposta à Aids no Brasil é muito próprio quando falamos de um país, ora visto como subdesenvolvido, ora como fruto de colonização. Com isso, em contraste ao movimento social de Aids que se iniciara, muitas das vezes confundido por não declarar de imediato o seu “inimigo”⁴ (EPSTEIN, 1996), a reflexão da sociedade civil deu-se por institucionalização dos movimentos sociais. Visto muitas das vezes como um “modelo a ser seguido” (BASTOS, 2002; PARKER, 2015), a resposta brasileira acerca da temática do HIV/Aids, foi marcada pelos estabelecimentos das ONG-Aid⁵, sobretudo no bojo do seus alicerces de 1982 a 1996.

Alguns autores (as) costumam separar diferentes momentos da resposta brasileira em relação ao HIV/Aids, como se fossem produções distintas, a exemplo de Galvão (2000), que já nos disse sobre a existência de uma “Aids de antes” e uma “Aids de agora”, que aquela altura, esta última estava ainda se construindo. Os “personagens da Aids” são atores importantes para a produção desses contextos. O próprio “jovem soropositivo”, segundo Cláudia Cunha (2011), é uma produção social nesse sentido, pois os “jovens vivendo” são produtos do HIV/Aids e surgem em um determinado contexto social e político, em que estes são chamados para discutir sua sexualidade “exacerbada” e, portanto, socialmente construído como ator epidemiológico, mas ao mesmo tempo social.

⁴ O movimento social do HIV/Aids, assim como tantos outros surgidos no pós segunda guerra mundial, são vistos, muitas das vezes, com certos receios quando se procura classificar se estes seriam o “novo movimento social”, ou se são apenas novas configurações da ideia que se tem sobre o que é movimento social. Epstein (1996) reflete acerca desta questão ao preparar o terreno do clássico versus o novo e/ou novos, em relação ao movimento social. Dessa maneira, o *Act up*, que surge nos Estados Unidos, nos idos de 1980, como um movimento auto-organizado pela sociedade civil, que tinha como principal pauta a tematização da Aids e de questões sexuais, seria verdadeiramente um exemplo desse “novo movimento social”, ou uma representação dessas configurações. Tal reflexão emerge, pois estamos em um contexto que se procura a busca por construção e legitimidade de identidades sociais, como, por exemplo, a construção do soropositivo como um ator social.

⁵ Como a autora Cristiana Bastos sugere as agências “forneciam capital, modelos, infraestruturas e conhecimentos técnicos de auxílio aos esforços locais para a epidemia (2002, p. 51). A politização da Aids no caso brasileiro deu-se por agências financeiras e acordos institucionais, bem como apoios para pesquisas e prevenções advindas do Banco Mundial. Diferente dos Estados Unidos no qual as pessoas identificadas com a “identidade gay” desde o início da epidemia optaram por politizar à Aids, existiam fortes resistências no Brasil, justamente porque se tentava desestigmatizar o que ainda não havia de fato se tornado um problema de saúde pública no território nacional, ou mesmo atingia apenas uma minoria da sociedade formada por pessoas estigmatizadas (homossexuais, usuários de drogas injetáveis etc.). Os “grupos gays”, “Somos” e “Outra Coisa”, em 1983 foram responsáveis por pressionar o governo de São Paulo para a criação de um mecanismo estatal que assegurasse às pessoas. Dessa maneira, ainda naquele ano foi criado o primeiro Departamento de Aids do Estado de São Paulo. Apenas em 1985 é que foi criado um Departamento à nível nacional. O “grupo gay da Bahia” (GGB), também foi fundamental para o debate da temática no seio da sociedade civil. Após essas primeiras manifestações começaram-se, segundo Galvão (2000) as “ditaduras dos projetos” para que o Brasil viesse a desenvolver uma resposta mais imediata em relação à prevenção com empréstimos financeiros, sobretudo do Banco Mundial, como tenho exposto brevemente nesta nota. O “Grupo de Incentivo a Vida de São Paulo” (GAPA/SP), criado em 1985, a Associação brasileira Interdisciplinar da Aids do Rio de Janeiro (ABIA/RJ), criada em 1989, e também no Rio de Janeiro o Pela Vida em 1987, são organizações fundamentais na elaboração de políticas públicas e, sobretudo, para escrever os alicerces da resposta brasileira frente à temática que, envolve atores sociais e políticas de Estado.

Nos idos da construção do modelo brasileiro de resposta ao HIV/Aids, protagonizamos o “sujeito de direito” sendo construído, que surge com o decorrer das disputas entre sociedade civil auto-organizada, frente às ações estatais, tal como nos mostra alguns autores (GALVÃO, 2000; BASTOS, 2002; PARKER, 2015) sobre o universo conturbado entre essas disputas para que se construísse a doença crônica, isenta da ideia de morte. O ano de 1996 é talvez um dos marcos mais importantes para a história social - estou entendendo o social como a sociedade civil e as políticas estatais, neste ponto - do país no processo de construção de seus alicerces no que tange ao HIV/Aids, pois há a implementação das Terapias de Alta Potência no Sistema Único de Saúde (SUS); os popularmente conhecidos “coquetéis”⁶. Com isso, poderíamos supor que se encerra um ciclo da Aids e um novo - com luta por quebra de patentes de drogas antirretrovirais e de novos atores sociais - para assistirmos uma nova história a ser escrita.

Cabe-nos uma interrogação: Seria essa nova história marcada por retrocessos frente aos alicerces construídos? Em 15 de março de 2015, o programa dominical Fantástico, exibido pela emissora Rede Globo, apresentou a primeira de duas matérias, na qual esta sessão de investigação jornalística trouxe à tona um grupo de pessoas que se organizam e dão dicas na internet de como “contaminar” (coloco entre aspas para marcar o termo nativo que apareceu nas reportagens) terceiros de propósito com o vírus da Aids. Tal organização foi classificada com o nome “Clube do Carimbo”⁷. Imediatamente grupos fundamentalistas procuraram ações judiciais para que o Clube fosse penalizado, tirando os sites e blogs, que os ditos “carimbadores” se articulavam, do ar. De todo modo, a reboque do Clube do carimbo, mais do que criminalizá-lo singularmente Projetos de Leis já arquivados voltaram a sondar as relações sociais, como tentativa de tornar a transmissão do vírus HIV, crime hediondo. O designado PL 198/2015 de autoria do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que é uma rerepresentação de uma já tentativa de aprovação da Lei no ano de 1999, do até então deputado Enio Bacci, também do mesmo partido e Estado, retorna como pauta política, tendo sido discutido na Comissão da Constituição e Justiça (CCJ) da câmara dos deputados, ainda no primeiro semestre do ano de 2015.

De imediato, diferentes organizações (ONG’s e centros de pesquisas) da sociedade civil mostraram-se contra tal tentativa de aprovação do PL, enviando uma nota de repúdio para a Câmara dos Deputados, na qual fazia menção ao arquivamento imediato do Projeto de Lei.

⁶ Isto se deu a partir da Lei nº 9.313 que pode ser melhor consultada em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9313.htm>

⁷ Para acessar a primeira das matérias, intitulada, “Veja como age o ‘Clube do Carimbo’”, consultar: <<http://g1.globo.com/fantastico/videos/t/edicoes/v/veja-como-age-o-clube-do-carimbo/4037058/>>

Levando em consideração que os escritos do Projeto de Lei são os mesmos de 1999, e com isso, ignorando o fato de estarmos em um contexto completamente diferente, os atores e as organizações sociais que se mostraram contra o PL afirmaram que o mesmo só servirá para aumentar ainda mais o estigma tão enraizado na sociedade brasileira, bem como viria a afastar as pessoas dos centros de testagem, já que a proposta do cenário mundial é chegar ao “fim da Aids” até o ano de 2030, e no caso especificamente do Brasil, o chamado 90x90x90⁸ (UNAIDS, 2014).

Estaríamos nós, desta forma, rumo a um futuro em que a criminalização de transmissão do HIV se tornará efetivamente crime e problema de judicialização? Como nos mostra Valle (2002), a identidade soropositiva é construída ao longo da história e dentro de determinados espaços sociais em que é possível que ela seja construída, a exemplo das organizações não governamentais etnografadas pelo autor. Levando em consideração o que o antropólogo sugere, como ficarão as identidades soropositivas com as atuais tentativas de criminalização da prática de transmissão, ainda mais levando em conta que desde Ayres et al., (2012), às vulnerabilidades sociais de grupos marginalizados é um dos fatores preponderantes para o aumento dos números, que cada vez mais crescem, de infecções?

Por tudo isso, e levando em consideração um cenário político e social no qual muitas das vezes visto como modelo exemplo para os países, também, “emergentes” como o Brasil, o contexto brasileiro tem enfraquecido seus alicerces, se levarmos em consideração as atuais tentativas de criminalização da transmissão do vírus. Dessa maneira, pode-se dizer que o futuro produzirá novos atores soropositivos, em que os mesmos serão criminosos em potencial?

A seguir, irei narrar dois casos de homens que tiveram suas vidas inscritas na justiça brasileira por terem, supostamente, transmitido o vírus HIV para suas ex-companheiras. O objetivo foi narrar as histórias a partir de documentos públicos encontrados na plataforma *online* do Tribunal da Justiça do Estado de São Paulo, enfocando em moralidades, nas gramáticas jurídicas, bem como as negociações tanto para a construção dos casos, quanto das próprias partes envolvidas nas situações.

Procurei estar atento aos acionamentos discursivos, os entendendo como seus argumentos, utilizados pela justiça brasileira em relação à transmissão do vírus HIV. Dessa maneira, a etnografia foi construída a fim de mostrar, a partir das histórias descobertas com a

⁸ A estatística, objetiva pensar que até 2020 90% das pessoas que vivem com HIV terão seu diagnóstico. Que também nesse ano, 90% dessas pessoas receberá terapia anti-retroviral eficaz. E, por fim, 90% dessas pessoas que receberam terapia anti-retroviral terá supressão viral.

leitura dos documentos, um mundo em que os alicerces aqui exposto, têm se enfraquecido. Em outras palavras, os casos jurídicos estão imersos na vida social. Por não existir no Código Penal vigente categoria específica para essa particularidade, no caso de transmissão do vírus HIV a outrem, talvez esse tenha sido o principal motivo pelo qual optei por tentar conhecer esse “mundo dos papéis” que guarda relações sociais, emoções, saberes e discursos. Pois segundo Vianna, os documentos produzem mundos sociais:

Levar a sério os documentos como peças etnográficas implica tomá-los como construtores da realidade, tanto por aquilo que produzem na situação na qual fazem parte - como fabricam um “processo” como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e autores - quanto por aquilo que conscientemente sedimentam (VIANNA, 2014, p. 47).

O que está sendo narrado adiante é uma interpretação dos enredos dos casos escolhidos dando especial atenção aos acionamentos jurídicos, que os tomo como fundamentais para os objetivos deste texto que é, ao fim e ao cabo, o de compreender o social. Os nomes que o (a) leitor (a) conhecerá abaixo são fictícios e escolhidos por decisão exclusivamente minha para que se mantenham os anonimatos das pessoas envolvidas nos documentos analisados. Tudo o que está sendo dito, discutido e concluído estão presentes no material documental que fora utilizado. Em outras palavras, o que trago é uma interpretação etnográfica, elegendo partes importantes e mantendo as categorias *ênicas* e as conclusões do próprio Tribunal da Justiça do Estado de São Paulo.

O ENREDO DAS CONDENAÇÕES: O CASO JORGE

Pelo que consta a apelação criminal nº 000656591.2009.8.26.0445 SP, Jorge foi denunciado inicialmente pela comarca de Pindamonhangaba, no qual teve sua denúncia apelada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. O apelante citado teria cometido "crimes" até os idos de 18 de março de 2009, tendo o caso se tornado problema do judiciário, no dia 18 de fevereiro de 2010, no ministério e Estado anteriormente citados. O motivo da denúncia dar-se-á pelo fato do mesmo ter, segundo os autos do processo, transmitido o vírus da *Imunodeficiência Humana (HIV)*, causador da *Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)*, para Renata, mulher com quem o mesmo teria se relacionado, conjugalmente, durante o período de um ano, a terminar na data em que Jorge teria cometido os crimes contra Renata, segundo o processo, em 18 de março de 2009 (término da relação).

Inicialmente o caso foi denunciado pelo art. 121 do Código Penal (matar alguém), quando os atos do autor ainda eram lidos como homicídio. Quando chega ao Judiciário do Estado de São Paulo, o Órgão ministerial decide desclassificar a conduta do apelante para o art.

129 (tentativa de homicídio) também do Código Penal. Com tais mudanças na configuração a defesa de Jorge pediu ao órgão apelante que desclassificasse o ato para o art. 131 (transmitir moléstia grave a outrem) também do Código Penal, visto que a transmissão do vírus HIV não resultaria na morte de Renata, apenas teria ferido [mesmo que de forma grave] a "vítima".

Com os acordos estabelecidos, entre as partes apelantes e apeladas, Jorge foi julgado e condenado pelo art. 131, a um ano e dois meses de reclusão, no regime aberto. Por não ter antecedentes criminais e não ter sido julgado inicialmente [no desenrolar deste processo] com pena restritiva de direitos maior que quatro anos, a pena foi desclassificada para o artigo art. 77 do Código Penal, a dois anos de pena sem restritiva de direitos e o judiciário deveria julgar como Jorge deveria cumpri-la. Sendo assim, no primeiro ano prestaria serviços à comunidade, enquanto o segundo ano de execução estava em aberto no documento até aqui analisado. Contudo, o representante do Ministério Público mostrou-se inconformado com o desfecho e pediu que o caso retornasse ao art. 129, pois Jorge seria um criminoso com tentativa de homicídio à vida de Renata. Ao fim, segundo o ACORDÃO jurídico, o art. 131 prevaleceu com as colocações detalhadas acima de punição ao réu no dia 25 de julho de 2013, e o dito "criminoso" teria que, a partir desta data começar a cumprir a sua pena com serviços prestados à comunidade por decisão judicial.

De todo modo, ainda nos autos do processo, há muito a ser discutido. No documento em questão, o Ministério do Estado de São Paulo, narra a primeira acusatória de Jorge. Logo depois, o próprio tem a sua versão detalhada e, por fim, a até então vítima aparece narrando o que aconteceu.

O caso chega ao tribunal da Justiça de São Paulo constando que Jorge teria se Relacionado com Renata num período de aproximadamente um ano, até o dia 18 de março de 2009, e que este teria tentado matar a vítima por meio indicioso e cruel e não teria conseguido por circunstâncias alheias a sua vontade. Dessa maneira, segundo o enredo, o autor do crime sempre soube, antes mesmo de começar a se relacionar com a vítima, que era portador do vírus HIV, causador da AIDS e que tentou matá-la, pois transmitiu o vírus a sua parceira sem que ela fosse comunicada.

Já com a desclassificação do caso para tentativa de homicídio e não homicídio propriamente dito, Jorge narra que a parceira sempre soube que ele era portador do vírus, sendo que a decisão por manterem relações sexuais desprotegidas teria sido, assim como todas as coisas, decidida a dois. Enfatiza ainda que o relacionamento veio ao fim não porque ele teria transmitido HIV a ela, mas sim pelos ciúmes "incontroláveis" de Renata, que para completar, com o término da relação teria pegado os seus exames e acabaria por contar às pessoas,

acabando desta forma com a privacidade do "ex-companheiro" em relação ao anonimato de soropositivo. Também negou que jamais ameaçou a ex-companheira de morte caso esta contasse a outras pessoas como a mesma narrou assim que fez a primeira denúncia ainda na Comarca de Pindamonhangaba.

Renata confirmou que viveu com o autor de seu crime durante o período de um ano, contudo, ela descobriu por outras fontes que não o próprio companheiro, de sua sorologia para o HIV. Teriam os familiares de Jorge contado à Renata que o mesmo havia contraído HIV de uma ex-noiva, nas proximidades do ano de 2005. Assim que descobriu que Jorge poderia ter o vírus e tendo conhecimento dos seus riscos por ter relações sexuais sem preservativos com ele, se dirigiu imediatamente [sem data declarada] a uma unidade de saúde para realização de testes, na qual constatou que ela estaria também infectada pelo vírus. Narrou que cobrou um posicionamento de Jorge e obteve como resposta que ele havia omitido essa situação com medo de perdê-la. Sendo assim, Renata decidiu separar-se, negando tê-lo ameaçado e afirmando, ainda, que essa escolha foi inteiramente dela, que quando fez foi ameaçada de morte por Jorge.

Cabe ressaltar, que não há evidências científicas de que Jorge tenha transmitido o vírus HIV para Renata no ACORDÃO jurídico do caso. Contudo, mesmo que não havendo evidências envolvidas, segundo o poder judiciário do Estado de São Paulo, Jorge seria um criminoso por si só, independente de ter infectado ou não a vítima, somente pelo fato de ter praticado atos sexuais capazes de transmitir moléstia grave a companheira. Dessa maneira, Jorge já se enquadraria no art. 131 do código penal, por ter, segundo a apelação criminal, "ciência de que pode ferir gravemente outra pessoa" (TJSP, nº 000656591.2009.8.26.0445 - 25/07/2013).

O CASO ROGÉRIO

Rogério, pelo que consta a apelação criminal nº 0009849-34.2006.8.26.0568, da comarca de São João de Boa vista, foi apelado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. O caso em questão teve como resultado a punição de Rogério há dois anos e quatro meses, em regime prisional inicialmente semi-aberto. Contudo, nos autos em que temos, houve apelação ao Ministério Público para reaver o caso Rogério [que não consta no processo em qual artigo do Código Penal ele foi inicialmente judicializado] e acrescentar a pena para duas restritivas de direitos, uma das quais seria limitação de final de semana e prestação do montante a um salário mínimo, além da pena pecuniária e vinte e dois dias-multa por infração ao art. 131 (transmitir moléstia grave a outrem) do Código Penal.

A apelação do processo narra que Rogério manteve relações com a "vítima" Isabel durante o período de 2004 a 2005, com quem inclusive teve uma filha. A defesa que está apelando uma nova punição, diz que o mesmo mantinha relações sexuais sem preservativos com Isabel mesmo tendo conhecimento de ser soropositivo. Dessa maneira, a parte que anteriormente foi apelada a dois anos e quatro meses de punição, quer o reconhecimento do agravante pelo qual foi denunciado, contudo, que a sua punição seja substituída a "restrições de direitos". Ou seja, uma (re)punição para o caso que já, naquela altura, estava "resolvido".

Contudo, indo na contramão da decisão do Ministério, a defesa do réu alega que nem a própria vítima em questão teria sido ouvida nos autos do processo, bem como a não existência de provas de que Rogério teria efetivamente transmitido o vírus HIV para Isabel com quem se relacionou durante o período de 2004 a 2005, tendo o próprio promotor de justiça desistido do processo quando soube da inexistência de provas, ainda mais levando em consideração que Isabel jamais contraiu o vírus HIV.

Apesar de o caso estar direcionado a Rogério e Isabel, existiam outras três mulheres que, à luz do processo documental, foram chamadas de "vítimas de Rogério". Apenas uma das quatro com que supostamente ele teria cometido "atos criminosos", cujo nome Lurdes teria efetivamente contraído o vírus HIV, sendo que esta jamais se manifestou no período em que Rogério foi julgado. Segundo narra a defesa do processado, jamais foram realizados exames periciais para saber se o dolo [transmissão do HIV] havia partido de Rogério no caso de Lurdes. Esta que além de não ter se manifestado, das vezes em que foi interpelada afirmava não ter certeza de qual parceiro sexual havia transmitido o vírus para ela. Por essas questões, a defesa de Rogério quer, que para além da nova denúncia, que o Ministério Público tenta aprovar, o acusado tenha a sua pena absolvida, pois segundo consta no próprio documento a única dita vítima que ele teria transmitido o vírus não se manifestou, o que faz com que essa situação não possa, como alegou sua defesa, embasar nos autos da condenação.

De todo modo, a parte interessada na (re)punição de Rogério afirma que ele manteve relações sexuais com às suas vítimas sem preservativos e tendo pleno conhecimento de que era portador do vírus, nem ao menos alertou as mulheres com quem se relacionou. Dessa maneira, segundo a acusação, Rogério teria praticado o ato previsto no art. 131, do Código Penal, independente de ter ocorrido o contágio ou não de suas vítimas, pois o mesmo não tomou nenhuma precaução para cuidar das partes envolvidas. A procuradoria da justiça afirmou também que Rogério teria uma "má conduta social", o que faria, portanto, com que ele tivesse direitos restringidos, como desdobramento do caso em questão.

A decisão inicial de punição do caso Rogério, deu-se em 28 de novembro de 2008, sendo este punido a dois anos e quatro meses de reclusão, como abre este caso, em regime prisional, no qual cumpriria inicialmente a pena em regime semiaberto. Com a tentativa de (re)criminalizar o réu, fazendo com que este tenha seus direitos restritos, tivemos a parte de uma de suas "vítimas" [Isabel] levadas em consideração para que o caso fosse rediscutido no seio do judiciário do Estado de São Paulo. Uma testemunha, irmã de Isabel, foi ouvida, contudo, com informações genéricas da relação entre as partes envolvidas no processo, pouco contribuiu para uma nova punição de Rogério.

O processo foi encerrado em 06 de junho de 2013, no qual pelo art. 107 do Código Penal, Rogério teve sua punibilidade extinta, pela incidência da prescrição. (TJSP, 0009849-34.2006.8.26.0568 - 06/06/2013).

ENTRE CRIMINOSOS E VÍTIMAS: DISCUTIR ANTROPOLOGIA A PARTIR DE ENREDOS DA JUSTIÇA

No ano de 2012 foi publicado, a partir de um esforço persistente de antropólogos (as) em atuação no território brasileiro, o livro *Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos* (SOUZA LIMA, 2012). Com diferentes eixos temáticos, dentre os quais: *Direitos aos Direitos, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Direito e família* etc, o livro reúne etnografias e reflexões empíricas acerca dos atores sociais e das questões legais envolvidas. Na sua apresentação nós, cientistas sociais, somos levados a um universo em que pisamos em "terras desconhecidas" (como os casos Jorge e Rogério) e, sobretudo, a desafiar os próprios limites - no caso dos (as) antropólogos (as) - da etnografia⁹. Tal sensação salta aos olhos quando nos deparamos com um número vasto de pesquisas realizadas que estão pensando o que, legalmente falando, estaria "resolvido"¹⁰ - como, arrisco-me a dizer, os casos Jorge e Rogério.

Segundo Cardoso de Oliveira et al., (2012), ainda na apresentação do livro, os (as) antropólogos (as) estariam atentos para aquilo que os operadores da Lei simplesmente deixariam passar, já que há uma série de formalidades no interior das instituições, fazendo com que, conseqüentemente, as duas produções de conhecimentos, Antropologia e Direito, tenham visões diferentes sobre o que significa ser "direitos". Um dos motivos para que exista desacordo entre a Antropologia e o Direito no exercício de compreensão da vida social, é o fato da

⁹ Para uma melhor discussão sobre Etnografia no seio das construções dos escritos antropológicos, bem como suas classificações, "modelos", "métodos", "teoria" etc. consultar Mariza Peirano (1995).

¹⁰ Ainda na obra citada, para ilustrar um exemplo de situações de pesquisas afirmadas no corpo do texto, consultar Guitta Debert. Em outro lugar, consultar Letícia Ferreira (2015).

primeira produzir seus conhecimentos a partir de pesquisas empíricas, estando, obviamente, aberta a aprender o ponto de vista das pessoas envolvidas na complexidade em que se está estudando.

Dessa maneira, podemos dizer que analisando as situações, tanto do caso Jorge, quanto do caso Rogério, há muito a ser discutido, justamente pela diferença do olhar etnográfico para esses processos. Seguindo a linearidade histórica que o Brasil vem produzindo desde que o HIV/Aids nas esferas social e política, anunciou-se como "um mal de folhetim" (CARRARA & MORAES 1985), estaria o tema quando pensado, a partir das criminalizações presentes, produzindo estigmas e retrocessos, em um contexto em que deveríamos avançar nas pautas das discussões. Ainda mais, levando em consideração tudo o que foi produzido em termos de debates políticos, ou mesmo de avanços do próprio paradigma biomédico como muito bem assinala Pereira e Monteiro (2015). De todo modo, como foi brevemente narrado nos enredos selecionados, existem vidas que estão sendo judicializadas para esse tipo de complexidade, e tidos como problemas de "justiça". Contudo, judicializar as relações sociais, não significa que a "justiça" será aplicada, muito menos que as experiências envolvidas serão levadas a cabo, justamente porque as demandas em boa parte das vezes, ainda mais as que envolvem relações conjugais, estão carregadas de leituras dotadas de estigmas e de criminalização no âmbito da resolução de conflitos (RIFIOTIS, 2012).

Procurei classificar as situações narradas como "casos" pelo fato de haver singularidades em suas elaborações processuais no decorrer de suas construções, bem como em suas resoluções finais. Dessa maneira, foi preciso estar atento para os enredos que os mesmos recebem para compreender seus significados. Nesse momento, me apoio nas interpretações de Lacerda (2015), quando, por vezes, optou colocar "*o 'caso' dos meninos emascuados de Altamira*" entre aspas, afirmando que há certos conflitos e divergências em torno dos seus sentidos que fez com que a violência contra os meninos no Pará tivesse a repercussão e os múltiplos significados que tiveram. Contudo, nos casos de transmissão de moléstia grave analisados, há de se perceber que os mesmos são gestados dentro de instituições estatais em que, como já apontado por Souza Lima (2002), determinadas situações ganham representações. Aqui, pode-se dizer que é sobre a construção de "casos de transmissão do HIV", e como esses ganham caráter institucional a partir da elaboração dos documentos e de seus enredos, sendo nestas Instituições Legais, possível que os mesmos se construam enquanto tais. No caso Jorge, da denúncia em Pindamonhangaba, para que no Ministério Público de São Paulo se tornasse jurisprudência; já em Rogério, de São João da Boa Vista, para a mesma instituição jurídica do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, a mesma Instituição foi responsável por ter dado significado, e permitenos pensar que existem casos de transmissão do HIV no território brasileiro a partir de suas elaborações e classificações das situações que, neste texto, privilegiei como eixo central de análise. Porém, cabe ressaltar, que não existe no Código Penal brasileiro vigente, categoria específica para designar a transmissão do vírus HIV, em crime. Ambos, Jorge e Rogério foram judicializados pelo artigo 131 do Código Penal, no qual diz respeito à transmissão de *moléstia grave* a outrem; por este artigo os dois homens (há aqui mais uma semelhança) foram judicializados e categorizados como criminosos em seus enredos.

Além do fato dos dois serem homens, ainda deve ser levado em consideração que suas vítimas eram mulheres. No caso Jorge, a denúncia é referente a uma ex-relação conjugal, enquanto que no caso Rogério, ela é fruto das "vítimas de Rogério", por ser referente ao total de quatro mulheres. No percurso dos processos analisados, pode-se perceber o quanto os criminosos são fabricados em seus autos, transformando a transmissão do vírus HIV em problema de justiça, por um embate de separação entre sociedade civil com as suas responsabilidades e o Estado com as suas (FERREIRA, 2015). De todo modo, para além do criminoso, a vítima também é construída; e friso aqui que de forma "passiva", "inocente" e sem agência, em relação, obviamente, à responsabilidade individual com a qual a pessoa que supostamente o teria transmitido o vírus HIV, aparece como “culpada” e “consciente dos riscos”.

Como é perceptível nos enredos narrados, segundo o poder judiciário os dois homens, independente de terem transmitido ou não *moléstia grave* para suas vítimas, já seriam criminosos só por terem exposto às mesmas aquilo que foi visto constantemente como “risco”. Sobretudo, há de se perceber que não ter informado às suas parceiras sexuais é considerado uma violência física e moral, como demonstra o desencadeamento dos processos. Dessa maneira, as relações soropositivas estariam indo em direção à lógica confessional (FOUCAULT, 1999), na qual dizer sobre os "segredos mais sombrios de si" para o outro, “discursando as verdades sobre si”, logo confessar-se, é discursar acerca de certa anormalidade que precisa estar posta nas relações. Com isso, os autores dos crimes que aqui temos, se anunciam como "gestores de riscos" para suas relações, tendo que ser, portanto, punidos pelos *males* que causaram e/ou podem causar. Nesse sentido, não seria de todo errado afirmar que as relações soropositivas são dinamizadas por marcadores sociais da diferença, uma vez que as gramáticas do “risco” e do “estigma social” fazem parte das relações conjugais (SILVA & COUTO, 2009).

Larissa Pelúcio (2007) em sua etnografia com travestis na cidade de São Paulo, já havia sinalizado sobre a construção social das travestis trabalhadoras do sexo como vetor de risco para os seus parceiros sexuais, sendo que os clientes pouco, ou mesmo nada, são levados em consideração no exercício constante das políticas públicas. Realizando uma etnografia com essas profissionais do sexo e estando atenta para uma campanha, cujo nome, *Tudo de bom!*, a autora percebeu que são operacionalizados, no que tange às travestis, diversos signos morais no seio da sua realização e aplicação dos projetos de prevenção às DST's/Aids. A "consciência política" aparece em seu campo para que elas cuidem de si e dos seus clientes, enquanto estes são isentos dessa responsabilidade em termos de prevenção. Resumidas à Aids, a autora reflete sobre ser cidadã a partir dessas questões. Nessa lógica de reflexão antropológica, analiso os casos Jorge e Rogério, pois estes são vistos na parte etnográfica narrada como "mal a serem combatidos" e criminosos "supostamente conscientes" e/ou com "ciência de seus crimes". Contudo, a prevenção se deu com a punição desses homens, abrindo inquéritos, tornando suas vidas judicializadas e gestando casos de transmissão do HIV.

Nesse sentido, as histórias de Jorge e Rogério podem abrilhantar-nos acerca de vidas judicializadas, que são também vidas políticas. Nesse caso, os *status* que recebem em seus enredos, é o que possibilita chegar a esta conclusão, sobretudo, o acionamento do "corpo consciente do risco que pode causar", como um dos fatores principais para que sejam punidos. Ora aparecem como um mal para a sociedade ora como produtores de crimes, atribuindo-lhes uma suposta consciência de serem criminosos e do próprio risco que podem causar: "O interesse do agente foi direcionado à prática do ato sexual, no âmbito conjugal, capaz de transmitir contágio de moléstia grave de que tinha ciência" (TJSP, nº 000656591.2009.26.04.0445 - 22/07/2013).

O trecho destacado é referente ao ACORDÃO jurídico do caso Jorge. Aqui, podemos perceber que o corpo soropositivo é visto como perigoso por se tratar de pessoas que sabem, ou têm "ciência" que pode causar mal a outra pessoa. Longe de desmentir o fato de que uma pessoa portadora do vírus HIV não saiba que pode ser transmissora, contudo, nos dois casos em questão é levado em consideração mais do que um simples conhecimento do portador do vírus, mas sim um fator que o transforma em criminoso em potencial, que a qualquer hora do dia pode causar mal às suas vítimas, transformando as relações sexuais, quando envolvem pessoas soropositivas, em enganosas, sob a lógica do escorpião traçoeiro. Neste ponto, me refiro especificamente à imagem clássica da campanha de 2004 de uma ONG francesa AIDES, produzida pela TBWA/France. A imagem foi traduzida para o Brasil com o slogan: "Sem camisinha você está dormindo com a Aids". A intenção da campanha era sensibilizar as pessoas

acerca do uso do preservativo. Contudo, a campanha foi um verdadeiro exagero, já que colocava um homem por cima de um escorpião. Para piorar a situação, o animal aparecia com os ferrões, pronto para atacar o humano pelas costas. A problemática que se tem é justamente a pessoa que tem HIV aparecendo como causadora de mal supostamente consciente, enquanto que, por outro lado, teríamos a vítima desse “bicho horrível e traiçoeiro” que, cotidianamente, está pronto para dar o bote¹¹.

Interpreto essas situações como marcadores que hierarquizam pessoas a partir de seus corpos desviantes e sob constantes limites; que nas dinâmicas das relações sociais, e neste caso, jurídicas, são vistos como monstros a serem combatidos (LOWENKRON, 2015), ainda mais por se tratarem de relações sexuais. No desenrolar dos processos, além dos criminosos e das vítimas serem fabricadas, os alicerces dos direitos do portador do vírus HIV, que foram socialmente construídos (VALLE, 2002), são perdidos quando o mesmo é visto sob os olhares da justiça, a partir dos enredos discursivos que aqui elegi, como narrativas etnográficas dessas relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUANTAS “CONTROVÉRSIAS” AINDA PODEM EXISTIR SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DE TRANSMISSÃO DO HIV?

O fim deste artigo requer interrogações que, certamente, foram produzidas a partir da leitura do texto como um todo. Afinal de contas, me baseei em dois casos em que as pessoas envolvidas tiveram que responder processos judiciais por terem, supostamente, transmitido o vírus HIV para suas ex-companheiras em relações sexuais. Contudo, antes que estes fossem narrados, foi frisado a não existência, no Código Penal brasileiro vigente, de categoria jurídica específica que torne crime a transmissão do vírus HIV. Cabe então a seguinte interrogação: Os casos seriam contradições da própria lei penal? Creio que com os enredos etnografados pôde ficar evidente que existem negociações – obviamente, entre as pessoas no cotidiano das situações que objetivei narrar –, mas que há também negociações dos próprios argumentos e categorias jurídicas envolvidas em torno do que está sendo judicializado.

A produção acadêmica brasileira para esse tipo de problemática ainda carece de estudos mais detalhados. Em um levantamento na plataforma do Google acadêmico e no banco de Teses da Capes, foram encontrados três artigos com os descritores “transmissão do HIV”, até o mês de junho de 2016: Aranha (1994), Mott (2002) e Pereira e Monteiro (2015). Além dos artigos, foi encontrada uma tese de doutorado (GODOI, 2013). O artigo de Pereira e Monteiro

¹¹ Para melhor visualização da matéria republicada: <http://obviousmag.org/critica_cultural/2016/o-preconceito-sem-nome-o-terror-sexual.html>

(2015) foi muito importante para a construção deste texto. Os demais trabalhos citados serviram como suportes bibliográficos, mas não foram utilizados na presente discussão. Quanto à tese de Godoi, para o presente “enredo das condenações”, ela serviu como mais uma produção acadêmica do assunto, além das reflexões que a autora faz acerca dos avanços científicos.

Ao longo do artigo procurei demonstrar como que são políticos, por serem soropositivos, os corpos que sofrem sentenças criminais. Os “enredos das condenações” permitem então refletir acerca dos acionamentos jurídicos que são feitos no cotidiano da justiça brasileira para solucionar essas relações, ditas criminosas. Dessa forma, a presente discussão entre documentos e “justiça” procurou problematizar o quanto nos processos etnografados e nos significados que eles causam nos entraves de cada linha escrita sobre as situações analisadas, temos a construção social de casos jurídicos de transmissão do vírus HIV. Para tal, os criminosos e as vítimas são fabricados nesses enredos, enfatizando que essas categorias são construídas no cotidiano legal brasileiro sob exercício das relações de poder e moralidades envolvidas. A confissão também apareceu como marcador social importante, já que os dois homens não teriam contado ser soropositivo às suas vítimas, o que, segundo o judiciário, já os faria criminosos.

Ao discorrer sobre dois casos a proposta do texto, apesar de ter surtido breves conclusões, é que talvez esteja na hora de reformular as reflexões acerca da criminalização de transmissão do HIV. Longe de propor com este estudo que se deixe de lado as atuais críticas ao PL 198/15, por exemplo, pois assumo analiticamente que se for aprovado dificultará ainda mais a vida daquelas pessoas que vivem com HIV/Aids. De todo modo, com os exemplos problematizados, fica evidente que mesmo não existindo uma Lei específica para criminalizar a transmissão do HIV ela já é criminalizada no próprio judiciário (e também na vida social, insisto), independente de existir ou não uma representação penal específica. De repente os “enredos das condenações” trazidos permitem olhar para o universo da criminalização, no que tange à temática, com a seguinte interrogação: Por que transmitir HIV é crime? Por esse caminho, creio ser possível reconstruir os alicerces que, por agora, encontram-se enfraquecidos.

Sobretudo, porque os dados etnográficos aqui elegidos pulsam “controvérsias” que reestruturam relações sociais e podem, certamente, ser um excelente terreno para se produzir etnografias, já que os enredos carregam complexidades da vida social. Foram os autores Fry e Carrara (2016), que em tempos recentes, lançaram mão de um artigo em que apresentam versões de um eminente pastor evangélico e de um cientista geneticista. A problemática que se tem, diz respeito às causas da homossexualidade. O título do texto é bastante sugestivo: “*Se*

oriente, rapaz!”. Diversas são as controvérsias apresentadas pelos autores. Estas que aparecem entre um suposto conservador evangélico e um cientista que se baseia em fatos, fundamentalmente biológicos. A questão colocada pelos autores seria onde ficam os antropólogos nesse cenário? Segundo Fry e Carrara, devemos dar atenção especial às fronteiras das controvérsias entre o essencialismo e o construcionismo.

É com o sentimento de que os “enredos das condenações” apresentam controvérsias, que este artigo encerra essa parte da discussão, não a fim de que termine por aqui, mas que se desdobre para tantas outras ambiguidades e/ou controvérsias que já existem e que podem ainda existir,¹² no terreno da justiça brasileira, levando-se em consideração o contexto em que se concentram às criminalizações de transmissão do HIV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, A. **Enquadramento jurídico-penal de AIDS**. São Paulo: Justitia, V. 56, n° 165, p. 11-16, 1994.

AYRES, JR.; PAIVA, V.; FRANÇA, Jr. Conceitos e práticas de prevenção: Da história natural da doença ao quadro da vulnerabilidade e Direitos Humanos. In: **Vulnerabilidades e Direitos Humanos: prevenção e promoção da saúde**. Curitiba: Juruá, 2012.

BASTOS, Cristina. **Ciências, poder, ação: as respostas à SIDA**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L; GROSSI, M; RIBEIRO, G. Apresentação: **Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Brasília/ Rio de Janeiro/ Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia/ LACED/ Nova Letra, 2012.

CARRARA, Sérgio & MORAES, Cláudia. **Um mal de folhetim**. Rio de Janeiro: Comunicação do Iser, V. 4, n° 17, p. 28-31, 1985.

CUNHA, Cláudia Carneiro da. **“Jovens vivendo” com HIV/Aids: (con)formação de sujeitos em meio a um “embaraço”**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. 283 p. Tese (Doutorado em Antropologia

¹² Pensando em discussões futuras, e dando atenção ao processo de transformação social pelo qual o Brasil tem sido parte desse cenário acerca do tema do HIV/Aids, elego alguns pontos não para serem discutidos aqui - já que a intenção foi discorrer acerca de dois casos e discorrer à luz da etnografia de suas narrativas -, mas excitar o debate. Como ficam os cenários de criminalização frente às novas tecnologias preventivas, no caso, especificamente, a Profilaxia Pós exposição (PEP) e a Profilaxia Pré Exposição (PrEP)? Como ficam as situações de testagem e tratamento rápido, também nesse cenário? Ainda mais porque, muito tem sido discutido que o tratamento, devido aos últimos avanços da própria biomedicina, sobretudo, de 2013 para cá, aparece como mais uma forma de prevenção, daquilo que tem se convencionado chamar por “prevenções combinadas”. Podemos pensar ainda: E quanto a carga viral indetectável, aquele estágio em que o soropositivo não é mais considerado um transmissor (pergunta esta que complementa o raciocínio anterior)? São essas as interrogações que devem nos motivar a pensar o tema do HIV/Aids e das criminalizações daqui em diante, dando atenção para esses processos, sem jamais esquecer que são nessas “contradições” que a etnografia pode contribuir para os estudos em Ciências Sociais.

Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

EPSTEIN, S. Introdução: **impure science: AIDS, Activism, and the politics of knowledge**. Berkeley: University of California Press, 1996.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **Pessoas desaparecidas: uma etnografia para muitas ausências**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução, Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRY, Peter. CARRARA, Sérgio. **“Se oriente, rapaz!”: Onde ficam os antropólogos em relação a pastores, geneticistas e tantos “outros” na controvérsia sobre as causas da homossexualidade?** São Paulo: Revista de Antropologia da USP, 59 (1), p. 258-280 2016.

GALVÃO, Jane. **AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia**. Rio de Janeiro: ABIA, 34, 2000.

GODOI, A.M. **Criminalização da transmissão sexual do HIV: uma abordagem bioética**. Rio de Janeiro: UNB, 2013. p. 270 Tese (Doutorado em Bioética) - Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília: Brasília, 2013.

LACERDA, Paula. **Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

MOTT, L. **Transmissão dolosa do HIV-Aids: relatos da imprensa brasileira**. Piracicaba: Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas, V. 13, nº32, p. 157-174, 2002.

NADAI, Larissa. **Descrever crimes, decifrar convenções narrativas: uma etnografia entre os documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor**. São Paulo: UNICAMP, 2012, p. 275 Dissertação (Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PARKER, Richard. **O retorno do vírus ideológico**. Rio de Janeiro: Boletim ABIA, nº 60, 2015.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e Desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids**. São Paulo: Annablume, 2007.

PEREIRA, C; MONTEIRO, S. **A criminalização da transmissão do HIV no Brasil: avanços, retrocessos e lacunas**. Rio de Janeiro: Physis, Revista de Saúde Coletiva, 25 [4], p. 1185-1205, 2015.

RIFIOTIS, T. **Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'**. Florianópolis: Revista Katál, UFSC.v.11. n. 2. p. 225-236, 2008.

SILVA, Neide Emy K; COUTO, Márcia T. Sorodiscordância para o HIV e a decisão de ter filhos: Entre risco e estigma social. In: **Sexualidade, Reprodução e Saúde**. HEILBORN, M; AQUINO, E; BARBOSA, R; BASTOS, F; BERQUÓ, E; ROHDEN, F. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (Org.). **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: NuAp/Relume Dumará, 2012.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (Org.). **Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Brasília/ Rio de Janeiro/ Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia/ LACED/ Nova Letra, 2012.

TREICHLER, Paula. **AIDS, Homophobia and biomedical discourse: An epidemic of signification**. Cultural Studies, 1: 3, p. 263-305. 1987.

UNAIDS. **Um tratamento alvo ambicioso para ajudar a acabar com a epidemia de Aids**. Brasil: Outubro, 2014.

VALLE, Carlos Guilherme. **Identidades, Doença e Organização Social**. Rio Grande do sul: Horizontes Antropológicos. 8 (17) p. 179-210, 2002.

VIANNA, Adiana de Barreto Resende. Etnografando documentos: Uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio; SOUCA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (Orgs.). **Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro, Contra Capa/FAPERJ, p. 43-70, 2014.

THE PLOT OF CONDEMNNS: AN ETHNOGAPHY BETWEEN DOCUMENTS AND "JUSTICE" ABOUT CASES OF HIV TRANSMISSION

ABSTRACT: This article is the result of a documentary ethnography in which it was agreed to analyze two "legal cases of HIV transmission" (Human Immunodeficiency Virus). I privileged the legal actions used to build such legal situations within Legal Institutions. For the structuring of the text, I divided it into three parts: First, a brief history of the brazilian foundations of response to AIDS. Secondly, the ethnographic part narrated (in the light of documents) and, thirdly, an anthropological discussion on how this type of ethnographic study can contribute to thinking about the criminalization of HIV transmission in the brazilian case. At the end, it is concluded that the "plot of condemnations" is clothed with power relations, morals and controversies and that the situations brought are immersed in social life.

KEYWORDS: Documentary ethnography. transmission of HIV. Criminalization. SIDA/HIV.

RECEBIDO EM: 09.02.2017

ACEITO EM: 26.09.2017

CRENÇA E RITUAL: O PASSE COMO TRATAMENTO ESPIRITUAL NO “CENTRO ESPÍRITA CAMINHANDO PARA JESUS - CECPJ”

DANIELLA CARNEIRO DA SILVA¹

RESUMO: Este ensaio etnográfico tem como objetivo abordar o passe como tratamento espiritual no âmbito de duas configurações: como crença (no sentido de confiabilidade), trabalhando o conceito de segurança ontológica, e como ritual, ressaltando questões de padronização e requisitos morais e sociais de ordem do mesmo no Centro Espírita Caminhando Para Jesus (CECPJ), localizado no bairro de Campo Grande - Recife. Analisar suas representações, práticas e categorias que o constituem, os valores que nele se expressam através dos pacientes e passistas. Em primeira instância, conceituando “tratamento espiritual” e para o tratamento com passe, analisando todo seu processo. Também discutir os requisitos morais e físicos com que se compartilha em ressaltos e evidências como crença e ritual. Através de essas análises nos debruçarem diante dos métodos e técnicas utilizadas para realização deste ensaio etnográfico. Por meio de análises e observações, me aprofundando em uma compreensão de um determinado grupo social, afirmo que o ensaio etnográfico adota uma abordagem qualitativa, mostrando que os fatos descritos não sofrem aspectos quantificados, centralizando a compreensão e explicação da dinâmica das relações dentro do campo pesquisado. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa abarca um universo de significados, sendo estes, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais amplo das relações, dos processos e dos fenômenos dos quais não se resumem à operacionalidade de variáveis. Através de participação observante, entrevistas e análises; para construir a narrativa deste ensaio.

PALAVRAS-CHAVE: Crença. Ritual. Passe. Tratamento Espiritual.

INTRODUÇÃO

A princípio, uma das preocupações foi acerca de receber permissão para realizar a pesquisa. Mesmo sendo membro, pedi permissão aos Coordenadores Geral do Trabalho, Calixto Ferreira, conhecido popularmente como (Seu Calixto) e Romildo Oliveira. Ao apresentar a proposta, de maneira imediata, foi permitida, a autorização para que realizasse as observações, o trabalho e todo processo minucioso que lá é feito. Porém não se esquecendo da

¹ Estudante de Ciências Sociais/Licenciatura, pela Universidade Federal de Pernambuco, com pretensões de pesquisas na área da Antropologia (Feminismo e Maternidade, Religião e Emoções). Com formação técnica em Saúde e Segurança do Trabalho (2012). Email: tst.daniellasilva@gmail.com

inserção como observador participante: “O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda” (BECKER; 1993; p. 47).

O objetivo é tentar demonstrar, em duas esferas, o passe² como tratamento espiritual, tanto como crença³ quanto ritual. Desta maneira, articular o conceito de crença não só apenas como um conceito de apego e práticas religiosas, mas também no próprio significado da palavra, em estado de confiança, em que se pode articular ao conceito de segurança ontológica e reflexividade do “eu”, como forma de auto-identidade nociva, onde o indivíduo acredita esta em situação de risco, porém há uma busca pelo bem-estar íntimo. E para configurar o tratamento espiritual como ritual, discorrer sobre requisitos morais e sociais através de uma padronização de palavras e atos que se traduzem como ritual.

Devido ao pouco tempo para a realização do ensaio etnográfico, então limitar o campo para apenas uma casa espírita, sendo o Centro Espírita Caminhando Para Jesus (CECPJ), localizado no bairro de Campo Grande - Recife, o escolhido.

Em primeira instância, a dinâmica do centro e suas funcionalidades, tais quais seus projetos que acontecem fora da casa, como a campanha do quilo e a visita ao hospital do câncer. O trabalho da campanha do quilo é realizado sempre no terceiro domingo do mês, das 8h às 12h. É uma atividade de arrecadação, onde os frequentadores da casa se reúnem no CECPJ e realizam uma prece inicial com o intuito de harmonizar o trabalho que será desenvolvido. O pedágio (arrecadação) acontece nos semáforos e conta também com visitas às casas. Já o trabalho de visitas ao hospital do câncer é realizado sempre no segundo domingo do mês, das 09h às 11h e tem o intuito de levar palavras de conforto para aquelas pessoas que estão debilitadas. Assim também observei o fenômeno do passe e decidir explorar a fundo a infraestrutura do centro. A instituição em si conta com quinze cômodos divididos da seguinte forma: pátio ou local de espera das consultas, dois auditórios usados para palestras, evangelização, aulas de música e reuniões, quatro salas usadas para o estudo sobre o espiritismo, livraria, onde os livros são expostos para venda, biblioteca, sala do passe, sala da água fluidificada, sala de vibrações, dois banheiros cozinha e o departamento de infância e

² Passe: Para os “nativos”, o passe é uma transmissão de fluidos magnéticos, que provenientes do encarnado - e de fluidos espirituais - oriundos dos benfeitores espirituais, não devendo ser considerada uma simples transmissão de energia. Porém vamos interpretá-lo em duas esferas (crença e ritual).

³ Crença: Conceituando a crença não apenas em esfera de apego religioso, mas tratando-a no campo da confiança, da confiabilidade das pessoas. Emitida pelo emotivo-cognitiva das pessoas em relação aos outros, ao mundo abstrato e à auto-identidade.

juventude, localizado no primeiro andar. Como também realizei entrevistas com dois dos coordenadores do CECPJ e para finalizar algumas pendências, extraindo o máximo de informações.

Neste ensaio etnográfico busquei construir uma narrativa através de questões previamente elaboradas, buscando uma “descrição densa”, mesmo sabendo das dificuldades para chegar a esta, afinal, observei os fatos que foram apresentados além das falas dos “nativos”, ou seja:

“há um não dito e não visto nas pesquisas de campo. Todo ser humano banha-se num meio social, em normas e comportamentos dos quais ninguém fala, pois tem invisibilidade familiar. Este é o caso dos gestos, do uso de objetivos que dispensam o uso das palavras. O pesquisador deve saber tudo aquilo pelo que trai o não dito e se organiza a suspensão do discurso.” (WARNIER, 2003, p. 436)

Tentei ao máximo estabelecer os padrões dos três estágios da análise de campo, que são: “a seleção e definição de problemas, conceitos e índices; o controle sobre a frequência e a distribuição de fenômenos; e a incorporação de descobertas individuais num modelo da organização em estudo” (BECKER; 1993; p. 50).

ENTENDENDO ALGUNS CONCEITOS PRÉVIOS

Para melhor compreensão deste ensaio etnográfico, devemos nos ater, previamente, aos seguintes termos e seus significados:

Fluidos: Na ciência, usa-se esse termo para designação de líquidos e/ou gases, a fase não sólida da matéria. Na doutrina espírita, esse conceito é bem mais amplo, sendo uma “substância”. Substância essa que de forma científica pode-se entender que quando em repouso, não oferece resistência a uma força de cisalhamento. Ao contrário de um sólido, um fluído não é capaz de exercer uma força de resistência proporcional à deformação, embora possa ser capaz de exercer uma força de resistência proporcional à velocidade a velocidade da deformação. Em vista para esferas espirituais podem ser manipulados por indivíduos ou espíritos, que atribuem características positivas ou negativas, dependendo do nível do pensamento. Fluido é o elemento básico da vida, atuando como agente principal das manifestações dos indivíduos.

Períspírito: É o laço que liga o corpo ao Espírito. Funciona como um arquivo em que armazena tudo o que o indivíduo já experimentou ou aprendeu, como, por exemplo, recordações sejam de caráter bom ou mau e conhecimentos adquiridos.

Espiritualidade: É uma equipe espiritual, que, por meios de manipulação de fluidos, beneficiará os encarnados (vivos) e os desencarnados (mortos). Trabalha para o bem-estar do indivíduo e na harmonização de alguma atividade que será desenvolvida pelo centro.

Para me ater destes termos ou conceitos, foi indispensável compreender questões linguísticas do campo onde estou inserida. Desta maneira, para explicar, classificados como “conceitos nativos”, norteando por meios teóricos que existem dois tipos de termos, os analíticos e os nativos, como trabalharam com a categoria nativa, irá desmiuçar diante da mesma. Quando falamos desse modo, ao contrário, é porque estamos trabalhando como uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo. Possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano. “A verdade é que qualquer termo, seja de qualquer forma, só faz sentido no contexto ou de uma teoria específica ou de um momento histórico específico. Acredito que não existem conceitos que valham sempre em todo lugar, fora do tempo, do espaço e das teorias” (p. 78)⁴.

O TRATAMENTO ESPIRITUAL NO CECPJ

Conceituado como uma ação terapêutica, que tem como objetivo, através da religiosidade, auxiliar no tratamento de doenças do corpo e da mente. A água fluidificada, o passe e a vibração fazem parte do chamado tratamento espirituais.

“A terapia não é simplesmente um meio de lidar com novas ansiedades, mas uma expressão da reflexividade do eu – um fenômeno que, ao nível do indivíduo, como as instituições maiores da modernidade, equilibra oportunidade e catástrofe potencial em medidas iguais” (Giddens, p. 38).

Para obter uma maior concretude sobre o tema abordado, decidir realizar entrevistas com dois dos coordenadores do CECPJ para saber como se procede a esse tratamento no centro espírita, afinal, trabalhar com processos etnográficos é um grande desafio, pois “todas as descrições etnográficas são de fabricação caseira, são as descrições de quem descreve, e não as daqueles ou daquilo que é descrito.” (GEERTZ, 1989, p.188), é uma interpretação da interpretação do agir do “nativo”, uma construção a partir de uma concepção do real.

⁴ Raça: novas perspectivas antropológicas

Os indivíduos (passistas e pacientes) se expõem a prática do tratamento espiritual na busca do próprio bem-estar. A prática e o encontro do próprio bem-estar estão ligados ao que podemos apontar como segurança ontológica.

“A segurança ontológica, além de sua vinculação íntima com o inconsciente, também está conectada a um sentimento de continuidade das coisas e das pessoas. E é, precisamente, no âmbito do prosseguimento dos eventos e dos indivíduos a nossa volta que podemos intervir. Pois, a previsibilidade e a familiaridade das rotinas nos fornecem um instrumento poderoso para enfrentar o medo” (DAMIÃO, p. 63).

É a crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua autoidentidade e na constância dos ambientes de ação social e material em que vivem. “Uma sensação de confiança inquestionável nas pessoas e coisas ao redor. Trata-se de um fenômeno emocional em vez de cognitivo, e está enraizado no inconsciente não em formas racionais de ação” (FREUD, 1986). Ao tratar dos conceitos prévios como a segurança ontológica, autoidentidade e confiança, podemos alegar que os envolvidos (passistas e paciente) buscam no tratamento espiritual um ambiente que lhes traga confiança, ambiente esse que desenvolvem práticas religiosas como modos de crença e práticas rituais, fornecendo uma interpretação providencial da vida humana e da natureza. Essa confiança de certa forma é uma objeção à insegurança, pelo motivo no qual, as pessoas sentem vulneráveis ao perigo que atinge diretamente a estrutura mental do indivíduo, desta forma o indivíduo irá adquirir a capacidade de autopropulsão, aonde por se só irá busca meios em que os assegure de algo ou de alguém.

Saliento que “O passe é uma transfusão de energias, alterando o campo celular.” (XAVIER, 1955, p.158). Pensar em passe é pensar em fluidos e em sua manipulação, é trabalhar energeticamente uma ou mais pessoas, através da espiritualidade, sendo o passista um intermédio desta. Então, podemos considerar que o passe seria uma troca energética, na qual o passista auxilia no tratamento de quem busca o melhoramento espiritual.

Para se compreender fluído também como “conceito nativo”, trago como exemplo simples uma dinâmica de grupo: Fluído Cósmico Universal é a categoria de superioridade de fluídos por existir diversos tipos do mesmo. Ex: Você irá colar um barbante no centro de uma bola de ensopo, e irá fixar esta bola no centro de uma roda com crianças ao redor. A bola de ensopo será o Fluído Cósmico Universal, o barbante seus intermédios de transfusão de fluidos e as crianças serão os seres que irão receber esses fluídos. O passe, na visão espírita, pode ser de três categorias. O primeiro é o magnético, na qual as energias doadas são do próprio corpo do médium ou magnetizador. O passe espiritual, aquele onde o fluido doado parte do desencarnado (espírito) para o encarnado (paciente), sem a intervenção das energias do médium. E, por fim, o passe mediúnico, que acontece quando o desencarnado junto seus

fluidos com um encarnado e, este último o transmite a pessoa necessitada. É a união de fluidos de fontes diferentes que tem por finalidade atingir o mesmo alvo.

A PADRONIZAÇÃO DO RITUAL DO PASSE

Para abordar o passe como tratamento espiritual numa esfera ritualista irá destrinchar a padronização do mesmo, como assim foi me relatado e detalhado pelos envolvidos na prática, os entrevistados. Os passes padronizados são melhores aproveitados pelo médium, a fim de evitar uma série de problemas como: a desconcentração dos demais passistas e o desequilíbrio do paciente pelo uso demasiado de movimentos corporais que consistem na padronização do passe. Em alguns processos de ritual sempre se estabelecem uma forma estrutural padrão de realização de um determinado rito; é neste poder de uniformização e padronização que alguns rituais estabelecem a ligação com algo ou alguém. “(O ritual tradicional, assim como a crença religiosa, ligava a ação individual a quadros morais e a questões fundamentais para a existência).” (Giddens; p. 189).

No passe espiritual não deixa de ser diferente. Essa padronização serve para estabelecer não só uma forma de concentração dos envolvidos, mas também as trocas de energias que serão feitas. Sem dúvida alguma, todo o processo de doação fluída está subordinado ao comando da vontade, direcionada sobre o controle da mente. A utilização das mãos na aplicação dos passes auxilia como ferramenta na realização da atividade. Elas “facilitariam” o direcionamento dos fluídos, agindo como um estimulante psicológico. “Voltando-se as mãos, juntas e com os braços distendidos, para o ponto onde se deseja atuar magneticamente (os passistas digitais direcionarão seus dedos enquanto os palmares voltarão às palmas das mãos), perto ou distante do corpo do paciente conforme se pretenda trabalhar ativantes ou calmantes” (Passe e TDM; 2012).

Em uma esfera ritualista, segundo Marisa Peirano, o ritual “é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos em geral expressos por múltiplos meios. Estas sequências têm conteúdo e arranjo caracterizados por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição).” (PEIRANO, 2003, p. 8). Então podemos entender o passe como um ritual já que o mesmo é um “equipamento” cultural de comunicação simbólica (entre o paciente, o médium e a espiritualidade).

O PASSISTA: REQUISITOS MORAIS E FÍSICOS.

Assim como alguns processos de rituais são estabelecidos por alguns requisitos morais e físicos no passe não poderia ser diferente, porém a prática do passe esta inteiramente ligada aos passistas, pois são responsáveis pela iniciação do trabalho de passe. O maior cuidado é com o pensamento, pois é através dele que o passista atrai os fluídos que se deseja doar, logo, no momento do passe, aquele deve estar em prece, emanando pensamentos bons para o paciente, para que a troca de energia possa acontecer efetivamente, pois as maiorias dos que procuram o centro espírita estão com suas energias espirituais descontroladas, então, há uma necessidade de se restabelecer, sendo essa a função principal do passe, entrando como uma “medicação” que vai auxiliar aquele indivíduo a restaurar sua energia. É indicado ao passista que no dia da aplicação do passe esteja preparado, no sentido de receber maior auxílio da espiritualidade, procurando estar sempre em prece e se preparar tanto espiritualmente, buscando as “boas companhias espirituais” para a realização da atividade, como fisicamente, estando sadio de corpo e de mente, para que não doe fluídos em estados degradantes, pesados, que ao invés de ajudar, prejudicariam o paciente.

Em relação aos cuidados físicos, o passista, antes da aplicação do passe, deve ter certos cuidados como, por exemplo, a sua alimentação, devendo ser moderada: não encher o estômago (refeição leve), evitar temperos picantes e comidas de difícil digestão, não beber, etc. Essas práticas de privação de alguns “prazeres materiais” fazem parte de diversas práticas religiosas, que estão em um quadro de diferentes culturas, pois acreditavam que essas privações ajudavam a manter e alcançar o bem-estar espiritual. Notamos uma semelhança nesta descrição com uma das descrições trazidas por Eduardo Viveiros de Castros, onde ele descreve que *“há uma espiritualidade oculta pela forma visível para produzir um difundido complexo de restrições e preocupações alimentares”* (Viveiros, Castros; p. 248). Também é recomendável evitar o desgaste energético, ou seja, tudo aquilo que proporcione perda de energia, como excessos sexuais, trabalhos demasiados, etc. O cuidado com o vestuário e a higiene pessoal é fundamental, deve-se procurar usar roupas mais leves, confortáveis e limpas (para maior liberdade e menor tensão), cuidar para evitar o mau hálito, não usar perfumes fortes, não usar roupas decotadas (para evitar pensamentos inferiores por parte dos pacientes). Também é aconselhável estar com uma boa condição mental, procurar não se irritar e ter vontade de ajudar os outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao me debruçar sobre o estudo do passe como tratamento espiritual, visando demonstrar em duas esferas o passe como Crença (confiabilidade) e Ritual, notei que este

campo de estudo é um tanto complexo, porém por meio dos autores utilizados para esmiuçar as configurações dos conceitos trabalhados acreditam que brevemente a real concepção que analisei. Desenvolver os processos de alguns procedimentos, diante da busca de bem-estar que os indivíduos procuram, firmado pelo conceito de segurança ontológica. Ao analisá-lo em suas representações, práticas, categorias que o constituem e os valores que nele se expressam, através dos pacientes e passistas. Contudo, conforme me inserir de forma participante, tendo novas concepções quanto às práticas, logo, ficando muito mais fácil de analisar o contexto, porém me coloquei no lugar do outro e analisei o contexto a partir do ponto de vista deles, ou seja, trabalhando a alteridade dentro do campo de pesquisa, chegando brevemente ao objetivo pretendido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMOND, Edgar. **Passes e Radiações**. Editora Aliança, 1999.

Fluidos Espirituais. Disponível em <<http://somostodosum.ig.com.br/conteudo/c.asp?id=06275>> Acesso em: 23 de julho de 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**; 1º Edição: 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Jorge Zahar Editor Rio de Janeiro.

HOWARD, Becker. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Editora Hucitec; *São Paulo, 1993*.

LABURTHE-TOLRA, Philippe & WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia – Antropologia**. (3ª ed.) Petrópolis, Vozes, 2003.

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**: Rio de Janeiro 1995.

PEIRANO, Mariza. **Os Rituais Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

PINHO, Araújo; SANSONE, Lívio. **Raça: Novas Perspectivas Antropológicas: Os Mundo**.

PUSTRELO, Abraão. **Confiança e Segurança Ontológica na Sociedade de Risco**. Ano 2011 - Edição 7 - Junho/2011 - ISSN 1983-2192.

Tipos de Passes (transversais). Disponível em <<http://tdmmagnetismobatuira.blogspot.com.br/2012/06/tipos-de-passes-transversais.html>> Acesso em: 22 de julho de 2015.

VIVEIROS, Eduardo d. Castro. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena**; setembro de 2004.

VIVEIROS, Maria Laura. **O mundo invisível: cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo**. Rio de Janeiro, 2008.

XAVIER, Francisco. **Nos domínios da Mediunidade**. Rio de Janeiro: FEB, 1960.

CREED AND RITUAL: THE "PASSE" AS SPIRITUAL TREATMENT IN THE "CENTRO ESPÍRITA CAMINHANDO PARA JESUS – CECPJ"

ABSTRACT: This ethnographic essay aims to approach the pass as a spiritual treatment within the framework of two overviews: as Creed, working the concept of ontological security, and as Ritual, emphasizing questions of standardization and moral and social requirements in the Centro Espírita Caminhando Para Jesus (CECPJ), located in the Campo Grande neighborhood, in Recife-PE. I will analyze it in its representations, practices and categories. Also, the values expressed in it, through patients and "passistas". In the first instance, we will conceptualize "spiritual treatment" and proceed to the "passe" treatment, analyzing the entire process. We will also discuss the moral and physical requirements that are shared as belief and ritual. Through these analyzes we will examine the methods and techniques used to perform this ethnographic essay. By means of analyzes and observations, deepening myself in an understanding of a certain social group, I can affirm that the ethnographic essay adopts a qualitative approach. Through observant participation, interviews and analyzes were able to construct the narrative of this essay.

KEYWORDS: Creed. Ritual. Passe. Spiritual Care.

RECEBIDO EM: 19.05.2017

ACEITO EM: 27.09.2017



MOREIRA, Thiago Oliveira. A Aplicação dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos pela Jurisdição Brasileira. Natal, RN: EDUFRN, 2015. Pág. 23-203.

LUCAS SOARES BEZERRA¹

A discussão em torno da proteção aos Direitos Humanos tem se tornado bastante recorrente na Comunidade Internacional. O papel do Estado enquanto garantidor das normas estabelecidas em tratados internacionais e enquanto principal ator deste sistema representa uma responsabilidade crescente dada a atual complexidade das relações interestatais e transnacionais, respeitando em todos estes processos a dignidade de seus indivíduos.

Ao enxergar a necessidade de reconhecimento dos Direitos Humanos na égide do Direito Internacional, tem-se percebido uma maior abertura doutrinária no Brasil nos últimos anos e conseqüentemente o desenvolvimento de medidas como a Emenda Constitucional nº 45/2004 que elevou os Tratados Internacionais ao nível da supralegalidade, além da positivação da prevalência dos direitos humanos enquanto norma constitucional defendida no art. 4º, II da Constituição Federal de 1988.

Apesar de tais avanços ao controle de convencionalidade no âmbito nacional, o livro em análise objetiva discutir a real atuação brasileira no cumprimento de suas obrigações para com os Tratados Internacionais e conseqüentemente aos direitos básicos por eles resguardados.

O ESTADO BRASILEIRO E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Na primeira parte do livro, Moreira (2015) aponta a dignidade humana enquanto defesa pelo Direito Internacional como uma conquista que se desenvolveu ao longo da história, marcadamente após a Segunda Guerra Mundial, conflito ocorrido entre 1939 e 1945. A Alemanha nazista, sob ditadura de Adolf Hitler, protagonizou ações como perseguições, torturas e uma série de violentos experimentos médicos. Entre suas bandeiras figuravam o antissemitismo, o racismo e arianismo. O Direito Internacional viria a ser justificado inicialmente enquanto uma norma fundamental superior à constitucional, o que traria

¹ Bacharelado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Internacional, UNINTER. Membro do Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política (NuPP-CiPol) - UNINTER. Diretor Geral do Grupo de Pesquisa em Epidemiologia e Cardiologia, EPICARDIO, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. Email: lucassbezerra@gmail.com

segurança à condição humana. Posteriormente, houve uma suplementação do pensamento a partir das doutrinas voluntaristas - fundamentadas na vontade dos Estados de que a norma jurídica exista - e pensadores como Hans Kelsen, para o qual a norma jurídica existe devido à vontade conjunta dos Estados.

A notoriedade do Direito Internacional advém da existência de novos atores nas relações internacionais, no desenvolvimento de novas áreas de pesquisa e atuação, assim como pelos trabalhos desenvolvidos no meio acadêmico, que juntos ampliam e fortalecem o debate acerca dos direitos humanos e dos papéis dos órgãos nacionais e internacionais em seu anteparo.

A proteção aos direitos humanos representa uma constante preocupação da Organização das Nações Unidas (ONU), podendo ser observada através de medidas como a Carta de São Francisco (1945) e a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948). Esta última atingiu, apesar de não possuir caráter vinculante, boas proporções chegando inclusive a influenciar no desenvolvimento das normas jurídicas de diversos Estados como o Brasil, que elenca os direitos humanos no rol de direitos fundamentais.

Mais recentemente, em 2006, houve a criação do Conselho de Direitos Humanos, que buscou romper com o antigo modelo de caráter seletivo da Comissão de Direitos Humanos através de uma distribuição geográfica na ocupação das vagas internas, abrindo espaço à representação de todos os continentes, além de utilizar o mecanismo de Revisão Periódica Universal a cada quatro anos que avalia o zelo estatal pelos tratados internacionais e debate para possíveis ajustes ao sistema em vigor.

EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS PREVISTOS NOS TRATADOS INTERNACIONAIS PELA JURISDIÇÃO BRASILEIRA

Moreira (2015) defende a necessidade dos Estados conseguirem lidar com as particularidades de cada momento histórico, estabelecendo tanto a busca do bem-estar coletivo quanto oferecendo proteção aos mesmos indivíduos diante deste sistema. A Constituição surgiria como meio de prover não apenas as necessidades nacionais micro e macroeconômicas, como também aquelas apontadas pela ordem externa através dos tratados internacionais.

A defesa trazida pelos Tratados Internacionais de Direitos Humanos (TIDH) firma a salvaguarda de compromisso estatal para com a sociedade no referente aos direitos humanos; estes, por sua vez, têm um significado que abarca duas óticas: a juspositivista e a jusnaturalista.

A primeira vincularia a garantia de direitos ao que é apresentado pelo ordenamento jurídico, como o Código Penal e demais leis que regem a segurança pública, enquanto a segunda defenderia que o Estado legitima o que lhe antecede e é natural ao homem, como o direito à integridade física.

Os direitos humanos representariam ainda uma ordem complexa e mutável. Por acompanhar o desenvolvimento e as demandas sociais, pode-se considerar que suas dimensões têm sido ampliadas com o passar do tempo. Apesar disso, mesmo respeitando seu caráter progressivo, universal e expansivo, seria importante perceber que nem todos os direitos devem ser tidos como direitos humanos, porque isso causaria seu enfraquecimento e iria de encontro à sua magnitude, ampliada na esfera internacional.

Ao lidar com a soberania dos estados as relações internacionais enfrentam o importante desafio de conseguir correlacionar seus princípios às diferenças constitucionais de seus atores. Alguns temas encontram divergência, seja por motivos culturais, econômicos ou militares, o que requer o fortalecimento do Direito Internacional e do reconhecimento das normas externas pela jurisdição nacional. No caso do Brasil, houve um avanço nas relações exteriores com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe os frutos de debates internacionalistas sobre os direitos humanos e colaboração entre os povos.

Muito se discute quanto ao papel da ONU enquanto mantenedora de normas de constitucionalização, às quais diversos estados estariam submetidos. Porém, há discordâncias uma vez que a ONU não tem poder de regular ou controlar as ações estatais. Apesar disso, o reconhecimento da Carta da ONU e dos TIDH reafirmam uma nova abertura à aceitação do direito internacional a políticas de luta ao racismo, tortura e manutenção de condições degradantes a populações marginalizadas.

O BRASIL E SEUS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

Moreira (2015) refere a adesão do Brasil a instrumentos de proteção aos Direitos Humanos, mas reconhece que o país precisa avançar no desenvolvimento de suas políticas externas e buscar um maior comprometimento a seguir os objetivos firmados pelos pactos internacionais.

Dentre os TIDH aprovados pelo Estado brasileiro encontram-se a Carta da Organização dos Estados Americanos, a Convenção Interamericana dos Direitos Políticos à mulher, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação

Racial, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Como vemos, diversos temas humanísticos têm sido abordados e assegurados por meio do direito internacional e positivado em nosso país, mas a realidade encontrada nos demonstra uma falta de consonância com o dever ser do fenômeno jurídico.

Por fim, o autor traz a importância da participação popular a fim de ampliar o processo democrático à adesão dos Tratados Internacionais. Tal acompanhamento poderia ser feito através dos mecanismos já existentes pela Corte Interamericana de Direitos Humanos assim como pela observação das ações tomadas pelo Congresso Nacional à incorporação e equivalência entre os TIDH e as normas constitucionais. Dentre as contribuições que podem ser trazidas, pontuamos esta obra enquanto meio palpável de conhecimento sobre o funcionamento dos mecanismos de manutenção dos Direitos Humanos e salutamos a importância de mais estudos e obras serem desenvolvidas para uma melhor exploração e compreensão das demandas sociais.

RECEBIDO EM: 02.05.2017

ACEITO EM: 28.09.2017



MÉLENCHON, Jean-Luc. *L'Ère du Peuple*. Paris: Pluriel, 2017.

156p.

FERNANDA FERREIRA¹

ERINALDO CARMO²

Jean-Luc Mélenchon é um influente político francês. Nascido em Marrocos, historicamente esteve ligado ao Partido Socialista francês, até 2015, quando então fundou o Partido de Esquerda (PG - Parti de gauche), e por este concorreu à presidência da república pela segunda vez, ficando na quarta posição na preferência dos eleitores franceses, com 19,5% dos votos.

O debate central do livro envolve a expectativa do autor pelas transformações na história das sociedades e em suas ações políticas, impulsionadas basicamente pelo crescimento populacional e pela questão ambiental. Esses são os dois eixos principais que convergem para uma mudança política nas sociedades globais. Nesse sentido, Jean-Luc Mélenchon reforça em sua obra, *A Era do Povo*, a ideia, já bastante tratada por outros autores, de que o crescente contingente populacional e a necessidade cada vez maior de recursos naturais para atender as elevadas demandas produzirão mudanças significativas de produção e consumo. Essas mudanças produzirão efeitos maiores primeiramente nos países mais ricos, porque os estados suficientemente desenvolvidos dispõem dos meios técnicos e humanos necessários para a transformação e consumação de uma nova relação político-social na produção de bens de consumo e na preservação ambiental, frente à crescente demanda por recursos oriunda da rápida explosão demográfica: “Entre o nascimento de minha avó e o nascimento de minha neta, o número de seres humanos foi multiplicado por seis” (p. 15. Tradução livre).

De acordo com J-L Mélenchon, a história da humanidade está diretamente vinculada ao seu número de habitantes, ou seja, é o número de humanos que dita o ritmo da história. Ele observa que cada vez que dobra a população mundial, ocorre uma mudança radical na condição humana. Foi assim desde a passagem da coleta para a agricultura e na mudança da pedra para o metal. Os recursos naturais, antes em abundância, agora encontram-se em

¹ Graduanda do curso de Direito (UFPB). Email: ferreirafernanda95@gmail.com

² Doutor em Ciência Política pela UFPE, Professor de Sociologia do Colégio de Aplicação da UFPE, Coordenador do Mestrado em Políticas Públicas da UFPE. Email: erinaldocarmo@gmail.com

escassez, graças à atual explosão do número de seres humanos, que em menos de um século produziu uma pressão sobre o ecossistema e sobre as relações de força entre os grupos humanos, como nunca foi registrado em épocas passadas.

Segundo Mélenchon, mudar o olhar sobre o mundo começa com a aceitação de que a pulsação do número de humanos é o sujeito da história. A reunificação da Alemanha, em 1990, por exemplo, transformou esse país quando lhe garantiu a maior população do continente. Por isso, o autor calcula que muito em breve, de forma semelhante, a França também passará por essa transformação, quando se tornar o país mais habitado da Europa. Isso fatalmente ocorrerá porque enquanto a demografia alemã está em declínio, a francesa apresenta uma ascendência. A população alemã é mais velha, enquanto a francesa é mais jovem. Por isso, a cada ano chega ao mercado de trabalho cerca de 750 mil jovens na França e 280 mil na Alemanha. Assim, enquanto um país vai se tornando dependente de uma população sênior, que é menos produtiva e mais necessitada de investimentos públicos futuros, o outro, com uma população mais jovem, vai tendo uma maior necessidade de investimentos imediatos, mas vai se beneficiar com sua força de trabalho por um longo prazo. Compreende-se logo que são duas lógicas econômicas diferentes e que ambas estão diretamente relacionadas ao tamanho e à faixa etária da população de cada país.

O recente deslocamento massivo de refugiados tem contribuído para o crescimento populacional europeu, provocando o desequilíbrio social e político dos estados afetados. Torna-se desnecessário explicar aqui o impacto político das migrações humanas, pois isso está visível no recente abalo sofrido pela Europa diante de uma gigantesca onda de refugiados de guerra. Essas migrações provocadas por conflitos são desorganizadoras dos planejamentos governamentais, pois ignoram as fronteiras e as alianças estratégicas dos estados. Igualmente desorganizadoras são as migrações derivadas das mudanças climáticas. E o impacto dessas só está começando.

No que diz respeito às questões do ecossistema planetário, o autor faz uma associação entre o crescimento populacional e a destruição ambiental, fenômenos que convergem para um mesmo fim: a cada ano, a atividade humana consome mais recursos naturais do que o planeta consegue repor no mesmo período, e a cada ano nós produzimos mais dejetos do que o nosso ecossistema consegue absorver. Por isso, o autor propõe a criação de uma 'regra verde' como uma nova forma mundial de produção e consumo. A 'regra verde' é, para ele, o que nos conduz a assumir nossa responsabilidade diante da humanidade inteira; é a supressão da dívida ecológica gerada pelo capitalismo e pelo produtivismo; é uma forma de ecologia moralizante, que torna os indivíduos corresponsáveis pelos problemas colocados. Dessa forma, a ecologia é

tomada como um tema essencialmente coletivo, uma questão republicana, pois na república ninguém deve defender o que é melhor para si, e sim o que é melhor para todos.

O autor pondera que o modelo capitalista impõe ao mundo um impedimento ao surgimento de uma nova política planetária, baseada na questão ambiental. A partir daí ele questiona se é possível pensar então na existência de um capitalismo verde. Ele entende que para alterar o sistema de produção e implantar o respeito à 'regra verde' é necessário um alto investimento imediato, mas essa medida reduziria os dividendos a serem distribuídos aos acionistas. Por isso a aplicação dessa regra em uma escala local provocaria a fuga de capital para outros estados. Assim, a inversão da política e do sistema de produção só faz sentido se ocorrer em uma escala global. Porém, ele reconhece que esse é um exercício muito difícil. Sobre essa questão da mudança de produção e de consumo, do atual modelo capitalista para um formato fundado na proteção ambiental, o autor não apresenta um rito de passagem, e portanto não esclarece como e quando se daria tal transformação do atual modelo político e produtivo capitalista para a desejada 'eco-república'. Ele não externa se essa mudança ocorreria de forma gradativa ou abrupta, mas apenas indica a necessidade de preparar a França para essa mudança e instiga que deva existir um certo controle do estado sobre o capital, mas sem referência ao comunismo. Quando lembra que a massa de dólares em circulação no mundo é muito superior à produção material, ele alerta para a fragilidade do sistema financeiro e para o risco constante da economia globalizada, observando, ainda, que menos de 1% das empresas do mundo controlam 80% das riquezas globais. São sociedades financeiras que possuem mais capital que alguns estados, representando um poder acima da capacidade de gestão de muitos governos.

Essa é a nova oligarquia mundial, segundo o autor, constituída por concentradores de capital e de poder de decisão econômica acima dos estados. Essas grandes corporações financeiras caminham, inclusive, para o abandono das legislações nacionais na resolução dos seus litígios, recorrendo a tribunais de arbitragem estritamente privados, com uma justiça privada que anula os mecanismos da democracia política. Para Mélenchon, a história em curso é a história da luta dessa nova oligarquia mundial pelo poder absoluto. Entretanto, o autor não deixa claro qual o papel dessa oligarquia na pretendida república ecológica, sabendo-se que ela não seria abolida. Por outro lado, fica explícita a crítica à supremacia política e econômica dos Estados Unidos. Para ele, o surgimento de novas frentes, como os BRICS, reduz o domínio estadunidense e "solta o estrangulamento norte-americano que mantém o mundo pela garganta" (p. 45. Tradução livre).

Diante da realidade imposta, com o vertiginoso crescimento populacional, a devastação ecológica e a fragilidade do sistema financeiro mundial, o autor propõe a criação de uma nova república, fundada nos direitos dos povos e na proteção ambiental. Assim, ele defende que a França deve ter como interesse a afirmação política das instituições universais e uma nova aliança mundial, onde a preocupação primeira e última deve ser com a soberania dos povos e a defesa do seu imprescindível direito de acesso aos recursos naturais que garantem a sua existência. O respeito aos povos, ao meio ambiente e às instituições universais representa a forma concreta de recusa à ocidentalização e à teoria do ‘choque das civilizações’ adotada pelos Estados Unidos. Para o autor, a independência é a condição inicial de sobrevivência da democracia e, nesse sentido, “a França pode contribuir para a formação de uma comunidade internacional que seja diferente de uma associação de violências e de dominação: uma união de povos livres” (p. 53. Tradução livre), sendo o que ele chama de sociedade ‘altermundialista’.

O autor chama a atenção para o fato de que o local ideal para iniciar essas transformações sociais está no meio urbano e lembra que as recentes ebulições sociais ocorridas na América Latina, no Magrebe e na Turquia, em cada caso, teve como início do incêndio social algo aparentemente de pouca importância, mas que logo ganhou força com sua propagação, sinalizando o quanto o meio urbano é propício às revoluções, a exemplo do Brasil, onde, em várias capitais, ocorreram protestos frequentes com a exigência do financiamento público do transporte coletivo e contra os recursos despendidos nos estádios de futebol para a copa do mundo. Na Bolívia, os protestos partiram do descontentamento com o preço da água e do gás, serviços urbanos por excelência. Na Venezuela ocorreram protestos contra o aumento dos preços e pela falta dos produtos essenciais, bem como pelo explosivo aumento do valor do bilhete de ônibus. Em Istambul, a mobilização em defesa de um parque público se transformou em manifestações públicas contra o governo. Na Tunísia e na Líbia, os protestos contra o governo e a estrutura política mobilizaram a população urbana em larga escala, fato que também foi registrado no Egito.

Nas mais diferentes sociedades do mundo, o crescimento da urbanização permitiu alterações culturais e políticas que favoreceram o surgimento ou o retorno da democracia. Como observa Carmo (2012), na segunda metade do século passado, a expansão urbana na Europa Oriental e em alguns países da África e da América Latina foi acompanhada pelo fim de governos ditatoriais. É que a urbe é o espaço propício à democracia, o lugar da busca pelas liberdades, o centro dos enfrentamentos e das confrontações das contradições que colocam o povo nas ruas. É nesse sentido que o conceito de urbe retoma o pensamento dialético. Isso

quer dizer que o urbano, como forma e realidade, nada tem de harmonioso. Esse espaço reúne, como lembra Lefebvre (2002), os conflitos, inclusive os de classes.

O livro de Mélenchon também aborda uma preocupação relevante com a expansão extremista no mundo, quando trata do crescimento da extrema direita em diversos países da Europa e do seu avanço nas Américas e ainda ‘sobre as cinzas das recentes revoluções árabes’, o que leva o autor a identificar esse fato como algo deprimente, mas que se trata de apenas mais uma temporada. O atual momento é de sucesso para a extrema direita em todo o mundo e a mecânica que mina a ordem política atual não depende somente das circunstâncias políticas de cada estado, pois as razões que mantêm os fundamentos direitistas são também mundiais. Porém, a primavera logo voltará. “A gente se desespera com a lentidão do curso das estações. Mas é inútil se desesperar. A primavera sempre vem. É um trabalho de paciência esperar as flores e os frutos” (p. 9. Tradução livre).

No livro, o autor ainda distingue três níveis de significação de ‘povo’. Primeiro, o povo é a multidão, o *homo urbanus* que é a população que aos milhões ocupam as cidades. Depois, o povo é o conjunto que se coloca em movimento em suas reivindicações. E finalmente, o povo é a rede que se constitui na ação e pela ação. São três estágios de uma mesma realidade.

“O povo existe quando se coloca em rede. Pessoas de todas as ruas, de todos os bairros, se revelam habitantes plenos por meio das relações urbanas que lhes aproximam, mesmo com a dispersão provocada pela imensidão da cidade. Elas são unidas pela vivência e pelas expectativas similares que diminuem bastante as diferenças de condição e de localização. [...] O povo é a multidão urbanizada que toma consciência dela mesma através das reivindicações comuns enraizadas nos problemas cotidianos” (p. 85. Tradução livre).

Numa concordância inicial com o pensamento marxista, o autor esclarece que ‘o povo’ não é, em sua obra, um rótulo social frouxo utilizado para reincluir exploradores e explorados, dominadores e dominados, como se todos fizessem parte de uma mesma categoria. Mas, em outro momento, diferindo do pensamento de Marx e Engels (1999), no qual a história de toda a sociedade até o presente moveu-se no interior de antagonismos de classes, Mélenchon afirma que a luta de classes é na verdade o efeito, e não a causa da história da sociedade. Para ele, a luta de classes surge como consequência da história e não como seu agente motriz. “A luta de classes para a repartição das riquezas só é possível a partir de um certo nível de desenvolvimento complexo da sociedade humana. E essa última tem como causa o número de seres humanos” (p. 129. Tradução livre).

O autor esclarece que na defesa da questão ecológica não pretende um consenso político de todas as categorias sociais, com base em uma comunhão unânime contra os estragos do produtivismo. Mas alerta que as causas da desordem máxima que avança sobre a civilização

humana podem ser vistas no caos que surge mecanicamente com a conjunção de três ingredientes: um sistema financeiro voltado para integrar progressivamente todas as atividades humanas sob uma exigência de rentabilidade que esgota o homem e a natureza; um sistema produtivo que detém os meios para subtrair tudo, ignorando as consequências do seu funcionamento sobre o ecossistema; e uma humanidade incapaz de se livrar das injunções publicitárias e do assédio ideológico. Como alternativas, duas propostas estão apresentadas ao mundo inteiro: o programa liberal e a socialdemocracia. Para os liberais, a produção é a condição que o mercado e a livre concorrência precisam para o seu domínio. A socialdemocracia, por seu lado, pretende corrigir as desigualdades que rasgam a sociedade partilhando os frutos do crescimento, porém, com um programa que aceita o crescimento sem limites. Ambos ignoram a centralidade da ameaça ao ecossistema e aceitam a lei de livre-mercado. E por fim, o autor conclui que o movimento democrático acolhe a participação conjunta e defende que a condição máxima ao desenvolvimento econômico e social é o estrito respeito à natureza. Assim, convoca os cidadãos e as instituições ao engajamento na questão ambiental, constituindo um movimento inclusivo e coletivo ao máximo possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARMO, E. *O Espaço Micropúblico*. Recife: Universitária, 2012.
- LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MÉLENCHON, J-L. *L'Ère du Peuple*. Paris: Pluriel, 2017.

RECEBIDO EM : 10.04.2017

ACEITO EM : 03.10.2017

SOBRE OS AUTORES

ARTUR ANDRÉ LINS

<http://lattes.cnpq.br/4149029295762802>

Graduação em andamento em Ciências Sociais/Sociologia na Universidade de Brasília. Áreas de interesse: Sociologia da Cultura; Antropologia do Desenvolvimento; Teoria e Pensamento Social. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB). Atualmente estagiário do Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPI/IPHAN).

DANIELLA CARNEIRO DA SILVA

<http://lattes.cnpq.br/7511552194149497>

Estudante de Ciências Sociais/Licenciatura, pela Universidade Federal de Pernambuco, com pretensões de pesquisas na área da Antropologia (Feminismo e Maternidade, Religião e Emoções). Com formação técnica em Saúde e Segurança do Trabalho (2012).

ERINALDO FERREIRA DO CARMO

<http://lattes.cnpq.br/8558188425516554>

Doutor em Ciência Política pela UFPE, Professor de Sociologia do Colégio de Aplicação da UFPE e Coordenador do Mestrado em Políticas Públicas da UFPE.

FELIPE ALVES DA SILVA

<http://lattes.cnpq.br/5258687371135762>

Graduando em Direito pela Faculdade Cidade Verde (FCV/Maringá) e Filosofia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integrante do Grupo de Estudos Schmittianos (RIES/FCV), vinculado à Rede Internacional de Estudos Schmittianos. Atualmente faz iniciação científica no curso de direito da Faculdade Cidade Verde (FCV), sob orientação do Prof. Caio Henrique Lopes Ramiro, e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq (UEM), sob orientação do Prof. José Antônio Martins, do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Maringá.

FERNANDA FERREIRA

<http://lattes.cnpq.br/0736931415596698>

Graduanda do curso de Direito (UFPB)

GIVALDO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS

<http://lattes.cnpq.br/8265836926410200>

Graduando de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade de Pernambuco - UPE. Atualmente atua como bolsista da CAPES através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, tendo como subprojeto o mesmo curso. Tem interesse pelo estudo da política institucional, partidos políticos, Sociologia no contexto do ensino médio, pós-modernidade e estudos pós-coloniais.

LUCAS HENRIQUE NIGRI VELOSO

<http://lattes.cnpq.br/0594617170098016>

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Programa de Educação Tutorial (PET) Ciências Sociais da UFMG e bolsista de Iniciação

Científica Prpq-UFMG. Pesquisa antropologia da política e suas vertentes ontológicas, performáticas, éticas e estéticas.

LUCAS SOARES BEZERRA

<http://lattes.cnpq.br/8481696442181802>

Bacharelado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Internacional, UNINTER. Membro do Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política (NuPP-CiPol) - UNINTER. Diretor Geral do Grupo de Pesquisa em Epidemiologia e Cardiologia, EPICARDIO, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco, UFPE.

MARCELLA KARINA BARBOSA MATOS

<http://lattes.cnpq.br/5529275327602229>

Graduanda de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade de Pernambuco - UPE. Atualmente atua como bolsista da CAPES através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, tendo como subprojeto o mesmo curso. Tem interesse pelo estudo da Sociologia no contexto do ensino médio, pós-modernidade e estudos sociológicos e antropológicos sobre formação identitária individual e coletiva.

MARIA BERNADETE LEAL CAMPOS

<http://lattes.cnpq.br/4395846223000020>

Graduação e mestrado em Sociologia, professora da Universidade de Pernambuco. Área de pesquisa sobre o indivíduo e suas Relações na sociedade. Pesquisas recentes sobre a política de cotas na UPE.

MARIA LUIZA SILVA DO ESPIRITO SANTO

<http://lattes.cnpq.br/5257942721141659>

Estudante de graduação em Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade de Pernambuco-UPE e bolsista PIBID. Técnica em Rádio e Televisão pela Faculdade Maurício de Nassau. Participante do grupo de estudo História e Memória, da Universidade de Pernambuco, que tem como líder Janaina Guimarães da Fonseca e Silva. Tem afinidade com a área de Sociologia e Antropologia, como foco nas discussões de desigualdade. Já desenvolveu trabalhos na área de mídia, tendo sido bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Extensão - PIBIEXT na UPE, no projeto Cine UPE, com orientação da professora Maria Lana Monteiro. Atualmente tem como foco de pesquisa a educação e o ensino de sociologia.

RICARDO BANDEIRA DE MELO

<http://lattes.cnpq.br/5859104607110087>

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (2015). Tem como áreas de interesse a sociabilidade e a sociologia do desvio.

RODOLFO TEIXEIRA ALVES

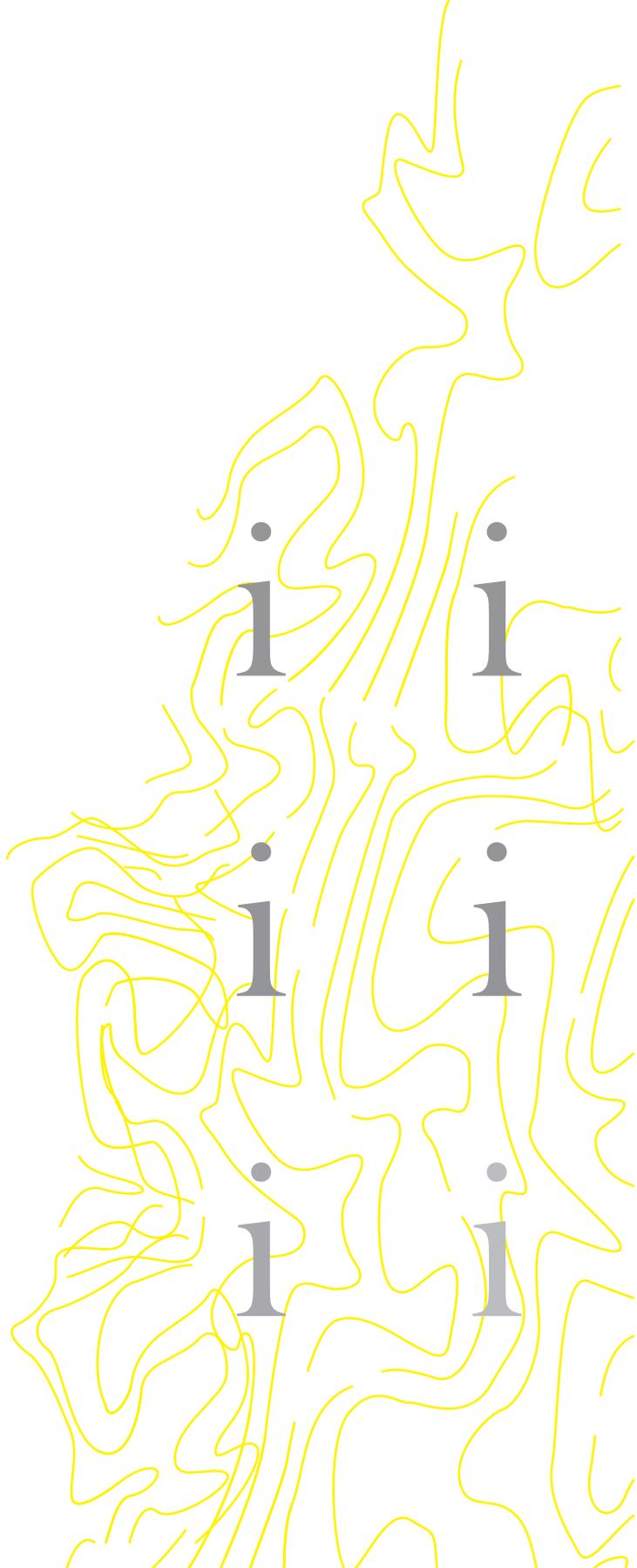
<http://lattes.cnpq.br/4350843408280489>

Graduando em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), cursando atualmente o 10º período. Desenvolve pesquisa na Vila Autódromo, onde colabora com o Museu das Remoções. Bolsista PIBIC-UFRJ, com orientação acadêmica da Profa. Julia O'Donnell.

ROMÁRIO VIEIRA NELVO

<http://lattes.cnpq.br/0751273037690835>

Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e estudante de licenciatura pela mesma instituição. Aprovado para o Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ (PPGAS/MN/UFRJ).



i

i

i

i

i

i